CREDIBILIDADE DESDE 1951

O DIA

ANO: 75 | NÚMERO 21.360 | R$: 2,00 | OUTROS ESTADOS R$: 3,00 TERESINA-PI, SEXTA-FEIRA, 17 DE ABRIL DE 2026 PORTALODIA.COM 75 ANOS

Freepik

Lei permite que filhos processem os pais por ausência de afeto

Lei do Abandono Afetivo, sancionada em outubro de 2025, torna a assistência afetiva uma obrigação legal e pune juridicamente a omissão parental. Filhos podem ser indenizados pela ausência dos pais.

CAPA EM DIA

Confira o funcionamento do comércio e shoppings em Teresina no feriado de Tiradentes

EM DIA 15

Chico Lucas anuncia plano nacional para reduzir poder financeiro do crime organizado

O secretário nacional de Segurança Pública assegurou que as operações irão "atacar o andar de cima". As forças de segurança consideram a medida necessária diante da participação crescente de facções criminosas em crimes contra o Sistema Financeiro Nacional e em fraudes nas negociações entre os bancos Master e de Brasília (BRB).

POLÍTICA 03

VISTORIA APONTA CALAMIDADE EM UPAS DE TERESINA: FALTA ÁGUA, MEDICAMENTOS E ESTRUTURA

O Conselho Municipal de Saúde inspecionou as unidades do Renascença e Promorar a pedido do Ministério Público e encontrou ambientes em situações precárias e insalubres .

GERAL 05

SERVIDORES PÚBLICOS DE TERESINA PODEM TER DATA DO 13º SALÁRIO ALTERADA POR PROJETO DE LEI

POLÍTICA 03

Assis Fernandes | O DIA

TRAILER UTILIZADO PARA VENDER DROGAS É INTERDITADO NO MERCADO CENTRAL DE TERESINA

GERAL 05

Nathalia Amaral | O DIA

PREVISÃO DO TEMPO ANUNCIA QUE CHUVAS IRÃO SE MANTER POR TODO O MÊS DE ABRIL NO PIAUÍ

EM DIA 02

MERLONG COMPARA RESISTÊNCIA AO FIM DA ESCALA 6X1 COM O DA ABOLIÇÃO DA ESCRAVIDÃO

O deputado federal comparou a reação de parte dos empresários à postura de quem, no século XIX, previa que o Brasil quebraria com o fim da escravidão.

POLÍTICA 02

SETUT ALEGA SUBFINANCIAMENTO NO TRANSPORTE EFICIENTE E FALTA DE REPASSES

Advogada do setor patronal explicou que a empresa responsável por executar o Transporte Eficiente em Teresina está há cinco meses sem receber os repasses.

POLÍTICA 03

| O DIA

PESSOAS COM FIBROMIALGIA JÁ PODEM INCLUIR CONDIÇÃO DE PCD NO NOVO RG

EM DIA 02

PIAUÍ COMPLETA 15 DIAS SEM FEMINICÍDIOS E REGISTRA QUEDA DE 77% NOS CASOS

POLÍTICA 03

RodaViva

Por: João Magalhães

STF DECIDE QUE PISO NACIONAL DEVE SER PAGO A PROFESSORES TEMPORÁRIOS

Por unanimidade, o Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu nesta quinta-feira (16) que professores temporários da rede pública de estados e municípios têm direito ao pagamento do piso salarial nacional do magistério público, atualmente em R$ 5.130,63.

Com a decisão, a Corte reconheceu que professores temporários e efetivos da rede pública devem receber o piso. Antes da decisão, somente os efetivos tinham o direito garantido.

A decisão foi motivada por um recurso protocolado por uma professora temporária de Pernambuco que recorreu à Justiça para que fosse reconhecido o direito ao recebimento do piso. De acordo com o processo, ela recebia cerca de R$ 1,4 mil para cumprir uma carga horária de 150 horas mensais.

O pagamento do piso salarial nacional para os profissionais do magistério da educação básica pública está previsto na Constituição e foi regulamentado pela Lei 11.738 de 2008.

O piso é atualizado anualmente pelo Ministério da Educação. Para 2026, o valor foi fixado em R$ 5.130,63 para jornada de 40 horas semanais. Professores que têm jornadas maiores devem receber de forma proporcional ao piso estabelecido.

Apesar de estar previsto na Constituição, o piso não é pago por todos os estados e municípios tanto para professores efetivos quanto para temporários. Os entes alegam que não têm recursos suficientes para o pagamento integral.

Contudo, parte do pagamento é garantido por verbas federais do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb). Cabe os estados e municípios fazer o complemento financeiro.

NOVAS RESIDÊNCIAS

Foram entregues, nesta quinta-feira (16), 13 unidades habitacionais no Assentamento Laginha Apolinário, no município de Miguel Alves, beneficiando famílias da zona rural com moradia digna. A solenidade contou com a presença dos deputados estaduais Dr. Vinícius (PT) e Elisângela Moura (PCdoB), do deputado federal Francisco Costa (PT), além do prefeito Vein da Fetraf (MDB) e do superintendente do Incra no Piauí, Lailson Guedes.

INVESTIMENTOS EM PAULISTANA

O deputado Nerinho (PT) recebeu, nesta semana, lideranças do município de Paulistana para tratar da situação do matadouro público local, que enfrenta problemas estruturais há mais de uma década. Participaram do encontro o prefeito Osvaldo Abelha Branca, o vereador Daniel e representantes comunitários, que apresentaram a demanda considerada urgente, inclusive já alvo de intervenções do Ministério Público e decisões judiciais.

NOTA DA FMS

Sobre a matéria disponibilizada na página 5, sobre vistoria do Conselho de Saúde nas UPAs, em nota, a FMS informou que está em andamento um processo de licitação para reforma das unidades hospitalares, incluídas as UPAs do Promorar e Renascença, e que foram realizadas pequenas reformas nos dois equipamentos e melhorias graduais. A Fundação ainda informou que foram adotadas medidas para garantia do fornecimento de medicamentos e que não procede a informação de estado de calamidade na unidade do Renascença e que não há contratos para com carros pipa na unidade, que em caso de falta d'água a Águas de Teresina é quem realiza o enchimento das caixas.

ENCONTRO

O Sindicato dos Bancários do Piauí (SEEBF/PI) promove nesta sexta-feira (17/07) o 15º Encontro Regional do Delta, na cidade de Parnaíba. O Encontro será realizado no Castelo de Eventos (Av. 1º de Maio, n. 444, Parnaíba, próximo à Praça Mandu Ladino), a partir das 19h00. Como preparação para o Encontro, os diretores e diretoras do Sindicato farão reuniões nas agências bancárias das cidades que compõem a Regional (Luís Correia, Parnaíba, Buriti dos Lopes, Cocal, Luzilândia, Esperantina e Joaquim Pires), cidades que agregam mais de 200 bancários e bancárias.

Merlong rebate críticas e compara resistência ao fim da escala 6x1 com o da abolição da escravidão

Deputado petista vê a medida como avanço social e viabilidade econômica

Daniel Pessoa
Repórter

O deputado federal Merlong Solano (PT) rebateu as críticas do presidente da Fecomércio-PI, Valdeci Cavalcante, à proposta de redução da escala 6x1. Cavalcante havia argumentado que a medida repassaria aos consumidores os custos da contratação de mais trabalhadores. Em resposta, Merlong comparou a reação de parte dos empresários à postura de quem, no século XIX, previa que o Brasil quebraria com o fim da escravidão.

Em vídeo publicado nas redes sociais, o presidente da Fecomércio afirmou que os políticos favoráveis à proposta "se acham mais que Deus", argumentando que, segundo a Bíblia, o mundo foi criado em seis dias e no sétimo se descansou, e questionou por que os políticos teriam mais direito que o próprio Deus.

Merlong, um dos apoiadores da proposta, respondeu que a medida reduz apenas quatro horas semanais, de 44h para 40h, mantendo os trabalhadores em atividade cinco vezes por semana.

"Toda vez que se fala em mudar a relação trabalhista, é essa cantilena ultra conservadora, retrógrada, atrasada, de achar que o mundo vai se atrasar. Acabar. Foi assim no tempo do fim da escravidão, foi assim quando nós votamos a legislação que protege as empregadas domésticas, do mesmo jeito apareceu gente dizendo que o mundo ia se acabar", disse o parlamentar.

O deputado também respondeu à ameaça de Cavalcante de não votar nos parlamentares favoráveis à proposta e afirmou que não quer o voto de quem tem esse tipo de posicionamento.

Assis Fernandes | O DIA

DEBATE SOBRE O ASSUNTO TEM GANHADO REPERCUSSÃO E CHEGARÁ ÀS ELEIÇÕES

"Numa época em que o mundo está já trabalhando 30 horas em alguns países, em outros 34 horas por semana, aqui com essa lenga-lenga de que vai se acabar tudo porque primeiro vamos reduzir a jornada de trabalho. A escalada 6x1 é uma escala desumana, que é uma herança de um regime escravocrata", disparou. | Daniel Pessoa

Prefeitura sanciona projeto que obriga Águas de Teresina a ofertar possibilidade de pagamento no momento do corte

Rebeca Negreiros - Especial para O DIA
João Magalhães - Editor

Os consumidores de água e esgoto em Teresina passarão a ter o direito de quitar débitos no momento da cobrança e evitar a suspensão do serviço por atraso de pagamentos. A medida, prevista na Lei Nº 6.341, foi sancionada em 13 de abril de 2026 e publicada no Diário Oficial do Município da última quarta-feira (15).

A nova legislação determina que empresas concessionárias, permissionárias ou terceirizadas responsáveis pelos serviços ofereçam, obrigatoriamente, opções de pagamento no ato do corte, antes que o fornecimento seja interrompido.

Na prática, isso significa que o consumidor deverá ser devidamente informado antes do corte do serviço e, a partir daí, terá a chance de regularizar a situação, imediatamente, com diferentes opções de pagamento.

De acordo com o texto, o pagamento deve ser disponibilizado no mesmo dia e antes da suspensão dos serviços, durante a visita do agente responsável. Caso o débito seja quitado naquele momento, o corte do serviço não poderá ser realizado.

A norma se aplica a todas as empresas que operam os serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário no município. O objetivo é garantir ao consumidor uma alternativa prática para evitar a interrupção de um serviço considerado essencial.

Outro ponto previsto na legislação é a possibilidade de denúncia em caso de descumprimento. Qualquer pessoa poderá comunicar irregularidades aos órgãos competentes, que serão responsáveis pela apuração das situações.

O texto também estabelece que o não cumprimento das regras poderá resultar em penalidades, como advertência e multa, que ainda deverão ser regulamentadas pelo Poder Executivo Municipal. A lei prevê que essa regulamentação será detalhada posteriormente.

A nova regra entra em vigor no prazo de 60 dias a partir da sua data de publicação, na última quarta-feira, 15 de abril de 2026. Durante esse período, as empresas deverão se adequar às exigências estabelecidas.

Leôndidas Júnior, parlamentar responsável pela autoria da lei, comemorou a sanção ao projeto, que beneficia principalmente a população de baixa renda, mais vulnerável à suspensão dos serviços.

"O corte além de deixar famílias sem acesso a um bem fundamental, também vem acompanhado de taxas para religação, o que encarece ainda mais a solução do problema. E estamos falando exatamente de famílias, em sua grande maioria de baixa renda, que precisam ter um olhar mais atento por parte do poder público", explicou o parlamentar.

Zé Filho troca PSD pelo MDB e acirra crise interna no partido

O vereador de Teresina, Zé Filho (PSD), deixou a chapa de deputado federal do partido e firmou apoio à pré-candidatura de Marcos Aurélio Sampaio (MDB) à Câmara dos Deputados. A articulação foi consolidada nesta quinta-feira (16), com aval do deputado estadual Henrique Pires (MDB), que também deve disputar a reeleição pela sigla.

Bem votado nas eleições municipais de 2024 e com forte capilaridade em Teresina, Zé Filho reforça o projeto de reeleição de Marcos Aurélio Sampaio. Com o movimento, o MDB amplia sua base visando eleger dois deputados federais em outubro, enquanto o PSD perde um nome considerado estratégico, embora também mantenha a expectativa de alcançar duas vagas.

Alinhamento político

O vereador de Teresina, Valdemir Virgino (PRD), se reuniu, nesta semana, com o deputado Cel. Carlos Augusto (MDB) em um encontro marcado pelo alinhamento político e fortalecimento de parcerias. Também participou da agenda o prefeito de Barreiras do Piauí, Aroldo, reforçando o diálogo entre lideranças com atuação em diferentes regiões do estado.

Durante a reunião, o grupo destacou a união, a amizade e o compromisso com a população, consolidando apoio em torno da pré-candidatura de Cel. Carlos Augusto a uma vaga na Assembleia Legislativa do Piauí (Alepi) em 2026. O encontro simboliza a construção de uma base articulada, com foco no fortalecimento político e na defesa de pautas voltadas ao desenvolvimento do estado.

A empresa **CORTEZ ENGENHARIA LTDA, CNPJ Nº 10.505.311/0001-66**, torna público que recebeu da SEMARH - Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Estado do Piauí, a Licença de Operação (LO) Nº PI-LO.04615-5/2026 - Processo Nº LO.04712-3/2026, Validade 16/04/2030, para extração mineral de Saibro, para uso na construção civil, com Produção Bruta de 40.000,0 m³/ano, situada nas Coordenadas Geográficas 09°06'58.73"S / 41°47'21"87"O, na zona rural de Dom Inocêncio/PI.

ITAUEIRA AGROPECUÁRIA S.A, CNPJ 07.231.103 / 0012-64, Torna público que solicitou a SEMAR-PI, para o imóvel Rural Fazenda Pitangas Aniceto, autorização e outorga de direito de uso para Poço Tubular, Denominado PC 02.1 com coordenadas 08° 06' 21.60"S / 42°59' 31.65"O, Localizado na sub bacia do rio canindé, Aquífero Poti / Piauí, Município de canto do buriti – PI. para reservar 92000m³/ano para o uso em irrigação.

Chico Lucas anuncia plano nacional para reduzir poder financeiro de facções

Piauiense citou presença do crime organizado no sistema financeiro nacional

Daniel Pessoa
Repórter

O secretário nacional de Segurança Pública, Chico Lucas, anunciou que o Governo Federal lançará um programa de enfrentamento ao crime organizado no país. Ele assegurou que as futuras operações irão "atacar o andar de cima", a exemplo da Operação Carbono Oculto, com repercussões no Piauí, que revelou a infiltração do Primeiro Comando da Capital (PCC) no mercado financeiro e no estado na rede de postos de combustível.

O Ministério da Justiça e Segurança Pública, que desenha o plano, anunciou que será batizado de 'Brasil Contra o Crime Organizado' e apresentado nos próximos dias. As forças de segurança consideram a medida necessária diante da participação crescente de facções criminosas em crimes contra o Sistema Financeiro Nacional e em fraudes nas negociações entre os bancos Master e de Brasília (BRB).

"Não adianta enfrentarmos a violência apenas nas comunidades, com tiros. Precisamos ter inteligência e integração", afirmou Chico Lucas. "Esta será a tônica do Brasil Contra o Crime Organizado: a asfixia financeira das organizações criminosas e daqueles que negociam com elas e usam este dinheiro sujo para alimentar o mundo do crime."

Assis Fernandes | O DIA

O PLANO ESTÁ BATIZADO DE "BRASIL CONTRA O CRIME ORGANIZADO"

Lei Antifacção

Segundo Chico Lucas, o decreto deve funcionar em sintonia com a nova legislação de combate às facções aprovada no fim de fevereiro pela Câmara Federal e sancionada pelo presidente Lula no mês seguinte.

A Lei Antifacção prevê aumento de penas para quem tiver participação em organizações criminosas ou milícias e facilita a apreensão dos bens dos envolvidos. Com a nova legislação, passam a ser consideradas facções criminosas toda organização ou grupo de três ou mais pessoas que empreguem violência, grave ameaça ou coerção para o controle de territórios, que intimidem a população ou autoridades, ou que ataquem serviços públicos, infraestrutura ou equipamentos essenciais.

As lideranças conectadas a esses crimes também perderão benefícios como anistia, indulto, fiança e liberdade condicional. Haverá ainda restrições à progressão de pena, e os líderes de facções deverão cumprir a pena integralmente ou a prisão preventiva em presídios de segurança máxima.

Setut alega subfinanciamento no Transporte Eficiente e falta de repasses da Prefeitura de Teresina

Isabela Lopes e Maria Clara Estrêla
Repórteres

O Transporte Eficiente de Teresina continua causando divergências. Desta vez, Sindicato das Empresas de Transportes Urbanos de Passageiros de Teresina (Setut) se manifestou com relação à prestação do serviço e às questões financeiras entre gestão municipal e empresários.

Nesta quinta-feira (16), representantes do Setut e do Consórcio SITT apresentaram dados sobre a situação atual do serviço. Naiara Moraes, advogada do setor patronal, explicou que a empresa responsável por executar o Transporte Eficiente em Teresina está há cinco meses sem receber os repasses da Prefeitura para realizar o serviço.

Ela também destacou que o valor acordado não coincide com o que foi firmado entre a gestão municipal e a empresa Santa Cruz. De acordo com Naiara, por 11 anos, o valor cobrado por quilômetro rodado era de R$ 2,50. Na gestão municipal passada, foi feito o desenvolvimento de uma avaliação técnica, apontando que o valor cobrado por quilômetro deveria ser de R$ 7,50.

"O pagamento do Transporte Eficiente é feito por quilometragem percorrida. Uma pessoa com deficiência não paga pelo serviço, ou seja, é totalmente custeada pela Prefeitura. Foi entregue um documento da Strans que reconhecia que a empresa recebia R$ 7,50 e que esse era o valor adequado. Como no município existem questões orçamentárias, houve um diálogo com o SITT para reduzir o valor. E houve anuência da Strans confirmado que esse o valor adequado a ser pago para o empresário seria de R$ 7,18, para a prestação do serviço", disse.

Contudo, a empresa responsável por prestar o serviço teria recebido apenas três meses com valor do quilômetro a R$ 7,50. "Todos os outros meses desta gestão, ele [empresário] recebeu a R$ 6 o quilômetro. Acaba gerando um sufocamento econômico, pois não tem outra forma de receber por esse serviço, a não ser o pagamento da prefeitura, sendo que há um entendimento que o valor não é R$ 6, que seria maior. O empresário está há cinco meses sem receber, mas tem tentado manter os carros em operação", destacou.

Sobre os veículos abandonados, a advogada do Setut destacou que os carros estavam inservíveis para a prestação do serviço, que é de sete anos. Segundo ela, existem documentos comprovando que os veículos foram entregues à gestão municipal, bem como a certificação de que foram vistoriados.

Naiara Moraes explicou ainda que, segundo o Ministério Público do Piauí, seriam 15 veículos cedidos pela Prefeitura de Teresina para prestação do serviço. Contudo, na licitação originária, são apenas 10. Ainda segundo o Parquet, os veículos disponibilizados teriam sido divididos, não em quatro lotes e zonas, mas em cinco. "Cumprimos o que é definido no contrato, que é permitido às concessionárias que determinem que seja a empresa vencedora da licitação a responsável por realizar [o serviço] e, com isso, a operação ficou com a Santa Cruz, que está prevista no contrato e dentro da legalidade", disse.

O outro lado

Em nota, a Strans se manifestou sobre as alegações do Setut. De acordo com o órgão, a substituição da empresa responsável pelo Transporte Eficiente ocorreu dentro da legalidade, com o cumprimento de todos os trâmites administrativos e contratuais. A medida foi adotada após serem identificados problemas que vinham comprometendo a regularidade e a qualidade do serviço.

Servidores públicos de Teresina podem ter data do 13º salário alterada por novo projeto de lei

Daniel Pessoa
Repórter

A data em que os servidores públicos municipais de Teresina recebem a primeira parcela do 13º salário pode ser alterada. A mudança pode ocorrer por meio de um Projeto de Lei Complementar (PLC), enviado pelo prefeito Silvio Mendes à Câmara Municipal, que transfere o pagamento do mês de férias dos funcionários para a data de aniversário. O Sindicato dos Servidores Públicos Municipais (Sindserm) se manifestou contrário à medida, protocolando um ofício na Câmara para a suspensão do projeto.

O PLC enviado pela prefeitura altera dispositivos da Lei Municipal nº 2.138, de 21 de julho de 1992, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município. Segundo o prefeito Silvio Mendes, a medida pretende modernizar as normas, aperfeiçoar os institutos e adequar a legislação às demandas atuais da gestão municipal.

Por outro lado, o Sindserm declarou que a mudança afeta a previsibilidade e a organização financeira dos funcionários, já que eles recebem a parcela do 13º salário no período de férias há mais de três décadas.

"Para o sindicato, a mudança desconsidera uma prática consolidada, prevista em lei desde 1992, e incorporada ao planejamento financeiro tanto da administração pública quanto dos próprios trabalhadores", declarou o Sindserm em nota.

Segundo a prefeitura, a alteração também traria mais previsibilidade quanto aos gastos com a folha de pagamento dos servidores e, por consequência, maior equilíbrio orçamentário ao aprimorar a gestão financeira do município de Teresina.

"A atual redação do dispositivo (inciso XIX, do art. 3º) – que estabelece o pagamento de metade do décimo terceiro salário no mês de gozo das férias do servidor –, além de dificultar a previsibilidade com os custos mensais com a folha de pagamento, impõe maior dispêndio em certos meses do ano, quando é mais comum a fruição do referido direito, desequilibrando, sobremaneira, os gastos com a folha em determinados meses", diz trecho do PLC enviado à Câmara.

Agora, tanto a proposta enviada pelo prefeito quanto o ofício do Sindserm devem ser avaliados pelos parlamentares, que decidirão quais dos pedidos serão acolhidos.

CURTAS

Piauí completa 15 dias sem feminicídios em abril

O Piauí alcançou 15 dias consecutivos sem nenhum registro de feminicídio em abril de 2026, marco que reforça o avanço no combate à violência contra a mulher no estado. Os dados divulgados nesta quinta-feira (16) pela Secretaria de Segurança Pública (SSP-PI), com base em levantamento da Gerência de Análise Criminal e Estatística, ainda mostram que, entre 1º de janeiro e 15 de abril de 2026, foram contabilizados 5 casos, uma redução de cerca de 77% em relação ao mesmo período de 2025, quando houve 21 ocorrências.

O gerente da Gerência de Análise Criminal e Estatística da SSP-PI, delegado João Marcelo Brasileiro, destacou que o cenário reflete uma mudança no padrão de resposta do Estado. "Essa é uma tendência que já vem sendo observada desde o segundo semestre do ano passado e que se mantém em 2026, com reduções expressivas registradas mês a mês ao longo do primeiro trimestre.

Ascom

Sefaz publica portaria com prévia do repasse do ICMS

A Secretaria da Fazenda do Piauí (Sefaz-PI) publicou no Diário Oficial do Estado (DOE) a Portaria Normativa nº 5/2026, que fixa o Valor Adicionado Fiscal (VAF) provisório para o exercício financeiro de 2027.

O VAF é o principal critério para o cálculo do Índice de Participação Municipal (IPM), ou seja, define o percentual a que cada município do Estado do Piauí tem direito no produto da arrecadação do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre a Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS).

Secom

Mutirão recolhe mais de 600 toneladas de lixo na zona sul

A Prefeitura de Teresina, por meio da Superintendência de Desenvolvimento Urbano (SDU) Sul, segue com os trabalhos do projeto "SDU nos Bairros" no bairro Torquato Neto, zona Sul da capital. Durante os dias de mutirão de limpeza, que mobilizou cerca de 800 trabalhadores, foram recolhidas 603,81 toneladas de materiais, entre resíduos de capina e objetos inservíveis descartados pela população.

A ação resultou em um avanço significativo na limpeza urbana da região. O volume expressivo de materiais recolhidos demonstra a adesão da população e a importância da iniciativa para a melhoria da qualidade de vida no bairro.

Mesmo após o mutirão, as equipes da SDU Sul continuam atuando no Torquato Neto, dando seguimento aos serviços e garantindo a finalização completa das demandas identificadas durante a ação.

O superintendente da SDU Sul, Isaac Meneses, destacou a importância do trabalho integrado e da participação da comunidade.

RFCC PI

AVISO DE CONVOCACÃO

A Presidente da Rede Feminina Estadual de Combate ao Câncer do Piauí(inscrita no CNPJ 12 175 857/0001-21), Carmem Lúcia Castelo Branco Rocha Campelo, no uso de suas atribuições legais e amparada pelas normas constantes no art. 35, c/c o art. 28, d, do Estatuto da Instituição que preside,

CONVOCA para uma Assembleia Geral Ordinária, às 16:00 (dezesseis) horas, em primeira convocação e às 16:30(dezesseis e trinta) horas em segunda convocação, do dia 28 (vinte e oito) de maio de 2026, com a seguinte Ordem do Dia:

a) Prestação de contas da RFCC-PI;
b) Relatório de atividades da RFCC-PI;
c) Eleição da diretoria executiva e do conselho fiscal da associação.

Teresina, 15 de abril de 2026

CARMEN LUCIA CASTELO BRANCO ROCHA CAMPELO:124

Carmen Lúcia Castelo Branco Rocha Campelo
Presidente da RFCC/PI

RFCC PI

AVISO DE CONVOCACÃO

A Presidente da Rede Feminina Estadual de Combate ao Câncer do Piauí(inscrita no CNPJ 12 175 857/0001-21), Carmem Lúcia Castelo Branco Rocha Campelo, no uso de suas atribuições legais e amparada pelas normas constantes no art. 43, c/c o art. 28, b, do Estatuto da Instituição que preside,

CONVOCA para uma Assembleia Geral Ordinária, às 16:00 (dezesseis) horas, em primeira convocação e às 16:30(dezesseis e trinta) horas em segunda convocação, do dia 30 (trinta) de abril de 2026, com a seguinte Ordem do Dia:

a) Prestação de contas da RFCC-PI;
b) Relatório de atividades da RFCC-PI;
c) Outros assuntos.

Teresina, 15 de abril de 2026

CARMEN LUCIA CASTELO BRANCO ROCHA CAMPELO:124

Carmen Lúcia Castelo Branco Rocha Campelo
Presidente da RFCC/PI

Ex-presidente do BRB acertou propina de R$ 146 milhões, diz Polícia Federal

O valor teria sido recebido por meio de quatro imóveis de alto padrão em São Paulo

O ex-presidente do BRB Paulo Henrique Costa teria combinado com o dono do Banco Master, Daniel Vorcaro, o recebimento de propina estimada em R$ 146,5 milhões. A informação consta na decisão do ministro André Mendonça, do Supremo Tribunal Federal (STF), que autorizou a prisão de Costa realizada hoje (16) pela Polícia Federal, na quarta fase da Operação Compliance.

O valor seria recebido por meio de quatro imóveis de alto padrão em São Paulo e dois em Brasília. A Polícia Federal disse ter rastreado, até o momento, o pagamento de ao menos R$ 74 milhões.

O restante da propina só não teria sido pago em razão de Vorcaro ter descoberto a abertura de procedimento investigatório na PF justamente sobre os pagamentos feitos a Costa. Segundo os investigadores, o banqueiro travou os repasses após ser informado sobre tal procedimento sigiloso.

Ainda segundo a PF, Vorcaro recebeu de seu funcionário Felipe Mourão, em 24 de junho de 2025, uma cópia da investigação, por meio do aplicativo WhatsApp.

A data é posterior à interrupção dos pagamentos, feita em maio, mas Mendonça deu crédito à versão da PF, afirmando que "o conjunto de elementos informativos colhidos até o momento aponta a alta probabilidade de que ele tenha tido ciência da instauração do procedimento antes do recebimento das respectivas cópias".

Além de Costa, foi preso também o advogado Daniel Monteiro, apontado como seu testa de ferro e que teria recebido, pessoalmente, R$ 86,1 milhões em proveito ilegal.

A prisão preventiva dos dois foi feita com base na "permanência dos atos de ocultação patrimonial, o risco de interferência na instrução, a possibilidade de rearticulação da engrenagem financeira e jurídica do esquema, além da necessidade de assegurar a ordem pública, a ordem econômica e a efetividade da persecução penal", escreveu Mendonça.

A contrapartida para a propina seria que Paulo Henrique Costa usasse os recursos do BRB, banco controlado pelo governo do Distrito Federal, para comprar carteiras de crédito falsas do Banco Master.

Até o momento, sabe-se que ao menos R$ 12,2 bilhões em carteiras ruins foram comprados, mas o número exato ainda não foi apresentado pelo BRB e pode ser maior.

Desde que foi deflagrada, a Compliance Zero investiga a existência de uma engrenagem ilícita concebida para viabilizar a fabricação, venda e cessão de carteiras de crédito fictícias do Banco Master ao BRB.

Defesa

Em frente à casa em que Costa foi preso, o advogado Cleber Lopes disse que a defesa "não considera essa hipótese como válida", referindo-se ao pagamento de propina.

"A defesa considera que o Paulo Henrique não representa nenhum perigo para a instrução ou para aplicação da lei penal. Não há notícia de que ele tenha praticado qualquer ato que pudesse atentar contra a instrução criminal", afirmou o defensor.

| Agência Brasil

STF tem maioria para derrubar lei de Santa Catarina que proibiu cotas raciais

O Supremo Tribunal Federal (STF) formou nesta quinta-feira (16) maioria de votos para derrubar a lei de Santa Catarina que proibiu a reserva de cotas raciais para ingresso de estudantes em instituições de ensino que recebem verbas públicas do estado.

Na semana passada, o plenário virtual da Corte iniciou o julgamento de ações que pedem o reconhecimento da inconstitucionalidade da norma.

Até o momento, o placar do julgamento está 6 votos a 0 pela suspensão da lei.

Além o relator, ministro Gilmar Mendes, os ministros Flávio Dino, Alexandre de Moraes, Dias Toffoli, Cristiano Zanin e Edson Fachin votaram para derrubar a lei.

O julgamento virtual será finalizado nesta sexta-feira (17).

O plenário julga ações protocoladas pelo PSOL, PT, PCdoB e o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) para considerar a lei inconstitucional.

Marcelo Casal Jr. | Agência Brasil

O JULGAMENTO VIRTUAL SERÁ FINALIZADO NESTA SEXTA-FEIRA (17)

A Lei 19.722 de 2026 foi aprovada pela Assembleia Legislativa e sancionada pelo governador Jorginho Melo.

A norma permite a reserva de vagas somente para pessoas com deficiência, alunos oriundos de escolas públicas ou com base em critérios exclusivamente econômicos.

|Agência Brasil

Governo rejeita desoneração para compensar redução de jornada

Recém-empossado no cargo de ministro das Relações Institucionais, José Guimarães disse que não vê com bons olhos a possibilidade de o governo implementar políticas de desoneração como forma de compensar setores que, eventualmente, possam ser prejudicados pela redução da atual jornada de seis dias de trabalho semanal.

"Sempre se tenta empurrar mais políticas de desoneração no Congresso Nacional. Isso não deu certo em outras situações, como vimos no governo da Dilma. O Brasil não pode seguir esse caminho", disse nesta quinta-feira (16) o ministro, durante café da manhã com jornalistas.

Para Guimarães, o comprometimento de receitas visando à desoneração de setores pode colocar em risco o equilíbrio federativo.

Ele, no entanto, garantiu que o governo estará sempre disposto a sentar à mesa para negociar, inclusive sobre a possibilidade de haver algum período de transição, desde que seja curto, para a implementação da nova regra.

"Nunca se votou matéria polêmica sem que as partes cedam. É possível discutirmos isso, mas esse debate terá de ser feito no Congresso Nacional", disse. "Na política, você tem de fazer negociações no fio da navalha, mas sem mudar de lado", acrescentou.

Jornada desumana

José Guimarães disse que percebe, de forma quase consensual no Congresso, "uma visão de que essa jornada desumana tem de acabar", possibilitando, ao trabalhador, pelo menos dois dias de descanso semanal.

Segundo ele, o governo pretende aproveitar que maio é o mês do trabalhador para dar ainda mais força ao debate, e que já estão agendadas para os próximos dias reuniões com os presidentes das duas casas legislativas, inclusive para definir se a matéria avançará por meio de PEC ou PL.

"Obviamente o presidente Lula considera que por meio de projeto de lei será mais fácil votar a matéria", disse.

|Agência Brasil

ESTADO DO PIAUÍ
PREFEITURA
MUNICIPAL DE SIMÕES
CNPJ Nº 06.553.853/0001-37

AVISO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE SIMÕES–PI, através do Agente de contratação, torna público, que realizará licitação, na modalidade **CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 002/2026**, do tipo MENOR PREÇO E ADJUDICAÇÃO GLOBAL, tendo como objeto a **Prestação de serviços de Construção de Espaço Esportivo Comunitário no Município de Simões (PI).** Data e horario do recebimento das propostas: 20/04/2026 às 08h até 05/05/2026 às 09h. Data e horário do início da disputa: 05/05/2026 às 09h02, no modo de disputa ABERTO. VALOR ESTIMADO: R$ **1.462.500,00** (Um milhão, quatrocentos e sessenta e dois mil, quinhentos reais). RECURSO: Orçamento Geral. Edital: www.novobbmnet.com.br. Informações: TEL: 89 3456-1434 ou e-mail: cpisimoespi@gmail.com

Simões-PI, 16 de abril de 2026.
Prefeito Municipal

Vistoria aponta calamidade em UPAs de Teresina: falta água, medicamentos e estrutura

Irregularidades foram constatadas nas unidades do Renascença e Promorar

Daniel Pessoa
Repórter

Uma vistoria realizada pelo Conselho de Saúde de Teresina na última quarta-feira (15) constatou uma série de irregularidades nas Unidades de Pronto Atendimento (UPAs) do Renascença e do Promorar. A primeira estaria em estado de calamidade. A fiscalização foi determinada pelo Ministério Público do Piauí.

Geane Sousa, representante do Conselho por meio do Sindicato dos Servidores da Saúde Pública do Piauí (Sindespi), afirmou que a inspeção revelou situações precárias, insalubres e com graves problemas estruturais, além de condições inadequadas de trabalho. Segundo ela, há tentativas de viabilizar reformas nos espaços, mas a Prefeitura de Teresina não tem se empenhado para garantir o início das obras.

"Eles têm projeto, fizeram solicitações, mas falta a Prefeitura liberar esses projetos e começar essas reformas. Também tem um problema de falta de água, e por isso tem até um contrato com um carro pipa para abastecer, pela dificuldade da água subir para as caixas", relatou Geane Sousa.

A vice-presidente do Conselho Municipal de Saúde, Acilinara Moura, apontou falta de acessibilidade na estrutura física das UPAs, infiltrações no teto que causam mofo, repouso inadequado para os profissionais e desabastecimento de medicamentos.

"Encontramos falta de profissionais, escalas cobertas como plantões extras e segundo turno. No que se refere aos insumos e medicamentos, continuam existindo faltas, porém em menor escala da situação anterior", declarou

Acilinara ressaltou que, por serem unidades de urgência com atendimento 24 horas, as melhorias são urgentes. Ela também criticou a demora na regulação de pacientes para continuidade do tratamento nas duas unidades: "existe demora para essa regulação, o que causa prejuízo para o paciente e para o serviço."

O Portal O Dia entrou em contato com a Fundação Municipal de Saúde (FMS), mantenedora das duas unidades, mas não obteve retorno até o fechamento desta reportagem. O espaço segue aberto para manifestação.

Trailer utilizado para vender drogas é interditado pela polícia no Mercado Central de Teresina

Airton Costa – Especial para O DIA
Nathalia Amaral - Editora

Um trailer localizado no entorno do Mercado Central, no Centro de Teresina, foi interditado na manhã desta quinta-feira (16), por suspeita de envolvimento com tráfico de drogas. Segundo as investigações, sob a fachada de um ponto comercial, o local era utilizado para armazenar e vender entorpecentes.

De acordo com o Departamento Estadual de Repressão ao Narcotráfico (Denarc), o estabelecimento foi alvo da Operação Saturação, conduzida pela Diretoria de Operações Policiais (DEOP). Durante a ação, foi identificado que o local funcionava como ponto de venda de entorpecentes.

Diante da constatação, foi solicitada à Justiça a interdição do estabelecimento, considerando a prática reiterada de comercialização de drogas no local. O cumprimento da ordem judicial foi acompanhado pelo diretor do Mercado Central, assegurando a lisura do procedimento e a regularidade de todos os atos.

Segundo o delegado do DENARC, Breno Holanda, a ação é importante para coibir que essas práticas criminosas continuem crescendo. "Cumprindo essa decisão judicial, esse mandado de interdição, nós fortalecemos a política de combate à criminalidade, sobretudo o tráfico de drogas, nas suas diversas modalidades", pontuou. Ainda segundo Holanda, com a medida cautelar, as atividades econômicas do local foram suspensas.

Loja suspeita de comprar ouro roubado é interditada pela segunda vez em Teresina

Rebeca Negreiros – Especial para O DIA
Nathalia Amaral – Editora

Uma loja suspeita de atuar na compra de ouro de origem criminosa foi interditada pela segunda vez na manhã desta quinta-feira (16), durante uma operação policial no Centro de Teresina. A ação faz parte da Operação Ouro Sujo, que investiga a receptação e comercialização de joias roubadas na capital.

O cumprimento de mandado de busca e apreensão e a interdição do estabelecimento foram realizados por equipes da Polícia Civil e da Polícia Militar. A investigação aponta que o local funcionaria como ponto de escoamento de ouro obtido em crimes, especialmente roubos.

De acordo com a polícia, o mesmo estabelecimento já havia sido alvo de uma etapa anterior da operação, em 2025. Na ocasião, o proprietário chegou a ser preso durante o andamento das investigações. A nova ação indica que o local voltou a operar, o que motivou a intervenção mais recente.

Segundo o delegado Lucas Adalício, a medida foi baseada em indícios reunidos ao longo do inquérito. "A Polícia Civil deu cumprimento a um mandado de busca e apreensão e de interdição de uma loja no Centro de Teresina, além de medidas contra um indivíduo apontado como receptador de ouro oriundo de crime", afirmou.

As investigações são conduzidas pela Superintendência de Operações Integradas (SOI), que coordena ações voltadas ao combate a organizações criminosas. A apuração busca identificar não apenas os autores dos roubos, mas também quem compra, armazena ou revende o material furtado, etapa considerada fundamental na cadeia do crime.

De acordo com o delegado Matheus Zanatta, responsável pela superintendência, o foco é atingir o fluxo financeiro ligado a esse tipo de atividade. Ele afirmou que o trabalho inclui a responsabilização de pessoas envolvidas na receptação, com o objetivo de reduzir a circulação de produtos de origem ilegal.

CURTUME COBRASIL LTDA

A Empresa **Curtume Cobrasil Ltda.**, CNPJ Nº 07.228.182/0001-00, situada na Rua Sete de Setembro, s/n, Bairro São José, CEP 64.218-295, Parnaíba – Piauí, torna público que recebeu da Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Piauí - SEMAR, a Regularização de Poço Tubular do Poço 01 Nº PI-AUTPOOU.04147-1/2026, para uso industrial do Empreendimento, situado na Rua Sete de Setembro, s/n, Bairro São José, CEP 64.218-295, Parnaíba – Piauí, com vencimento em 08/04/2029.

CURTUME COBRASIL LTDA

A Empresa **Curtume Cobrasil Ltda.**, CNPJ Nº 07.228.182/0001-00, situada na Rua Sete de Setembro, s/n, Bairro São José, CEP 64.218-295, Parnaíba – Piauí, torna público que recebeu da Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Piauí - SEMAR, a Regularização de Poço Tubular do Poço 02 Nº PI-AUTPOOU.04220-5/2026, para uso industrial do Empreendimento, situado na Rua Sete de Setembro, s/n, Bairro São José, CEP 64.218-295, Parnaíba – Piauí, com vencimento em 09/04/2029.

CURTUME COBRASIL LTDA

A Empresa **Curtume Cobrasil Ltda.**, CNPJ Nº 07.228.182/0001-00, situada na Rua Sete de Setembro, s/n, Bairro São José, CEP 64.218-295, Parnaíba – Piauí, torna público que recebeu da Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Piauí - SEMAR, a Regularização de Poço Tubular do Poço 03 Nº PI-AUTPOOU.04149-0/2026, para uso industrial do Empreendimento, situado na Rua Sete de Setembro, s/n, Bairro São José, CEP 64.218-295, Parnaíba – Piauí, com vencimento em 08/04/2029.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PIAUÍ
SECRETARIA JUDICIÁRIA

AVISO LICITAÇÃO
PROCEDIMENTO LICITATÓRIO nº 90008/2026
MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO

O Tribunal Regional Eleitoral do Piauí, por intermédio de seu Pregoeiro, torna público que está recebendo documentação e proposta para a licitação, na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, cujo objeto é a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de agenciamento de viagens que compreende a emissão, remarcação e cancelamento de passagens aéreas nacionais e, eventualmente, internacionais e emissão de seguro de assistência em viagem internacional destinadas aos Juízes Eleitorais, Servidores, Requisitados e Colaboradores Eventuais, quando em viagem a serviço do TRE-PI, de acordo com as especificações estabelecidas no Termo de Referência (Anexo I do edital). Horário, data e local para recebimento da documentação e proposta: até as 08h29 – horário de Brasília – do dia 6 de maio de 2026, no sítio **www.gov.br/compras./pt-br** O edital já está disponível no PNCP e no sítio **www.tre-pi.jus.br**. Outras informações poderão ser prestadas pelo Pregoeiro e sua Equipe de Apoio, no horário das 07h00 às 13h00, pelo telefone (86) 2107.9765 ou pelo endereço eletrônico **cct@tre-pi.jus.br**.

Edilson Francisco Rodrigues
Pregoeiro

SOCIMOL INDÚSTRIA DE COLCHÕES E MÓVEIS S.A.

CNPJ 06.751.564/0001-42 NIRE JUCEPI 22.3.0001393-9

Edital de Convocação da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária

Ficam os acionistas convocados a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, no dia **27.04.2025, às 14:30 horas**, na cidade de Teresina-PI, na av. Getúlio Vargas, 500, bairro Tabuleta, CEP 64.018-215, para deliberar sobre a seguinte ordem do dia: em AGO: (a) tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2025, o relatório da administração, o parecer dos auditores independentes e o parecer do conselho fiscal; (b) deliberar sobre a destinação do resultado do referido exercício social; em AGE: (c) inclusão de novos CNAE´S; (d) consolidação do Estatuto Social da Companhia.

Instruções Gerais:

(1) Os documentos e informações acerca das matérias constantes da ordem do dia foram publicados e disponibilizados aos acionistas na forma da lei;

(2) Os acionistas poderão solicitar o envio de cópias digitais dos referidos documentos pelo e-mail: reunioes@paraiba.email; e

(3) Os acionistas que desejarem ser representados por procuradores deverão enviar à Companhia os respectivos instrumentos de mandato, validamente outorgados, com **48h** (quarenta e oito horas) **de antecedência da realização da AGOE ao endereço de e-mail reunioes@paraiba.email**.

Teresina-PI, 15 de abril de 2026.

João Claudino Fernandes Júnior
Presidente do Conselho de Administração

SINDILOJAS – Sindicato dos Lojistas do Comércio do Estado do Piauí
Fundado em 23 de Fevereiro de 1954
Reconhecimento Pelo Exmo. Sr. Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio
Em Despacho de 25 de Maio de 1954
Carta Sindical Expedida em 28 de Maio de 1954

ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

O Presidente do SINDILOJAS/PI convida V. S.a a se fazer presente em Reunião de Assembleia Geral a ser realizada no dia 22/04/2025, às 15h30 do ano em curso, que será presencial na sede do Sindilojas/PI, localizada na Rua Desembargador Freitas, 990, 2º andar

Pauta:

Proposta enviada pelo Sindicato dos Comerciários;

COMÉRCIO DO CENTRO E BAIRROS

1– Não funcionar no dia 02 de maio/2026-Sábado. As horas não trabalhadas em número de 04 serão compensadas:
- com o funcionamento sábados- véspera do Dia da Mães a tarde sem o pagamento de hora extras, ou;
- com o funcionamento no feriado de Corpus Christi 04.06 – quinta-feira. sem pagamento de hora extra.

OS ESTABELECIMENTO SEDIADOS NOS SHOPPINGS NÃO SERÃO CONTEMPLADOS COM A PROPOSTA.

2 – Campanha " Dia das mães ".

4- Assuntos de interesse da categoria.

Teresina, 16 de Abril de 2026.

TERTULINO RIBEIRO PASSOS
PRES DO SINDILOJAS/PI

JCF EMPREENDIMENTOS S.A.

CNPJ 06.031.780/0001-13 NIRE JUCEPI 22.3.0001409-9

Edital de Convocação da Assembleia Geral Ordinária

Ficam os acionistas convocados a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária, no dia **27.04.2025, às 11 horas**, na cidade de Teresina-PI, na av. Getúlio Vargas, 500, bairro Tabuleta, CEP 64.018-215, para deliberar sobre a seguinte ordem do dia: (a) tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2025, o relatório da administração, o parecer dos auditores independentes e o parecer do conselho fiscal; (b) deliberar sobre a destinação do resultado do referido exercício social.

Instruções Gerais:

(1) Os documentos e informações acerca das matérias constantes da ordem do dia foram publicados e disponibilizados aos acionistas na forma da lei;

(2) Os acionistas poderão solicitar o envio de cópias digitais dos referidos documentos pelo e-mail: reunioes@paraiba.email; e

(3) Os acionistas que desejarem ser representados por procuradores deverão enviar à Companhia os respectivos instrumentos de mandato, validamente outorgados, com **48h** (quarenta e oito horas) **de antecedência da realização da AGO ao endereço de e-mail reunioes@paraiba.email**.

Teresina-PI, 15/04/2026.

João Marcello de Macêdo Claudino
Presidente do Conselho de Administração

EQUATORIAL PIAUÍ DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.
Sociedade Anônima de Capital Fechado
NIRE 22300014668 | CNPJ nº 06.840.748/0001-89

VERSÃO RESUMIDA DO EDITAL DE CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA A SER REALIZADA EM 27 DE ABRIL DE 2026

A EQUATORIAL PIAUÍ DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A. ("Companhia") vem pela presente, nos termos do art. 124 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das S.A."), convocar a Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária ("Assembleia Geral") a ser realizada no dia 27 de abril de 2026, às 15 horas, em 1ª (primeira) convocação, **de forma exclusivamente digital**, para examinar, discutir e votar a respeito da seguinte ordem do dia: **A) Em Assembleia Geral Ordinária: (i)** as demonstrações financeiras da Companhia, acompanhadas das respectivas notas explicativas e do relatório do auditor independente referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025; **(ii)** o relatório da administração e as contas dos administradores referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025; **(iii)** a proposta da administração para a destinação do resultado da Companhia apurado no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025; **(iv)** a fixação da remuneração global anual da administração para o exercício de 2026; **B) Em Assembleia Geral Extraordinária: (v)** o aumento do capital social da Companhia, mediante a capitalização de saldo parcial da reserva legal, reserva de incentivos fiscais e reserva estatutária de lucros da Companhia; **(vi)** a alteração do caput do art. 5º do Estatuto Social da Companhia para refletir o atual capital social da Companhia; e **(vii)** a consolidação do Estatuto Social da Companhia. Para participação na Assembleia Geral, o acionista deverá solicitar seu cadastro até o dia **25 de abril de 2026**, mediante solicitação pelo *e-mail* ri@equatorialenergia.com.br, fornecendo as informações e documentos indicados abaixo ("Solicitação de Acesso"). A Solicitação de Acesso deverá: **(i)** conter a identificação do acionista e, se for o caso, de seu representante legal que comparecerá à Assembleia Geral, incluindo seus nomes completos e seus CPF ou CNPJ, conforme o caso, e telefone e endereço de *e-mail* do solicitante; e **(ii)** ser acompanhada dos documentos necessários para participação na Assembleia Geral, conforme descritos na versão da íntegra deste Edital de Convocação e na Proposta da Administração da Companhia para a Assembleia Geral. Validadas a condição de acionista e a regularidade dos documentos pela Companhia após a Solicitação de Acesso, o acionista receberá, até 24 (vinte e quatro) horas antes da Assembleia Geral, as instruções para acesso ao sistema eletrônico para participação na Assembleia Geral. Caso o acionista não receba as instruções de acesso com até 24 (vinte e quatro) horas de antecedência do horário de início da Assembleia Geral, deverá entrar em contato com o Departamento de Relações com Investidores, por meio do *e-mail* ri@equatorialenergia.com.br, com até 2 (duas) horas de antecedência do horário de início da Assembleia Geral, para que seja prestado o suporte necessário. Será de responsabilidade exclusiva do acionista assegurar a compatibilidade de seus equipamentos com a utilização da plataforma para participação da Assembleia Geral por sistema eletrônico, sendo que a Companhia não se responsabilizará por quaisquer dificuldades de viabilização e/ou de manutenção de conexão e de utilização da plataforma digital que não estejam sob controle da Companhia. Os documentos e informações relativos às matérias a serem deliberadas na Assembleia Geral encontram-se à disposição dos acionistas na sede social e no *site* da Companhia (https://ri.equatorialenergia.com.br/pt-br/). Ressalta-se que a presente publicação se trata de informação resumida que não deve ser considerada isoladamente para a tomada de decisão. A versão integral desde Edital está disponível nas páginas eletrônicas do jornal O Dia (https://portalodia.com/editais) e da Companhia. Teresina/PI, 16 de abril de 2026. **Augusto Miranda da Paz Júnior** - Presidente do Conselho de Administração.

equatorial

EDITORIAL

"Aprecie a viagem"

Às vezes, na correria da vida, a gente esquece do básico: agradecer. Acordar respirando já é um privilégio silencioso, desses que passam batido. Ter um emprego, uma família, mais um dia pela frente... nada disso é automático, embora a gente trate como se fosse.

No lugar da gratidão, entra o piloto automático da reclamação. A casa bagunçada irrita, o trânsito estressa, o dia que não saiu como planejado parece um fracasso pessoal. E, sem perceber, a gente transforma pequenos contratempos em grandes frustrações.

Só que tem um detalhe incômodo: a vida nunca foi sobre controle. Desde o nascimento, tudo já começa fora do nosso alcance. O imprevisto não é exceção, é regra. E talvez o erro esteja justamente em esperar que tudo siga um roteiro certinho, como se isso fosse possível.

Quando a gente amplia o olhar, a perspectiva muda. Nascer já é um evento improvável. Nascer em um lugar específico, mais ainda. Se existe só uma fração mínima de chance de você estar exatamente onde está, talvez isso diga alguma coisa, ou, no mínimo, convide à reflexão.

Para ter uma ideia, a probabilidade de alguém nascer no Piauí gira em torno de 0,04% da população mundial. É um número pequeno, quase irrelevante à primeira vista. Mas ele escancara um ponto: estar aqui não é tão comum quanto parece. E, se não é comum, talvez mereça mais atenção do que a gente costuma dar.

E se não houver propósito nenhum pronto, tudo bem também. A parte mais honesta disso tudo é que o sentido não vem de fábrica. Cabe a cada um construir o seu, mesmo no meio da bagunça, do atraso e dos dias que não saem como o esperado. Afinal, perder o controle não é o problema. Às vezes, é só o começo.

ASPAS DO DIA

Arquivo | O DIA

"Não adianta enfrentarmos a violência apenas nas comunidades, com tiros. Precisamos ter inteligência e integração", **disse o secretário nacional de Segurança Pública, Chico Lucas.**

NO TRAÇO DE JOTA A

ARTIGO

O muro entre pai e filho

Alisson Dias Gomes - Jornalista, professor universitário e doutor em Comunicação Audiovisual (e-mail: alissondg@bol.com.br).

Há silêncios na vida que não são ausência de som, mas excesso de tudo aquilo que nunca foi dito. Sem medo de asseverar, ouso dizer que se trata daquilo que foi deixado de lado ou negligenciado com propósito ou inconscientemente.

Entre um pai e um filho, o silêncio pode crescer como um muro invisível, erguido de modo paulatino, tijolo a tijolo, tendo por base uma argamassa feita de mágoas acumuladas, palavras engolidas e gestos mal interpretados ou, até mesmo, ausentes.

Na rotina de uma casa compartilhada, o barulho cotidiano das portas e janelas que se abrem, dos passos no corredor, dos talheres na mesa, dos assobios, estalos, aplausos e músicas contrasta com a ausência de diálogo. Eles coexistem, mas não se encontram.

O espaço físico é dividido, às vezes de modo controlado e comedido, mas o emocional é um território fragmentado, onde cada um ocupa sua ilha, isolando-a ainda mais do território vizinho, a depender das situações e das personagens.

E, neste ambiente, surgem perguntas: o que leva um laço tão fundamental a esse ponto de ruptura silenciosa? Por que pai e filho (con) vivem nesse deserto de palavras?

Muitas vezes, não é um único evento, mas uma sequência de desencontros e desinteresses. Creio que expectativas frustradas, cobranças excessivas, falhas de compreensão, incapacidade de diálogo e, até mesmo, da complexa empatia.

De um lado, o pai acredita ter feito o "melhor" ou tudo aquilo que poderia ter sido feito. Do outro lado, o filho sente por não ter sido o suficiente diante daquilo que o mundo e seu pai projetaram para ele.

A mágoa, quando não elaborada, ganha raízes profundas. Ela se transforma em rancor, é manifestada no silêncio. Não um silêncio de paz, mas de resistência. Fala-se menos para não ferir e também para não ceder. E, assim, o orgulho ocupa o lugar do afeto.

Há algo de profundamente trágico nessa convivência muda e marcante. Diferente da distância física, que ao menos oferece a clareza da separação, a proximidade sem comunicação é uma forma de exílio compartilhado. Um exílio dentro de casa, onde o outro está presente, mas emocionalmente ausente e se torna um ser inacessível.

Nesse contexto, o silêncio deixa de ser neutro e comunica muito. Diz "não perdoo", "não esqueço", "não me importo mais", ainda que nenhuma dessas frases tenha sido pronunciada em voz alta. É um discurso contínuo, sustentado pela ausência.

Do ponto de vista social, esse tipo de relação revela também uma dificuldade maior: a incapacidade de lidar com conflitos de forma aberta. Em muitas famílias, falar sobre sentimentos ainda é tabu ou fraqueza. Homens, especialmente, são ensinados a calar. pais e filhos, presos a esse modelo, tornam-se estranhos emocionais.

Mas há uma diferença crucial entre calar e resolver. O silêncio pode evitar confrontos imediatos, mas não resolve o que o originou. Pelo contrário, ele amplia a distância, cristaliza percepções e impede qualquer possibilidade de reconstrução.

Romper esse ciclo exige mais do que vontade, exige coragem. A coragem de revisitar feridas, de reconhecer erros, de ouvir o que pode doer. Não há garantias de reconciliação, mas há, ao menos, a chance de transformar o silêncio em palavra.

Enquanto isso não acontece, o cotidiano segue. O pai chega, o filho evita. O filho entra, o pai se cala. E, no meio desse desencontro, o tempo cumpre seu papel inexorável: passa. E com ele, leva consigo as oportunidades não aproveitadas de dizer e ouvir.

O maior risco desse silêncio não é o afastamento em si, mas a permanência dele até que já não haja mais tempo para quebrá-lo.

ARTIGO

Dois mundos

Denise Sabino Villanova - Doutora em Literaturas Estrangeiras Modernas

Bom dia a todos/as! Neste que será um dia bastante movimentado para mim, mas fica a pergunta: quando não é? Acredito que para os leitores é assim também.

Dois mundos. Diferentes. Que não deviam ser. O mundo do atendimento bancário no pior banco brasileiro. E o mundo numa fina loja de um fino Shopping Center.

O mundo dos cuidados com pais idosos e o de quem não tem pais. O mundo de quem não tem o que comer e o de quem trabalha tanto, que nem tem tempo para isso. O mundo das universidades federais e o das particulares.

Assim é a vida. Uma dicotomia permanente. A dualidade dos pares opostos: dia-noite, inverno-verão, vida-morte.

Vamos aos fatos. Nesta semana fui a um banco, acredito que o mais popular do país. No grotesco banco – e, ironicamente, não direi o nome, mas como também se diz popularmente, "entendedores entenderão" – havia um cartaz em uma parede falando que a Lei n° 8192/1998, 2° parágrafo, obriga o banco a atender cada cliente em até 15 minutos, salvo em dias de pagamentos, quando o tempo pode levar 20 minutos. 35 minutos após ler o cartaz, fui (mal) atendida. O Banco grotesco deve ter bons funcionários, mas certamente não era o dia do que me atendeu. Grosseria, raiva, descaso, rudeza nas palavras. Foi bastante difícil me manter calma, com tamanha energia negativa. Falei ao funcionário que uma colega dele tinha dito que ele poderia fazer uma transferência para mim para outro banco (não tenho conta no grotesco) e ele me disse "ela te mentiu". Isso lá é resposta que se apresente, para dizer o mínimo?

Após essa experiência, fui a um bonito Shopping Center, trocar um par de sapatos. Fui extremamente bem atendida, e isso que eu nem estava muito arrumada, mas o atendimento foi impecável. Assim deveriam ser todos os atendimentos. Mas entendo que em alguns dias as pessoas devam ter seus problemas transbordando.

Pais idosos: algumas amigas estão cuidando dos seus, com muito amor, carinho, paciência. As admiro muito! Uma vai se mudar de cidade, para ficar perto da mãe. Isso me toca! Parabéns a essas amigas que cuidam dos pais, filhos e netos. Tenho um amigo que frequentemente perde a paciência com os pais; é verdade, não deve ser fácil cuidar de tudo – como disse, ser o "queijo do sandwich", estar entre pais e filhos. Disse a ele que "quem dera eu ainda tivesse os meus". É aquela dualidade que falei: ele se irrita com os pais, mas fica feliz por tê-los, claro. Isso é bom.

Tenho trabalhado tanto, mas tanto, que desonrei a parcela da população que não tem um grão de arroz para comer, deixando de jantar, porque precisava completar um trabalho às 11:15 da noite. Me senti uma cretina, com a geladeira cheia e fazendo essa palhaçada, dizendo "não tenho tempo para comer". Vou tentar me lembrar dessa (má) sensação na próxima vez que trabalhar até tarde... ãh... todas as noites, então.

Finalmente, as universidades. Na Federal do Rio Grande do Sul, onde fui convidada para dar algumas aulas, o descuido, o desalento já nos jardins, lajotas no chão, prédios dilapidados. Dá uma sensação triste, melancólica até. Na particular, a Pontifícia Universidade Católica, onde fui na exposição de uma amiga, um mundo encantado! Com ruas (sim!), segurança, estacionamento, pinturas-murais, restaurantes... estudei lá. Já era bom o ambiente antes, agora... é como um navio-cruzeiro. Parque temático. Saí de lá maravilhada!

E assim termina a dualidade da semana. Noto que desaprendi a relaxar. Não há um minuto de sossego. Em março, usei as piscinas dos hotéis três vezes. Por mim eu estaria em uma delas, agora. Mas o trabalho me chama. E é bom ter trabalho, em meio a tanto desemprego!

Por fim, deixo uma frase que aprendi na semana, de um motorista de uber, psicólogos intuitivos. Disse ele que aprendeu na faculdade: "É fácil ser bom. É fácil ser mau. Difícil é ser justo".

Bom fim de semana a todos/as, com trabalho, sim, mas descanso também!

O DIA CREDIBILIDADE DESDE 1951

Valmir Miranda
Presidente

Tânia Carvalho Miranda
Diretora Adm Financeiro

Carivaldo Marques
Diretor Industrial

Ithyara Borges
Editora-chefe

Nathalia Amaral
Chefe de Reportagem

Liberal Neto
Diretor Executivo

CREDIBILIDADE DESDE DE 1951
ISSN 21772818
75 ANOS

Telefones da Redação
86 2106-9941/ 9942/ 9947/ 9958
Email: jornal@portalodia.com

Publicidade
86 2106-9911/ 9919
Email: opec@jornalodia.com.br

Atendimento ao Assinante
86 2106-9944 / 86 9535-9211 whataspp
Email: assinatura@jornalodia.com.br

Representantes
São Paulo / Rio de Janeiro / Recife
J. O. PROPAGANDA E PUBLICIDADE LTDA (Plano Representação)
Rua Quirino Cardoso, 110 Vila Santa Maria / São Paulo
21 99994-8391

Brasília
LC Propaganda e Marketing
61. 99147-3805 / 61. 3443-0462

SIG QD 01, Lt 385 sala 215 -
Ed Platinum Office
Brasília - DF

Fortaleza
NSA/Ce
Av. Santos Dumont1301/
Aldeota - 85 98829-3149

ESPORTES

WHASTSAPP DA REDAÇÃO : 86 98190-9900
PORTALODIA.COM
ASSINATURA DIGITAL: 86 2106-9944

COPA do MUNDO

CURIOSIDADE

Realizada no Uruguai, apenas quatro seleções europeias aceitaram participar, pois a viagem de navio durava cerca de 15 a 20 dias.

FALTAM **56** DIAS

Técnico Arthur Elias: "a equipe cresce quando somamos o esforço e a qualidade"

Treinador diz que seu plano de jogo leva em consideração a minutagem completo da partida

Na noite de terça-feira (14), a Seleção Brasileira goleou a Zâmbia por 6 a 1, em partida válida pelo FIFA Series. A equipe comandada pelo técnico Arthur Elias foi para o intervalo vencendo apenas por 1 a 0 e, apesar de ser dominante, as adversárias conseguiram levar perigo à defesa. Após conversa no vestiário, o time despontou e finalizou a partida com um placar elástico. Em entrevista coletiva, o treinador destacou a importância das substituições e de ter atletas confiantes.

"A gente sempre entra com um plano de jogo entendendo a minutagem completa da partida. É óbvio que, no primeiro tempo, nem sempre a gente vai conseguir fazer minutos como a gente fez, por exemplo, contra a Inglaterra e contra a França. Vai muito de cada contexto. A interferência no intervalo é o momento das trocas. Isso tudo faz diferença", disse.

"Eu já tenho uma experiência junto também da minha comissão técnica, de saber trabalhar com o grupo todo estrategicamente. Mas as jogadoras também são muito boas e, quem entra, entra confiante. Quem fica no banco um dia, no outro dia vai ser titular. Elas estão entendendo muito bem isso e o quanto a equipe cresce quando a gente soma o esforço e a qualidade", completou.

Além desta vitória sobre a Zâmbia, o Brasil também derrotou a Coreia do Sul por 5 a 1 no FIFA Series. Ao todo, foram 11 gols feitos e apenas dois sofridos em dois jogos do torneio. Já pensando no confronto contra o Canadá no sábado (18), Arthur Elias reforçou que manterá o modelo de jogo ofensivo e que cada partida tem sido um aprendizado para o ciclo de Copa do Mundo.

Lívia Villas Boas | CBF

SELEÇÃO FEMININA DISPUTA O FIFA SERIES

"O modelo (de jogo) é todo pensado em uma Seleção Brasileira ofensiva. Eu não acredito no futebol brasileiro de outra maneira. É a natureza das jogadoras, é o que elas fazem de melhor. A gente precisa ter muitas chances de gol para tentar aumentar a nossa eficiência e vencer os jogos. É um processo que a gente vai seguir, mas a ideia central é essa", afirmou.

"A gente espera que o jogo contra o Canadá seja muito duro e precisamos levar como uma final. Temos que aproveitar cada experiência que temos em cada Data FIFA, e em cada confronto tirar desses jogos um aprendizado. Vamos encarar esse jogo como a partida que é, uma final, para a gente sair daqui campeão", finalizou.

O último jogo do FIFA Series, que será entre Brasil e Canadá, será disputado no sábado (18), na Arena Pantanal, em Cuiabá, às 21h30 (horário local). Ingressos para o duelo estão disponíveis através do aplicativo FacePass.

| CBF

NOTA DE PESAR

Com pesar, comunicamos o falecimento de **Raul da Costa Chaves**, ocorrido no dia 12 de abril de 2026, na cidade de Goiânia, onde residia há muitos anos.

Deixa filhos, netos e bisnetos em Goiânia e em Teresina, além de parentes e amigos que guardarão com carinho sua memória.

A missa de 7º dia será celebrada no dia 18 de abril, às 10h, na Capela Mater Dolorosa.

Convidamos familiares e amigos para este momento de fé e homenagem.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DA CANABRAVA – PI
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 012/2026
Processo Administrativo nº 030/2026

Objeto: Contratação de empresa do ramo pertinente para prestação de serviços de confecção de impressos gráficos para a prefeitura municipal e secretarias do município de São João da Canabrava-PI, conforme lotes: I, II, III E IV. Tipo: Menor preço por Lote. Adjudicação: POR ITEM. Fonte de Recurso: 500, 540, 600, 660, 706. Valor: Lote I R$ 64.987,00, Lote II R$ 92.696,95, Lote III R$ 83.165,95 e Lote IV R$ 97.003,30 e Valor Total de R$ 337.853,20. Data da abertura: 05/05/2026 às 09:00h no sítio: https://bllcompras.com. Mais informações: www.bllcompras.com.br; https://www.tce.pi.gov.br/; Informações adicionais, dúvidas e pedidos de esclarecimentos deverão ser dirigidos ao Pregoeiro no endereço eletrônico: antoniojrsilva89@outlok.com. Suporte legal: Lei Federal nº. 14.133 de 01 de abril de 2021 com suas alterações, o Decreto Municipal nº 234 de 23 de novembro de 2022.

São João da Canabrava (PI), 16 de abril de 2026.
Antônio Júnior de Sousa e Silva
Pregoeiro

EDITAL DE INTIMAÇÃO PARA PROTESTO

Oficial do Registro de Protesto do Cartório Extrajudicial, da cidade de Aroazes-PI localizado na PRAÇA DR. FRANCISCO SOARES FILHO, CENTRO - 366, AROAZES - PIAUÍ. NOTIFICA e intima a(s) pessoa(s) física(s) e/ou jurídica(s), MARIA IRENIDE DA SILVA; MARIA DOS REIS SOUSA MORAIS; FRANCISCO RAMOS DA COSTA; MARIA GORETE DOS SANTOS SILVA; MARIA DO O DO NASCIMENTO GOMES; MARIA DE JESUS FERNANDES DA SILVA; LEILA DE MARIA GOMES FEITOSA MASTER NET; FRANCISCA MARIA DE SOUSA MARTINS; MARIA DEUSA DOS SANTOS; ANTONIO TOME SOARES DE CARVALHO NETO; ANTONIO TOME SOARES DE CARVALHO NETO; MARIA DO O DO NASCIMENTO GOMES; CLEUDES SANTOS DE AQUINO VIEIRA; MARIA GORETE DOS SANTOS SILVA; AURIANE MARIA JESUS DE ARAUJO; MARIA DE JESUS FERNANDES DA SILVA; JOSE FRANCISCO DE SOUSA; RAIMUNDO VIEIRA DE SOUSA; MARIA ZIZEUDA NUNES DE SOUSA SOARES; MARIA ZIZEUDA NUNES DE SOUSA SOARES; MARIA ZIZEUDA NUNES DE SOUSA SOARES; MARIA ZIZEUDA NUNES DE SOUSA SOARES; MARIA ZIZEUDA NUNES DE SOUSA SOARES; MARIA ZIZEUDA NUNES DE SOUSA SOARES; MARIA ZIZEUDA NUNES DE SOUSA SOARES; MARIA ZIZEUDA NUNES DE SOUSA SOARES; MARIA ZIZEUDA NUNES DE SOUSA SOARES; MARIA ZIZEUDA NUNES DE SOUSA SOARES; MARIA ZIZEUDA NUNES DE SOUSA SOARES; MARIA ZIZEUDA NUNES DE SOUSA SOARES; MARIA ZIZEUDA NUNES DE SOUSA SOARES; MARIA ZIZEUDA NUNES DE SOUSA SOARES; MARIA ZIZEUDA NUNES DE SOUSA SOARES; MARIA ZIZEUDA NUNES DE SOUSA SOARES; HELENA MARIA DA CONCEICAO SOARES; H. M. C. SOARES; HELENA MARIA DA CONCEICAO SOARES; H. M. C. SOARES; MARIA ZIZEUDA NUNES DE SOUSA SOARES; SAO JOSE ALIMENTOS PEDRINHAS LTDA; HELENA MARIA DA CONCEICAO SOARES; H. M. C. SOARES; HELENA MARIA DA CONCEICAO SOARES; H. M. C. SOARES; HELENA MARIA DA CONCEICAO SOARES; H. M. C. SOARES; HELENA MARIA DA CONCEICAO SOARES; H. M. C. SOARES; HELENA MARIA DA CONCEICAO SOARES; H. M. C. SOARES; LUCILENE PEREIRA DE ASSIS SILVA 84913908391; LUCILENE PEREIRA DE ASSIS SILVA 84913908391; LUCILENE PEREIRA DE ASSIS SILVA 84913908391; LUCILENE PEREIRA DE ASSIS SILVA 84913908391; LUCILENE PEREIRA DE ASSIS SILVA 84913908391; UELSON LIMA DE BRITO; HELENA MARIA DA CONCEICAO SOARES; H. M. C. SOARES; HELENA MARIA DA CONCEICAO SOARES; H. M. C. SOARES; HELENA MARIA DA CONCEICAO SOARES; H. M. C. SOARES; HELENA MARIA DA CONCEICAO SOARES; H. M. C. SOARES; HELENA MARIA DA CONCEICAO SOARES; H. M. C. SOARES; SOLIMAR FRAZAO DOS SANTOS; LUZINETE LIMA DE BRITO; REGINALDO MOURA SOUSA; JOSIMAR VIEIRA ROCHA; SUPERMERCADO GENESIO LTDA; FRANCISCO SOARES DE SOUSA; REGINALDO MOURA SOUSA; GENESIO RODRIGUES DE SOUSA; MARIA DO O DO NASCIMENTO GOMES; MARIA EVILENE ARAUJO DE AQUINO 76307638320; MARIA EVILENE ARAUJO DE AQUINO 76307638320; SUPERMERCADO GENESIO LTDA; TARSIS RUBENS SOARES; T R SOARES MATERIAL DE CONSTRUCAO; TARSIS RUBENS SOARES; T R SOARES MATERIAL DE CONSTRUCAO; TARSIS RUBENS SOARES; T R SOARES MATERIAL DE CONSTRUCAO; TARSIS RUBENS SOARES; T R SOARES MATERIAL DE CONSTRUCAO; TARSIS RUBENS SOARES; T R SOARES MATERIAL DE CONSTRUCAO; TARSIS RUBENS SOARES; T R SOARES MATERIAL DE CONSTRUCAO; LUIZA FERREIRA DE SOUSA E SILVA; JOSE ALVES DE ARAUJO; ADRIELSON JOSE PEREIRA DA SILVA; VICENTE PEREIRA DA SILVA NETO; ITAMAR MENDES FRAZAO; ITAMAR MENDES FRAZAO; VICENTE PEREIRA DA SILVA NETO; ITAMAR MENDES FRAZAO; ITAMAR MENDES FRAZAO; FRANCISCA TENORIO DE OLIVEIRA; ANA LUCIA SOARES GOMES; MARIA GORETE DOS SANTOS SILVA; CLEUDES SANTOS DE AQUINO VIEIRA; JOSE FRANCISCO DE SOUSA; ANTONIA ALVES SOARES DA COSTA; MARIA DA CONCEICAO LOPES LIMA; IVANILDO SOARES COSTA; IVANILDO SOARES COSTA; TARSIS RUBENS SOARES; T R SOARES MATERIAL DE CONSTRUCAO; TARSIS RUBENS SOARES; T R SOARES MATERIAL DE CONSTRUCAO; TARSIS RUBENS SOARES; T R SOARES MATERIAL DE CONSTRUCAO; TARSIS RUBENS SOARES; T R SOARES MATERIAL DE CONSTRUCAO; ODENES SOARES DA COSTA; MARIA JOSE ALEXANDRE; EBIMAR DE SOUSA MOURAO; FRANCISCO ALVES DE AQUINO; TARSIS RUBENS SOARES; T R SOARES MATERIAL DE CONSTRUCAO; TARSIS RUBENS SOARES; T R SOARES MATERIAL DE CONSTRUCAO; TARSIS RUBENS SOARES; T R SOARES MATERIAL DE CONSTRUCAO; TARSIS RUBENS SOARES; T R SOARES MATERIAL DE CONSTRUCAO; TARSIS RUBENS SOARES; T R SOARES MATERIAL DE CONSTRUCAO; UELSON LIMA DE BRITO; TARSIS RUBENS SOARES; T R SOARES MATERIAL DE CONSTRUCAO; TARSIS RUBENS SOARES; T R SOARES MATERIAL DE CONSTRUCAO; TARSIS RUBENS SOARES; T R SOARES MATERIAL DE CONSTRUCAO; TARSIS RUBENS SOARES; T R SOARES MATERIAL DE CONSTRUCAO; TARSIS RUBENS SOARES; T R SOARES MATERIAL DE CONSTRUCAO; LUCIMAR BARBOSA LEITE; TARSIS RUBENS SOARES; T R SOARES MATERIAL DE CONSTRUCAO; TARSIS RUBENS SOARES; T R SOARES MATERIAL DE CONSTRUCAO; TARSIS RUBENS SOARES; T R SOARES MATERIAL DE CONSTRUCAO; TARSIS RUBENS SOARES; T R SOARES MATERIAL DE CONSTRUCAO; TARSIS RUBENS SOARES; T R SOARES MATERIAL DE CONSTRUCAO; SUPERMERCADO GENESIO LTDA; SUPERMERCADO GENESIO LTDA; LOJA MATEUS; LOJA MATEUS; ANDR JORGE DA COSTA; FABIO PEREIRA DA COSTA, a comparecer neste Cartório no prazo de 03 dias úteis, a contar da publicação do presente Edital. Estão sendo intimados por Edital pelas seguintes razões: alguns não residem e não tem domicílio nesta cidade, outros por terem localização incerta ou ignorada, outros não terem sido localizados, com endereços errados e ainda alguns por terem se recusado a receber o aviso para protesto. O não comparecimento do prazo determinado implicará no protesto do título, na forma da lei 9492 de 10/09/1997.

Aroazes - PI, 16 de Abril de 2026.

MANOEL BARBOSA DO NASCIMENTO FILHO:07761015368

ESTADO DO PIAUÍ
PREFEITURA MUNICIPAL DE
MORRO CABEÇA NO TEMPO
Comissão Permanente de Licitação

AVISO DE RELANÇAMENTO DE CONVOCAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO DIRETA POR MEIO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Morro Cabeça no Tempo torna público que realizará a abertura de Chamada Pública para Dispensa de Licitação, abaixo citada, na conformidade da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como se coloca à disposição dos interessados para prestar quaisquer esclarecimentos a respeito da contratação.

Poderão ofertar proposta os fornecedores que tiverem especialidade correspondente ao objeto de contratação.

- **Dispensa de Licitação NLL Nº 002/2026.**
- **Processo Administrativo Nº 014/2026**
- **Objeto:** Contratação Direta por meio de Dispensa de Licitação para **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS PARA A EXECUÇÃO DO INVENTÁRIO PATRIMONIAL COMPLETO DOS BENS MÓVEIS DO MUNICÍPIO DE MORRO CABEÇA DO TEMPO/PI.**
- **Suporte legal:** Art. 75, II da Lei nº 14.133/2021
- **Fonte de Recurso:** 1.500.00-999.000, 1.500.00-999.000.
- **Recebimento das propostas:** até 30 de março de 2026.
- **Abertura da Sessão: 09 h do dia 24 de abril de 2026.**
- **Período de lances: 6 horas**
- **Local:** Bolsa Nacional de Compras
- **Retirada do Termo de Referência:** Prefeitura Municipal de Morro Cabeça no Tempo – Setor de Licitação – Rua Irídio Batista Figueiredo, s/n, Cidade Nova, Morro Cabeça no Tempo – PI, Portal da Transparência.

Morro Cabeça no Tempo-PI, 16 de abril de 2026.

Vladimir Duarte Pereira
Agente de Contratação do Município de Morro Cabeça no Tempo-PI

PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE JOSÉ DE FREITAS - PIAUÍ

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 017/2026

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA EM APARELHOS DE AR - CONDICIONADO TIPO SPLIT, INCLUINDO FORNECIMENTO E TROCA DE PEÇAS, RECARGA DE GÁS, REPARO DE VAZAMENTOS E RUÍDOS,COM O OBJETIVO DE SUPRIR AS NECESSIDADES DA CÂMARA MUNICIPAL DE JOSÉ DE FREITAS-PI.
TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL.
DATA DE INÍCIO P/ CADASTRO DAS PROPOSTAS: 20/04/2026. HORÁRIO: 09:00h (horário de Brasília).
DATA FIM P/ CADASTRO DAS PROPOSTAS: 06/05/2026. HORÁRIO: 09:00h (horário de Brasília).
DATA P/ ABERTURA DAS PROPOSTAS: 06/05/2026. HORÁRIO: 10:00h (horário de Brasília).
DATA P/ RODADA DE LANCES: 06/05/2026. HORÁRIO: 10:30h (horário de Brasília).
EDITAL: Portal de Compras Públicas (www.portaldecompraspublicas.com.br), (www.tce.pi.gov.br) e (https://www.gov.br/pncp/pt-br).
INFORMAÇÕES: na sede da Câmara Municipal, Rua Jacob Freitas, nº 526, Centro, CEP 64.110-000, Município de José de Freitas-PI, de segunda-feira a sexta-feira das 08:00 às 13:00 horas ou no e-mail: camarajfpi@outlook.com

PUBLIQUE-SE

José de Freitas (PI), 16 de abril de 2026.

LORENA DE CARVALHO SILVA
Agente de Contratação

PREFEITURA MUNICIPAL DE PADRE MARCOS - PI

AVISO DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 031/2026
PROCESSO Nº 036/2026

FORMALIZAÇÃO DE CONSULTAS E EDITAL:
https://padre-marcos.licitaconnect.com.br/home
https://padremarcos.pi.gov.br/
https://sistemas.tce.pi.gov.br/licitacoesweb/

INÍCIO DE RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: 16/04/2026 – 08:00:00
TÉRMINO DO RECEBIMENTO DE PROPOSTAS: 04/05/2026 – 08:00:00
ABERTURA E ANÁLISE DE PROPOSTA: 04/05/2026 – 08:10:00
INÍCIO DA ETAPA DE LANCES: 04/05/2026 – 08:20:00
SISTEMA: LICITACONNECT - LICITAÇÕES ELETRÔNICAS
CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO GLOBAL
MODO DE DISPUTA: ABERTO ☒ FECHADO ☐
OBJETO: Contratação de empresa para prestação de serviços metalúrgicos em geral, para manutenção de bens da administração pública do município de Padre Marcos-PI.
VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO: R$ 173.000,00 (cento e setenta e três mil reais).
GARANTIA DA PROPOSTA: SIM ☐ NÃO ☒
EXCLUSIVA ME/ME/EPP: SIM ☐ NÃO ☒
BENEFÍCIO LOCAL/ REGIONAL: SIM ☐ NÃO ☒
VALIDADE DA PROPOSTA: (60 DIAS)

Torna-se público que a Prefeitura Municipal de Padre Marcos - PI, por meio da Comissão de contratação e atuação de gestores e fiscais de contratos e licitações, sediada, Rua Antônio de Macedo nº 150, centro, cidade de Padre Marcos – PI, sede da Prefeitura Municipal, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

Padre Marcos-PI, 14 de abril de 2026.

Wiliane Kelly da Silva
Prefeita Municipal

Adelina Juliana Leal
Agente de Contratação

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA ELETIVA(Boletim Oficial) O Presidente da **FEDERAÇÃO DE FUTEBOL DO PIAUÍ**, Robert Brown Carcara da Silva, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, nos termos **dos arts. 19 a 28 e 47 a 52, caput, bem como respectivos parágrafos, incisos e alíneas, do Estatuto da FFP**, e ainda com lastro no ordenamento jurídico aplicável a espécie (CONSTITUIÇÃO FEDERAL E LEI Nº 9.615/98 E SUAS ALTERAÇÕES), **CONVOCA**, através do respectivo **EDITAL** todas as Entidades de administração municipal (Ligas), bom como todas as Associações de prática do futebol (clubes) filiada à Federação de Futebol do Piauí e em dia com suas obrigações para a realização da Assembléia Geral Ordinária Eletiva, a ser realizada **no dia 29 do mês de abril de 2026, às 09h00m em primeira convocação e às 09h30m em segunda e última convocação, no Metropolitan Hotel, Avenida Frei Serafim, nº 1696, nesta capital**, com a seguinte ordem do dia: Eleição do Presidente, do 1º Vice-Presidente, do 2º Vice-Presidente, do 3º Vice-Presidente e dos membros efetivos e suplentes da Federação de Futebol do Piauí, para exercício de mandato para o quadriênio 2027/2030. As associações e Ligas, filiadas da FFP e com direito a voto, ora convocadas neste ato são as seguintes: Esporte Clube Flamengo – 1 voto; Piauí Esporte Clube – 2 votos; River Atlético Clube – 2 votos; 4 de Julho Esporte Clube – 2 votos; Associação Esportiva de Altos – 2 votos; Sociedade Esportiva de Picos – 2 votos; Associação Atlética Corisabba – 1 votos, Fluminense Esporte Clube – 2 votos; Associação Atlética Oeirense – 2 votos; Comercial Atlético Clube – 2 votos; Clube Atlético Piauiense – 2 votos; Teresina Esporte Clube – 2 votos; Parnahyba Sport Club – 2 votos; Sociedade Esportiva Tiradentes – 1 voto; Caiçara Esporte Clube – 2 votos; Liga da Grande Teresina – 1 voto; Liga Amarantina de Futebol – 1 voto; Liga Barrense de Futebol – 1 voto; Liga de Futebol da Cidade de São João do Piauí – 1 voto; Liga Desportiva Cultural de Barro Duro – 1 voto; Liga de Futebol do Coqueiro da Praia – 1 voto; As chapas concorrentes aos cargos deverão preencher os requisitos descritos no art. 48 e seus parágrafos, do Estatuto da FFP. A inscrição das chapas poderá ocorrer das 13:00hs às 18:00hs até o dia 22 de Abril de 2026, junto à Secretaria da Comissão Eleitoral Independente situada na Avenida José do Santos e Silva, 1100 – Sala 01. No dia 23 de abril de 2026 será dada publicidade de quais chapas tiveram suas inscrições deferidas, no site da Federação de Futebol do Piauí(www.ffp-pi.com.br).Dê-se a Ciência, Publique-se e Cumpra-se. Teresina (PI), 15 de Abril de 2026. **Robert Brown Carcará da Silva-Presidente da Federação de Futebol do Piauí**

PRISMA

Lucienne Sampaio

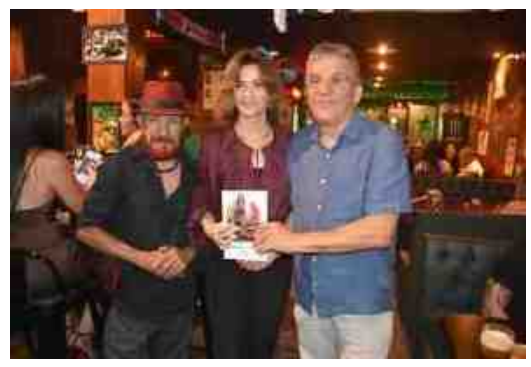
#FEIRA DO EMPREENDEDOR DO PIAUÍ

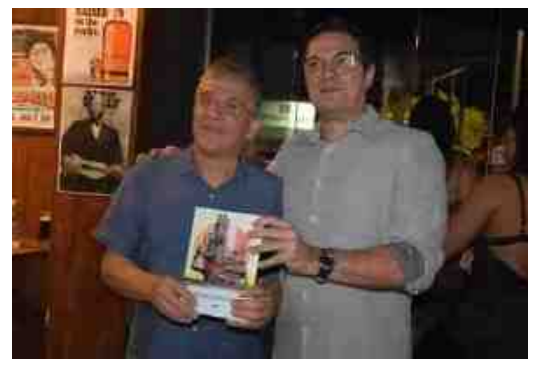
Segue até sábado (18), no Centro de Convenções, de 17h às 22h. São quatro dias de programação envolvendo palestras, mentorias, rodadas de negócios, exposição de empresas, participação de big techs, apresentações culturais, entre outras atividades. O evento conta com grandes nomes do cenário empreendedor nacional como Marcos Troyjo, Cristiano Santos, Natália Beauty, Dafna Blaschkaeur, Diego Ribas, os irmãos Thiago e Luciano Augusto, Josef Rubin, Marcos Lavorato, Fábio Ferraz, Tony Ventura, Breno Masi e Padre Fábio de Melo. Imperdível!!!

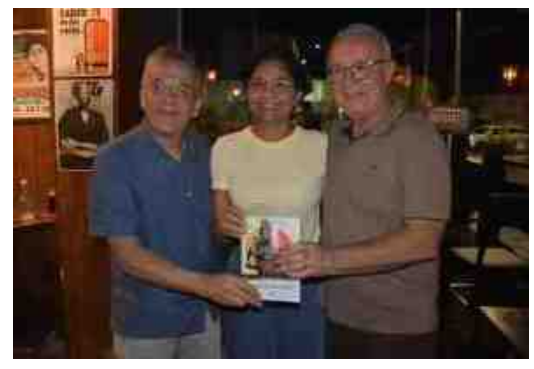
#LIVRO

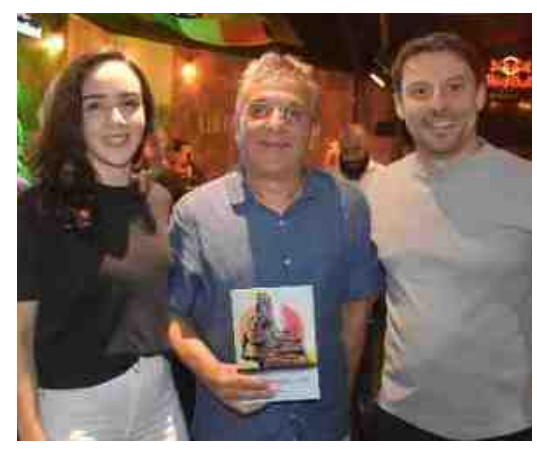
Clicks do lançamento do livro do jurista e escritor - by Nelson Nery Costa, presidente do Conselho Estadual de Cultura e acadêmico da Academia Piauiense de Letras Jurídicas (APLJ), lançou na noite de 15/4, em Teresina, seu novo romance, A Máquina do Castelo Branco, em espaço badalado, e reuniu leitores, intelectuais, representantes da cultura e admiradores da literatura piauiense. Publicado pela Nova Aliança Editora, o livro propõe uma narrativa que entrelaça ficção e especulação científica ao explorar uma questão que desafia a própria lógica da física: seriam viáveis máquinas de energia sem fim? A partir dessa indagação, Nelson Nery Costa constrói um romance que tensiona os limites entre imaginação, ciência e realidade, conduzindo o leitor a refletir sobre as fronteiras impostas pelas leis da termodinâmica. Chics!!!

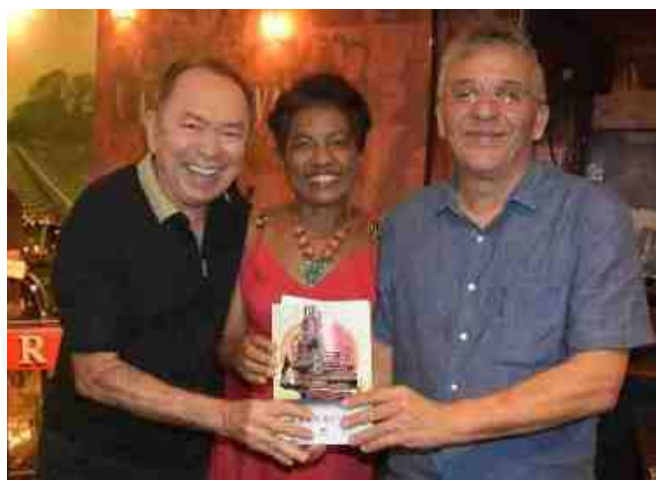
FOTOS MAGAL SANTOS

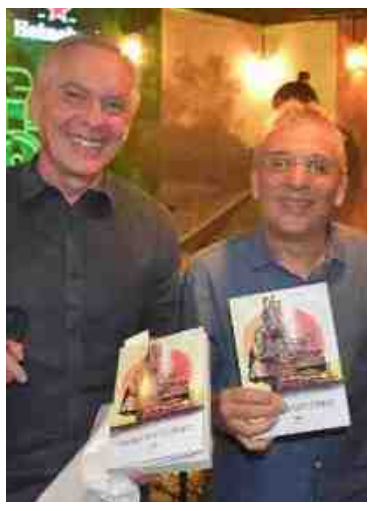


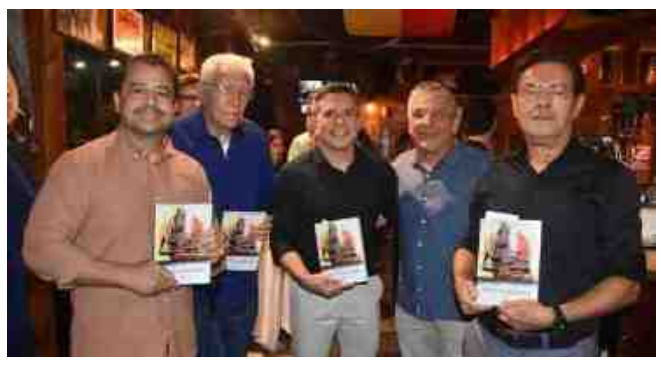






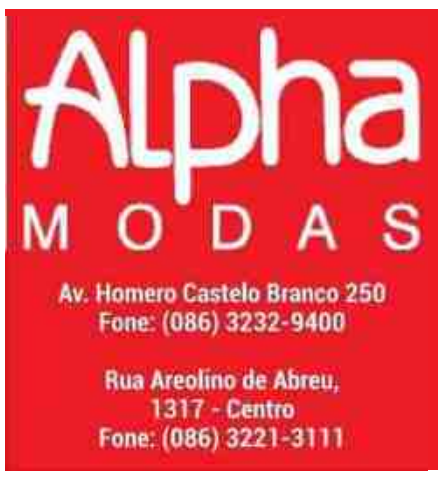


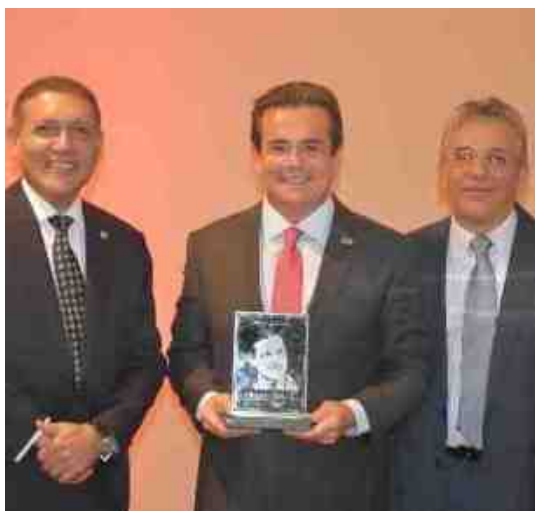




#ANUÁRIOJURÍDICO CLICKS DO ADVOGADO E ESCRITOR

Nelson Nery Costa e convidados, no lançamento do Anuário Jurídico, do Instituto Direito Hoje, no dia 9/4, em espaço badalado, reunindo nomes de grande relevância do Direito brasileiro. Com a presença do ministro do Supremo Tribunal Federal, Kássio Nunes Marques, foi o homenageado através da Capa da edição. Fotos Magal Santos. Chics!!!





#MÊSDASMÃES

Aguardem a data e o dia do nosso Almoço no Mês das Mães em maio com flores, brindes e música animada. Imperdível. Chics!!!

#DUO

Grazie pelo Convite dos queridos Olívia Nogueira & Lourival Nogueira, que vão comemorar os 15 anos dos filhos gêmeos: Lorenzo e Letízia, em grande estilo, já em contagem regressiva da festa, e da comemoração da data, que vai acontecer no dia 28/8/2026. Chics!!!

EM DIA

TERESINA, PIAUÍ, SEXTA-FEIRA, 17 DE ABRIL DE 2026

EDITOR: MARCO ANTÔNIO VILARINHO
WHASTSAPP DA REDAÇÃO : 86 8190-9900
WWW.PORTALODIA.COM
ASSINATURA DIGITAL: 86 2106-9944

Filhos podem processar os pais por ausência de afeto

Lei do Abandono Afetivo torna a assistência afetiva uma obrigação legal e pune juridicamente a omissão parental. Filhos podem ser indenizados pela ausência dos pais

Maria Clara Estrêla
Repórter

A ausência de afeto também pode ter consequências legais. Em outubro de 2025, foi sancionada e passou a valer no Brasil a lei nº 15.240, que trata sobre o abandono afetivo. O dispositivo reconheceu legalmente a ausência de afeto como violação do dever do cuidado previsto em lei.

O texto acrescentou elementos no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e considera como assistência afetiva a orientação nas escolhas e oportunidades profissionais, educacionais e culturais; a solidariedade e apoio nos momentos de intenso sofrimento ou dificuldade; e a presença física espontaneamente solicitada pela criança ou adolescente quando possível de ser atendida.

Compete aos pais prestar aos filhos assistência afetiva por meio de convívio ou de visitação periódica, que permita o acompanhamento da formação psicológica, moral e social da pessoa em desenvolvimento. Negligência, abuso ou abandono passam ser punidos na forma lei.

Um aspecto importante e que chama atenção na Lei do Abandono Afetivo é a garantia que filhos entrem na justiça para pedir indenização por danos morais em caso de ausência de afeto por parte dos pais. A legislação tirou o afeto do campo da mera moral ou sentimento e o colocou oficialmente no mundo do Direito como uma obrigação legal.

Antes da lei nº 15.240, a Justiça até emitia decisões judiciais concedendo indenizações por abandono afetivo, mas ela algo que dependia muito da interpretação de cada magistrado, baseado na Constituição e no princípio da dignidade humana.

"Faltava uma lei específica que dissesse com todas as letras que o abandono afetivo é um ato ilícito. Agora há. A lei altera o ECA e coloca a assistência afetiva como um dever legal dos pais, tão importante quanto pagar pensão alimentícia ou matricular na escola", explica a advogada Kaila Araújo, especialista em Direitos das Famílias e Sucessões e presidente da Comissão de Defesa das Crianças e Adolescente da OAB-PI.

Ela classifica a lei como uma mudança de paradigma que coloca o cuidado emocional no radar da Justiça de forma clara. Apesar de a falta de afeto ser um conceito subjetivo, o texto traz uma definição mais objetiva. A partir de agora, juridicamente, os pais têm o dever de, sempre que possível, prover três pilares principais.

O primeiro é a presença e o contato regular para acompanhar o desenvolvimento psicológico e social do filho. O segundo é a orientação nas escolas importantes da vida, seja na educação ou na profissão. E o terceiro é o apoio e a solidariedade nos momentos de dificuldade ou sofrimento.

"O que passa a ser juridicamente relevante e passível de punição é a omissão injustificada desses deveres. Aquele pai ou aquela mãe que, mesmo tendo todas as condições financeiras e de saúde, escolhe deliberadamente se ausentar, não visita, não liga, não acompanha a vida escolar e ignora os pedidos de presença do filho. Isso agora está tipificado como uma conduta ilícita civil", acrescenta Kaila.

Então significa que os pais agora são obrigados a dar afeto aos filhos? Não exatamente. A lei deixa claro que não se trata de obrigar ninguém a amar ou sentir algo, mas de responsabilizar aquele que, podendo conviver e dar suporte, opta por se ausentar por completo da vida do filho. O principal impacto prático da lei é a possibilidade de uma condenação financeira por danos morais em caso de abandono afetivo.

Se ficar comprovado na Justiça que houve abandono afetivo, aquele pai ou mãe omisso pode ser condenado a pagar uma indenização ao filho como forma de reparação pelo sofrimento psíquico causado pela ausência.

Esse sofrimento se manifesta de várias formas na vida adulta como, por exemplo, no medo exacerbado do abandono pelas pessoas com quem se relaciona, necessidade constante de agradar e dificuldade de conversar sobre os próprios sentimentos. É o que explica a psicóloga Paloma Silva. "Ou a pessoa é muito explosiva ou é muito fechada. A infância é a base de tudo, então o modo de funcionamento da família vai influenciar muito no modo de funcionamento da pessoa. O primeiro contato que a criança tem com a humanidade é quando ela é inserida na família", diz.

Vale lembrar que o foco da lei não punir a pobreza ou a dificuldade de locomoção dos pais. O genitor que mora longe e não tem condições financeiras para visitar, mas mantém contato por telefone, se preocupa com as notas da escola ou manda um presente quando puder, por exemplo, não está abandonando seu filho afetivamente.

Kaila Araújo explica que a lei mira na negligência dolosa. "O foco da lei é o abandono intencional, aquele abandono que vem de uma escolha consciente de ignorar a existência do filho", diz.

Além da questão da indenização, a conduta do abandono também pode reforçar medidas que o ECA já previa anteriormente, como a perda do poder familiar em situações gravíssimas ou o afastamento do agressor da moradia, especialmente se o abandono afetivo vier acompanhado de outros tipos de violência.

Fotos Freepik

Como provar o que não aconteceu?

O abandono afetivo é uma questão subjetiva que foi posta de forma objetiva pela lei. A nova legislação é um avanço, mas o desafio da prova continua sendo o maior obstáculo. Afinal, como se prova a ausência? Como se prova a falta de amor ou de apoio? A advogada Kaila Araújo explica que só as alegações dos filhos ou dos pais não são suficientes. A Justiça precisa de elementos concretos para se convencer.

Ela diz que o que vai pesar são as provas testemunhais de vizinhos, de professores ou familiares que presenciaram a ausência do pai ou da mão em eventos importantes como reuniões de escola, aniversários e afins. "As provas documentais também são fundamentais, como mensagens de texto ignoradas, e-mails sem resposta e registros de tentativas de contato que nunca foram retribuídas", pontua a advogada.

O juiz pode, ainda, solicitar um estudo psicossocial ou uma perícia psicológica onde um profissional vai avaliar, de forma técnica, o impacto real que aquela ausência prolongada causou na saúde mental e no desenvolvimento daquela criança ou adolescente. A parte mais difícil para o processo é mostrar o que não aconteceu e provar o vazio.

No Piauí, assim como em todo o restante do país, a Lei nº 15.240 entrou em outubro de 2025, ou seja, há cerca de seis meses. Ainda não há registros de decisões proferidas sobre o abandono afetivo à luz da nova legislação, visto que um processo de família tende a ser mais demorado. No momento, o cenário é de adaptação e expectativa.

"Muitos casos que antes seriam ajuizados apenas com base na jurisprudência do STJ, agora estão sendo protocolados já citando os artigos da nova lei. É uma construção nova e muito recente. A procura por este tema aumentou, o que mostra que as pessoas estão mais conscientes desse direito", finaliza Kaila Araújo.

| Maria Clara Estrêla

Essa situação provoca rupturas no desenvolvimento emocional

Para além das questões legais, o abandono afetivo na infância deixa marcas que podem acompanhar o indivíduo pela vida toda. Na Psicologia, a infância é tida como a base da construção emocional e da forma como cada pessoa se relaciona com o mundo. Quando há abandono afetivo, seja por pai, mãe ou qualquer figura de referência afetiva, há rupturas no desenvolvimento emocional. E essas rupturas vêm num momento em que a criança ainda está aprendendo a lidar com sentimentos como medo, tristeza e raiva.

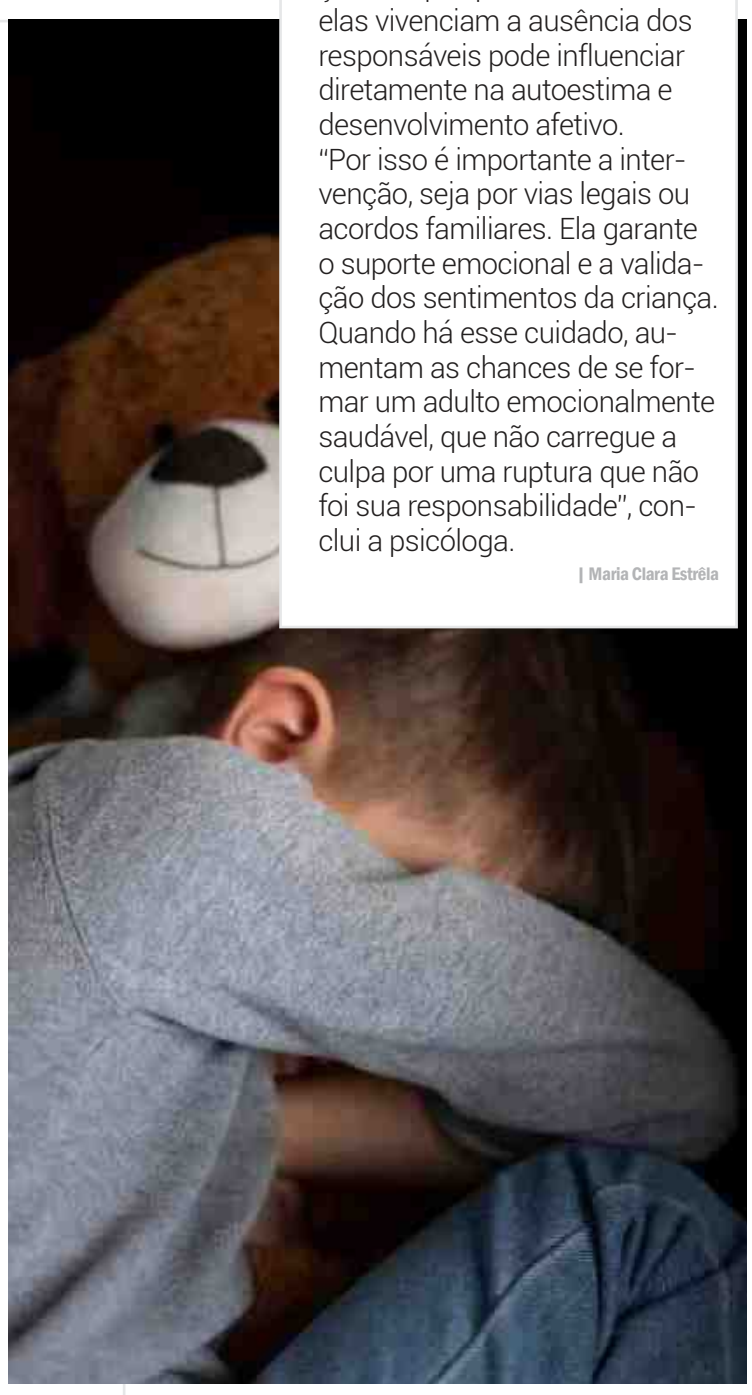
Sem um suporte, é comum que ela internalize a culpa, passando a acreditar que fez algo errado ou que não foi suficiente para manter o vínculo. A psicóloga Paloma Silva explica que essas experiências impactam na vida adulta, especialmente nos relacionamentos. Entre os sinais mais comuns de abandono afetivo ela cita o medo constante de ser abandonado, a necessidade excessiva de agradar, dificuldade de expressar sentimentos e padrões de comportamento extremos, como explosividade ou isolamento.

"A forma como as pessoas se relacionam hoje tem origem em vivências da infância. Os traumas podem influenciar a escolha de parceiros e a forma de se vincular, com a tendência de buscar, nas relações, a ausência vivida na infância. Em alguns casos, esse histórico pode contribuir para o desenvolvimento de transtornos emocionais", pontua Paloma.

Ela chama a atenção para contextos de separação dos pais e disputa de guarda onde é fundamental considerar o impacto emocional na criança. Isso, porque a forma como elas vivenciam a ausência dos responsáveis pode influenciar diretamente na autoestima e desenvolvimento afetivo.

"Por isso é importante a intervenção, seja por vias legais ou acordos familiares. Ela garante o suporte emocional e a validação dos sentimentos da criança. Quando há esse cuidado, aumentam as chances de se formar um adulto emocionalmente saudável, que não carregue a culpa por uma ruptura que não foi sua responsabilidade", conclui a psicóloga.

| Maria Clara Estrêla



No Piauí, pessoas com fibromialgia já podem incluir condição de PCD na nova identidade

Medida entrou em vigor por meio da Instrução Normativa nº 109, publicada em abril; pessoas com a condição consideram a conquista um avanço histórico

André dos Santos
Repórter

As pessoas diagnosticadas com fibromialgia já podem incluir a condição de Pessoa com Deficiência (PCD) na Carteira de Identidade Nacional (CIN). A Secretaria de Segurança Pública do Piauí, por meio do Instituto de Cidadania Digital, divulgou, na manhã desta quinta-feira (16), a possibilidade de incluir no documento a condição.

A medida entrou em vigor por meio da Instrução Normativa nº 109, publicada em abril de 2026, e integra as ações do Governo do Estado voltadas à promoção da cidadania e da inclusão social.

De acordo com a presidente da FIBROPI, Giuliani Rosso, a conquista representa um avanço histórico. "Esse é um marco histórico, resultado de uma luta nacional que agora está sendo reconhecida pelo poder público estadual. Para nós, que vivemos com fibromialgia e representamos esse público, é um momento de grande conquista e reconhecimento," destacou.

Com a nova regulamentação, cidadãos piauienses com diagnóstico de fibromialgia, considerada uma condição crônica ou de longo prazo, poderão incluir essa informação na Carteira de Identidade Nacional, que passará a ser emitida com a indicação de PCD.

Para o superintendente do Instituto de Cidadania Digital, Marcelo Mascarenha, a medida representa um avanço importante no reconhecimento de direitos. "Essa iniciativa garante mais visibilidade e respeito às pessoas com fibromialgia, fortalecendo a cidadania e ampliando o acesso a políticas públicas," afirmou o superintendente.

A emissão da primeira via da CIN é totalmente gratuita e pode ser realizada em qualquer Unidade de Serviços Digitais do estado.

Documentos necessários

* Certidão de nascimento ou casamento (legível, sem rasuras, certidões manuscritas não são aceitas);

* CPF;

* Comprovante de residência;

* Laudo médico com diagnóstico de fibromialgia (com CID), indicando condição crônica ou de longo prazo.

Sobre a doença:
A fibromialgia é uma síndrome caracterizada por dores musculares constantes e nas articulações, podendo vir acompanhada de tontura, fadiga, ansiedade e depressão. Para que o diagnóstico seja equiparado à condição de deficiência, é necessária uma avaliação individualizada, feita por uma equipe multidisciplinar composta por médicos, psicólogos e outros profissionais da saúde, que atestem a limitação funcional da pessoa para o desempenho de atividades cotidianas e sua participação social em igualdade com os demais.

Assis Fernandes | O DIA

NO ESTADO HÁ CONTRASTES NA DISTRIBUIÇÃO DAS PRECIPITAÇÕES ENTRE OS MUNICÍPIOS

Previsão anuncia mais chuvas no Piauí

Isabela Lopes
Repórter

Uma boa notícia para os piauienses é que as chuvas ainda se manterão no mês de abril no Piauí. Entretanto, haverá um grande contraste na distribuição das precipitações entre os municípios, com foi observado no primeiro trimestre de 2026. No primeiro trimestre deste ano, o município de Miguel Alves registrou o maior volume acumulado, com (945,2 mm), seguido por Uruçuí (943,6 mm) e José de Freitas (888,4 mm). Em contrapartida, Santa Filomena teve apenas (54,4 mm), o menor índice do estado.

Segundo o climatologista Pedro Aderaldo, da Sala de Monitoramento e Previsão de Eventos Climáticos Extremos, da Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (Semarh), os maiores acumulados no Norte e Centro-Norte estão associados à atuação mais intensa da Zona de Convergência Intertropical (ZCIT), principal sistema responsável pelas chuvas no período.

"Já no Sudoeste, a influência da Zona de Convergência do Atlântico Sul (ZCAS) contribuiu para volumes elevados, especialmente no cerrado piauiense", destacou.

Apesar de o trimestre corresponder ao principal período chuvoso, municípios do semiárido, como Santa Cruz dos Milagres e Assunção do Piauí, registraram baixos acumulados, reforçando a característica de irregularidade das chuvas no estado.

Esse comportamento evidencia que, mesmo em anos com boa atuação dos sistemas meteorológicos, a distribuição das chuvas no Piauí não ocorre de forma homogênea. Regiões com volumes elevados convivem, simultaneamente, com áreas de déficit hídrico, o que exige atenção permanente do poder público e planejamento estratégico para garantir segurança hídrica.

Com a continuidade das chuvas prevista para abril, a expectativa é de manutenção dos bons níveis em parte do estado. Ainda assim, o cenário observado no início do ano reforça que a variabilidade climática segue como um dos principais desafios para o desenvolvimento sustentável do Piauí.

PREFEITURA DE SANTA ROSA DO PIAUÍ
Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Finanças - SEAPFIN

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 010/2026 – PMSRP-PI
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 018/2026

OBJETO: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de capacitação técnica de profissionais da saúde, com apoio instrumental em protocolos, fluxogramas e relatórios, destinados à qualificação das ações de Atenção Primária à Saúde, Vigilância em Saúde e Assistência Farmacêutica no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde de Santa Rosa do Piauí/PI, conforme especificações e quantitativos constantes do Termo de Referência.
TIPO: MENOR PREÇO
DATA DE ABERTURA DAS PROPOSTAS: 06.05.2026
HORÁRIO: 09:00h (horário de Brasília).
LEI REGENTE 14.133/2021 e suas alterações posteriores.
EDITAL: Disponível nos sites Portal de Compras da Prefeitura Municipal de Santa Rosa do Piauí – PI http://licitasantarosa.com.br, www.tce.pi.gov.br e www.santarosadopiaui.pi.gov.br
INFORMAÇÕES: Av. Joaquim Castelo Branco, Nº 337 – Bairro Centro – CEP: 64.518-000 – Santa Rosa do Piauí/PI – e-mail: licitacao@santarosadopiaui.pi.gov.br

PUBLIQUE-SE.

Santa Rosa do Piauí-PI, 16 de abril de 2026.

Erenilce de Sousa
Agente de Contratação/Pregoeira

Thiago Vinícius Carvalho Lopes
Secretário Municipal de Saúde

PREFEITURA MUNICIPAL DE CALDEIRÃO GRANDE DO PIAUÍ - PI
PUBLICAÇÃO DE CONTRATO
Contrato nº 005/2026. Processo nº 007/2026. Dispensa Eletrônica nº 001/2026. Contratante: Prefeitura Municipal de Caldeirão Grande do Piauí - PI. Contratado: Vermelha Consultoria LTDA, CNPJ: 33.535.050/0001-22. Objeto: Contratação empresa para prestação dos serviços de elaboração do projeto técnico de engenharia para pavimentação de vias em estradas vicinais no município de Caldeirão Grande do Piauí, objeto do Convênio TRANSFEREGOV nº 989340/2025 a ser celebrado entre o Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional - MIDR e a Prefeitura Municipal de Caldeirão Grande do Piauí. Valor: R$ 11.127,33 (onze mil, cento e vinte e sete reais e trinta e três centavos). Fonte de Recurso: FPM / ICMS / Recursos Próprios / Convênio 989340/2025. Assinatura do Contrato: 16 de abril de 2026. Vigência: 16 de abril de 2026 a 15 de abril de 2027. Caldeirão Grande do Piauí - PI, em 16 de abril de 2026. Douglas Filipe Sousa Gonçalves, Prefeito Municipal.

TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO
A Prefeitura Municipal de Caldeirão Grande do Piauí-PI, em observância aos ditames da Lei 14.133/21, torna público a Adjudicação e Homologação, do processo licitatório nº 007/2026, procedimento nº 001/2026, sob a modalidade Dispensa Eletrônica, em favor da empresa primeira colocada: Vermelha Consultoria LTDA, CNPJ: 33.535.050/0001-22, com o preço total de R$ 11.127,33 (onze mil, cento e vinte e sete reais e trinta e três centavos).
Caldeirão Grande do Piauí - PI, em 16 de abril de 2026.
DOUGLAS FILIPE SOUSA GONÇALVES
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE COLÔNIA DO GURGUÉIA - PI
AVISO DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 008/2026
Procedimento Administrativo nº 040/2026. O município de Colônia do Gurguéia-PI, através da CPL, torna público para os licitantes e interessados a realização da licitação referente ao objeto em epígrafe: Contratação de empresa(s) especializada(s) para o fornecimento de material permanente, compreendendo utensílios de cozinha, eletrodomésticos e mobiliário em geral, destinados a atender às necessidades das diversas Secretarias do município de Colônia do Gurguéia/PI. Data da sessão: 04/05/2026. Horário: 10:00 hrs. E-mail: licitacaocoloniadogurgueia@gmail.com. Obtenção do edital: No departamento de licitação da Prefeitura Municipal de Colônia do Gurguéia/PI, bem com através dos endereços eletrônicos tce.pi.gov.br/licitacoesweb/mural/ e https://licitanet.com.br/.
Colônia do Gurguéia-PI, 16 de abril de 2026.
NERLANDES DA COSTA SILVA | Agente de Contratação
LISIANE FRANCO ROCHA ARAÚJO | Prefeita Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE FARTURA DO PIAUÍ - PI
ERRATA - AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2026-PMFP
Processo Administrativo Nº 028/2026 - PMFP. **ONDE SE LÊ:** 01 de maio de 2026, às 09:00horas. **LEIA-SE:** 04 de maio das 2026 às 08:10 horas. **Obs.:** O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico ww.tce.pi.br/licitações-e-contratos/, www.gov.br/pncp/pt-br, e também poderão ser obtidos no Centro Administrativo de Fartura do Piauí/PI - Comissão Permanente de Contratação/PMFP, nos dias úteis, no horário das 08h:00min às 13h:30min, mesmo endereço e período no qual os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados.
Fartura do Piauí/PI, 14 de abril de 2026.
CARMESILVA DOS PASSOS SANTOS
Pregoeira

PREFEITURA MUNICIPAL DE INHUMA - PI
AVISO DE LICITAÇÃO
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 006/2026
Proc. Adm. 034/2026 - Objeto: Contratação de empresa especializada para a Construção do Espaço Esportivo Comunitário no Município de Inhuma-PI. Inserção das propostas na Plataforma Portal de Compras Públicas: até 06 de maio de 2026 às 08h00min. Início da abertura das propostas: dia 06 de maio de 2026 às 09h00min; Local de realização do Certame: Plataforma Portal de Compras Públicas; Impugnações/ esclarecimentos: até 30 de abril de 2026 às 23h59min para o endereço eletrônico prefeiturainhumapi@gmail.com ou protocolado fisicamente no Setor de Licitações localizado à Rua José Isidorio, 58, 1º andar, Bairro Centro, Inhuma/PI, no horário das 08h às 13h. Fonte de Recursos: Convênio 987411-Novo PAC. Valor estimado: R$ 1.498.715,51 (um milhão, quatrocentos e noventa e oito mil, setecentos e quinze reais e cinquenta e um centavos).
Inhuma-PI, 16 de abril de 2026
FRANCISCO DAS CHAGAS LIMA DE BARROS
Agente de Contratação

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUAZEIRO DO PIAUÍ - PI
AVISO DE PUBLICAÇÃO DE EDITAL
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 002/2026
Processo nº 023/2026. Abertura da sessão: 09:01 horas, do dia 07.05.2026. Objeto: Contratação de empresa especializada para a construção destina-se a orientação para a construção de escola de um pavimento com 06 salas de aula, Espaço Educativo Rural e Urbano de 06 Salas de Aula no município de Juazeiro do Piauí - PI. Fonte de Recurso: FPM / ICMS / Recursos Próprios / Termo de Compromisso nº 29910/2014. Cópia Completa do Edital: No site do Tribunal de Contas do Estado do Piauí, https://sistemas.tce.pi.gov.br/muralic/, e no portal: https://www.portaldecompraspublicas.com.br/. Juazeiro do Piauí - PI, 16 de abril de 2026. Alexandre Gomes Pereira Agente de Contratação.

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 004/2026
Processo nº 025/2026. Abertura da sessão: 15:00 horas, do dia 07.05.2026. Objeto: Contratação de empresa de Engenharia para Construção de Quadra Escolar Coberta no município de Juazeiro do Piauí. Conforme anexo I. Fonte de Recurso: FPM / ICMS /Recursos Próprios/ Termo de Compromisso nº 16334. Cópia Completa do Edital: No site do Tribunal de Contas do Estado do Piauí, https://sistemas.tce.pi.gov.br/muralic/, e no portal: https://www.portaldecompraspublicas.com.br/.
Juazeiro do Piauí - PI, 16 de abril de 2026.
ALEXANDRE GOMES PEREIRA
Agente de Contratação

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARCOLÂNDIA - PI
AVISO DE REPUBLICAÇÃO DE EDITAL
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2026
Processo nº 024/2026. Abertura da Sessão: 09:30 horas, do dia 05.05.2026. Objeto: Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de médicos, destinados ao atendimento das demandas da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Marcolândia - PI. Fonte de Recurso: FPM / FUS / FMS / ICMS / Recursos Próprios / Emenda Federal. Cópia completa do Edital: No site do Tribunal de Contas do Estado do Piauí, https://sistemas.tce.pi.gov.br/muralic/, e no portal www.compraspublicas.com.br
Marcolândia - PI, em 16 de abril de 2026
GENILDO JOSÉ DA SILVA
Pregoeiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARNAÍBA - PI
AVISO DE LICITAÇÃO
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 08/2026
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA CONSTRUÇÃO DO CENTRO INTERATIVO DE ESPORTES AMEXOS DA ESCOLA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL TIA MARFISA, ESCOLA MUNICIPAL GASTÃO NEVES E DA ESCOLA MUNICIPAL ELDA OLIVEIRA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE PARNAÍBA – PI.
O **Município de Parnaíba-PI** torna público que realizará procedimento licitatório na modalidade Concorrência Eletrônica, tipo Menor Preço Por Item, regime empreitada por preço global, cujo certame será regido pela Lei Federal n.º 14.133/21, Decreto Municipal nº 002/2024 e suas alterações posteriores. **INÍCIO DE ACOLHIMENTO: 20/04/2026. DATA DE ABERTURA: 07/05/2026 às 09:00h. DATA DA DISPUTA: 07/05/2026 às 09:30h.** Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília /DF e, dessa forma, serão registradas no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame. **RETIRADA DO EDITAL** - No site www.tce.pi.gov.br, e obrigatoriamente no site https://bnccompras.com tendo em vista a necessidade de acompanhamento eletrônico e imediato de informações complementares, tais como resposta esclarecimentos, impugnações, alterações de datas entre outras. **FORMALIZAÇÃO DE CONSULTA:** Rua Itaúna, nº 1434, Bairro Pindorama, Parnaíba-PI, CEP: 64215-115, sala de Licitações. Horário de atendimento: segunda à sexta-feira, de 07:30 às 13:30 horas. Telefone: (86) 2221-0050 e-mail: cpl@parnaiba.pi.gov.br LOCAL: https://bnccompras.com
Parnaíba (PI), 16 de abril de 2026.
CARMEN RUTE RAMOS SOARES
Agente de Contratação - Nível I

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 013/2026
REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE KITS DE ENXOVAL PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CIDADANIA (SEDESC), PELO PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES.
O município de Parnaíba-PI torna público que realizará a licitação na modalidade Pregão Eletrônico, Ata de Registro de Preços do tipo menor preço global, adjudicação global, cujo certame será regido pela Lei Federal nº 14.133/21 e Decretos nº 02/2024, 03/2024 e suas alterações posteriores. **INÍCIO DE ACOLHIMENTO: 20/04/2026; DATA DE ABERTURA: 04/05/2026 ÀS 07:30; DATA DA DISPUTA: 04/05/2026 ÀS 08:00.** Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília/DF e, dessa forma, serão registradas no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.
RETIRADA DO EDITAL - No site https://www.tcepi.tc.br/, e obrigatoriamente no site www.bnc.org.br, tendo em vista necessidade de acompanhamento eletrônico e imediato de informações complementares, tais como resposta esclarecimentos, impugnações, alterações de datas entre outras.
FORMALIZAÇÃO DE CONSULTA: Rua Itaúna, nº 1434, Bairro Pindorama, Parnaíba-PI, CEP: 64215-115, sala de Licitações, setor de Pregão. Horário de atendimento: segunda à sexta-feira, de 07:30 às 13:30 horas. Tel.: (86) 2221-0050 ramal 252 E-mail: pregao@parnaiba.pi.gov.br. Local: www.bnc.org.br
Parnaíba (PI), 16 de abril de 2026.
PEDRO VICTOR CARVALHO DAS CHAGAS
Agente de Contratação - Pregoeiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE SUSSUAPARA - PI
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO
AO CONTRATO DE FINANCIAMENTO Nº 0612297-40
Espécie: Primeiro Termo Aditivo ao Contrato de Financiamento nº 0612297-40, firmado em 27/11/2023. Partes: Agente Financeiro: Caixa Econômica Federal, CNPJ nº 00.360.305/0001-04, neste ato representada por Fábia Carvalho Le Lonnes, CPF nº *.527.723-, Gerente de Filial da Gerência Executiva de Governo Negocial Governo Teresina-PI. Tomador: Município de Sussuapara, CNPJ nº 01.612.755/0001-00, representado pelo Prefeito Municipal, Senhor Naerton Silva Moura, CPF nº *.001.863-. Objeto: Alteração da Cláusula Terceira - Dos Prazos do Contrato de Financiamento nº 0612297-40, que passa a vigorar com a seguinte redação: "3.1.1 O prazo para o desembolso do crédito do FINANCIAMENTO é de 30 (trinta) meses contados da data de assinatura deste contrato." RATIFICAÇÃO: Ficam ratificados os demais termos, cláusulas e condições do contrato ora aditado, passando o presente Termo Aditivo a integrar e complementar o instrumento original. DATA DA ASSINATURA: 02 de março de 2026. LOCAL: Teresina/PI.

PREFEITURA DE SANTA ROSA DO PIAUÍ
Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Finanças - SEAPFIN

AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA
DISPENSA ELETRÔNICA Nº 004/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 026/2026

DADOS DO PROCESSO

ÓRGÃO REQUISITANTE
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

OBJETO

VALOR GLOBAL ESTIMADO

PERÍODO DAS PROPOSTAS
PORTAL UTILIZADO: Licita Santa Rosa do Piauí

Santa Rosa do Piauí - PI, 13 de abril de 2026.

Erenilce de Sousa
Agente de Contratação

Secretário Municipal de Obras e Serviços Urbanos

PREFEITURA DE SANTA ROSA DO PIAUÍ
Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Finanças - SEAPFIN

AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA
DISPENSA ELETRÔNICA Nº 005/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 027/2026

DADOS DO PROCESSO

ÓRGÃO REQUISITANTE
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

OBJETO

VALOR GLOBAL ESTIMADO

PERÍODO DAS PROPOSTAS
PORTAL UTILIZADO: Licita Santa Rosa do Piauí

Erenilce de Sousa
Agente de Contratação

Secretário Municipal de Obras e Serviços Urbanos

EDP TRANSMISSÃO NORDESTE S.A.

CNPJ/MF nº 46.989.951/0001-36

edp

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas:
Em atendimento às obrigações legais estatutárias, submetemos à apreciação de Vossas Senhorias as Demonstrações Financeiras e Notas Explicativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, nos colocamos à disposição para esclarecimentos adicionais.

A Administração

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM

(Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2025	31/12/2024
ATIVO			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	6	1.090.022	8.068
Imposto de renda e Contribuição social a compensar	7	12	
Outros tributos compensáveis	7	3.709	4
Adiantamentos	12	11.067	
Outros créditos	13	915	
Total do Ativo Circulante		**1.105.725**	**8.072**
Não circulante			
Depósitos vinculados	10	8.061	
Ativos da concessão	11	1.207.294	71.358
Outros créditos	13	623	
Total do Ativo Não circulante		**1.213.978**	**71.358**
TOTAL DO ATIVO		**2.319.703**	**79.430**

	Nota	31/12/2025	31/12/2024
PASSIVO			
Circulante			
Fornecedores	14	30.210	14.303
Empréstimos e financiamentos	17	500.548	
Outros tributos a recolher	7	9.392	165
Dividendos	15	25.762	1.410
Provisões	18	8.499	4.537
Outras contas a pagar	13	910	551
Total do Passivo Circulante		**575.320**	**20.966**
Não circulante			
Debêntures	16	1.224.352	
Outros Tributos diferidos	8	111.667	6.601
Imposto de renda e Contribuição social diferidos	8	58.939	3.059
Provisões	18	1.646	4.459
Outras contas a pagar	13	350	1.358
Total do Passivo Não circulante		**1.396.974**	**15.477**
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital social	19.1	108.459	38.459
Recursos destinados a aumento de capital	19.2	150.300	
Reservas de lucros	19.4	88.650	4.528
Total do Patrimônio líquido		**347.409**	**42.987**
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		**2.319.703**	**79.430**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

	Nota	2025	2024
Receitas	20	1.030.861	65.230
Custos			
Custo de construção da infraestrutura da concessão	21	(823.389)	(55.816)
Lucro bruto		**207.472**	**9.414**
Despesas e Receitas operacionais			
Despesas gerais e administrativas	22	(1.581)	(444)
Lucro antes do resultado financeiro e tributos		**205.891**	**8.970**
Resultado financeiro	23		
Receitas financeiras		38.548	91
Despesas financeiras		(80.085)	(64)
		(41.537)	**27**
Lucro antes dos tributos sobre o Lucro		**164.354**	**8.997**
Tributos sobre o lucro	24		
Imposto de renda e contribuição social diferidos		(55.880)	(3.059)
		(55.880)	**(3.059)**
Lucro líquido do exercício		**108.474**	**5.938**
Resultado por ação atribuível aos acionistas	25		
Resultado básico/diluído por ação (reais/ações)			
ON		108.474,00000	5.938,00000

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais)

	2025	2024
Lucro líquido do exercício	108.474	5.938
Resultado abrangente do exercício	108.474	5.938

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(Em milhares de reais)

	Capital social	Recursos destinados a aumento de capital	Reservas de lucros	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2023	1				1
Aumento de capital - AGE de 30/12/2024	38.458				38.458
Lucro líquido do exercício				5.938	5.938
Destinação do lucro					
Constituição de reserva legal			297	(297)	
Dividendos Adicional Proposto			4.231	(4.231)	
Dividendos complementares				(1.410)	(1.410)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	38.459		4.528		42.987

	Capital social	Recursos destinados a aumento de capital	Reservas de lucros	Lucros Acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2024	38.459		4.528		42.987
Aumento de capital - AGE de 30/04/2025	70.000				70.000
Adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC		150.300			150.300
Reversão de dividendos - AGE 31/12/2025			1.410		1.410
Lucro líquido do exercício				108.474	108.474
Destinação do lucro					
Constituição de reserva legal			5.424	(5.424)	
Dividendos complementares				(25.762)	(25.762)
Lucro do exercício a deliberar			77.288	(77.288)	–
Saldos em 31 de dezembro de 2025	108.459	150.300	88.650		347.409

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais)

	Nota	2025	2024
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro antes dos tributos sobre o Lucro		164.354	8.997
Ajustes para conciliar o lucro ao caixa oriundo das atividades operacionais			
PIS e COFINS diferidos		16.975	54
Remuneração dos Ativos da concessão		(41.046)	(922)
Margem na construção		(140.101)	(8.546)
Reajuste Anual		(43.287)	
Encargos de dívidas e variações monetárias sobre empréstimos, financiamentos, debêntures e derivativos		80.297	
Provisões (reversões) e atualizações monetárias cíveis, fiscais e trabalhistas		69	
Provisões para licenças ambientais - atualização monetária		640	8.996
Cauções e depósitos vinculados a litígios - atualização monetária		(262)	
Outros		19	
		37.656	**8.579**
(Aumento) diminuição de ativos operacionais			
Outros tributos compensáveis		(3.713)	(8)
Cauções e depósitos vinculados		(5.799)	
Outros ativos operacionais		(12.605)	
		(22.117)	**(8)**
Aumento (diminuição) de passivos operacionais			
Fornecedores		(240.932)	68
Outros tributos a recolher		9.213	169
Obrigações Sociais e Trabalhistas		332	494
Provisões		(11)	
Outros passivos operacionais		(981)	1.415
		(232.379)	**2.144**
Caixa (aplicados nas) provenientes das atividades operacionais		**(216.840)**	**10.715**
Imposto de renda e contribuição social pagos		(9)	
Caixa líquido (aplicado nas) proveniente das atividades operacionais		**(216.849)**	**10.715**
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Adições aos Ativos da concessão		(567.198)	(41.106)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		**(567.198)**	**(41.106)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Adiantamento para futuro aumento de capital		150.300	
Aumento de capital social		70.000	38.459
Captação de empréstimos e financiamentos		1.645.701	
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento	27.1	**1.866.001**	**38.459**
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa		**1.081.954**	**8.068**
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		1.090.022	8.068
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		8.068	
		1.081.954	**8.068**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais)

	2025	2024
Geração do valor adicionado	**1.135.935**	**71.831**
Receita operacional	43.287	
Receita com construção da infraestrutura	1.047.416	70.874
Atualização dos Ativos da concessão	45.232	957
(–) Insumos adquiridos de terceiros	**(824.003)**	**(55.898)**
Materiais	(37)	
Serviços de terceiros	(532)	(75)
Custo de construção da infraestrutura da concessão	(823.389)	(55.816)
Outros custos operacionais	(45)	(7)
Valor adicionado líquido produzido	**311.932**	**15.933**
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	41.624	96
Valor adicionado total a distribuir	**353.556**	**16.029**
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal		
Remuneração direta	397	255
Benefícios	19	1
FGTS	187	45
Impostos, taxas e contribuições		
Federais	182.942	9.602
Estaduais	331	223
Remuneração de capitais de terceiros		
Juros	81.180	64
Aluguéis	26	
Remuneração de capital próprio		
Dividendos	25.762	1.410
	270.844	**11.500**
Lucros retidos	82.712	4.528
	353.556	**16.029**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

1 Contexto operacional

A EDP Transmissão Nordeste S.A. (Companhia ou EDP Transmissão Nordeste), sociedade anônima de capital fechado, concessionária de serviço público de energia elétrica, controlada direta da EDP - Energias do Brasil S.A. (EDP - Energias do Brasil ou Controladora), com sede no município de Teresinha, no Estado do Piauí, foi constituída em 02 de maio de 2022, conforme Assembleia Geral de Constituição de Sociedade por Ações. A Companhia tem como objeto social a realização de estudos, projetos, construção, instalação, operação e exploração de linhas de transmissão e subestação de energia elétrica, a prática de atos de comércio em geral, relacionados a essa atividade e, direta, a participação em outras sociedades, empreendimentos e consórcios, como acionista, sócia ou consorciada.

A Companhia encontra-se em fase pré-operacional da construção de sua linha de transmissão que representa, em 31 de dezembro de 2025, uma evolução de 66,52% do investimento previsto no projeto e tem previsão de entrada em operação comercial em 30 de março de 2028, conforme contrato de concessão.

2 Concessão

Em 28 de março de 2024 a EDP - Energias do Brasil arrematou o lote 02 do Leilão de Concessão do Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica nº 05/2024, realizado pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL. O lote é composto por uma subestação e 529km de extensão de linha localizada no estado do Piauí.

A EDP - Energias do Brasil definiu que a Companhia seria a Sociedade de Propósito Específico - SPE detentora da concessão e, em 28 de junho de 2024, a Companhia assinou junto à União o Contrato de Concessão nº 05/2024 com as seguintes características:

Extensão da linha	Modalidade	Outorga	Estado	Descrição da linha	Início	Término	Prorrogação
529 km	Serviço Público	Concessão	PI	2 LTs 500kV; 1 SE 500kV	28/06/2024	28/06/2054	Pode ser prorrogada a critério do Poder Concedente

O contrato apresenta vigência de 30 anos a partir da data de assinatura com o Poder Concedente e assegura a Receita Anual Permitida - RAP após entrada em operação do empreendimento.

2.1 Receita Anual Permitida - RAP

O Contrato de Concessão estabelece que a Companhia, pela prestação de serviço público de transmissão, tem direito de receber a RAP original, conforme Leilão de Concessão do Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica nº 01/2024, de R$135,000 anualmente, a partir da data de disponibilidade para operação comercial das instalações de transmissão. A RAP tem por finalidade remunerar os investimentos na infraestrutura da concessão e os serviços de operação e manutenção da linha de transmissão.

A RAP, de acordo com o contrato de concessão, terá revisão em intervalos periódicos de 5 anos, contados do primeiro mês de julho subsequente à sua assinatura, observando-se os parâmetros regulatórios (que incluem estrutura de capital próprio e de terceiros - WACC, operação e manutenção, taxa média anual de depreciação e eventuais ingressos de novos ativos, entre outros índices) e a regulamentação específica. Além disso, ocorrem reajustes anuais, observando também as alterações de inflação e eventuais reduções por indisponibilidade da rede.

2.2 Pesquisa e Desenvolvimento - P&D

A Companhia aplica anualmente em pesquisa e desenvolvimento, nos termos das Leis nº 9.991/2000, nº 14.120/2021 e nº 15.103/2025, e na forma em que dispuser a regulamentação específica sobre a matéria, o montante de, no mínimo, 1% da Receita operacional líquida estabelecida no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico. De acordo com o Despacho ANEEL nº 904/2021, da destinação do P&D, aplicáveis entre 1º de setembro de 2020 e 31 de dezembro de 2025 (corrente), 30% serão destinados à Conta de desenvolvimento energético - CDE. A partir de 1º de janeiro de 2026, aplica-se a Resolução Normativa ANEEL nº 1.195/2025 (Nota 5.4).

3 Licenças ambientais

A Companhia apresenta as seguintes obtenções das licenças ambientais requeridas para a construção e operação do empreendimento:

Descrição da linha	Órgão licenciador	Licenças	
SE São João do Piauí II	SEMAR - PI	LP - Licença Prévia 07603-1/2024	Vencimento: 24/09/2026
LT 500kV Curral Novo do Piauí - SE São João do Piauí II - Se Ribeiro Gonçalves e Secionamentos		LI - Licença de Instalação 08690-2/2024	Vencimento: 18/11/2026
		DBIA - Declaração de Baixo Impacto Ambiental, - LO - Licença de operação, LP e LI 08541-6/2024	Vencimento: 06/11/2028

Adicionalmente, para que seja possível a obtenção dessas Licenças, são também necessárias outras licenças e autorizações específicas de órgãos intervenientes.

4 Base de preparação

4.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia estão preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, e incorporam as mudanças introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, complementadas pelos novos pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados por Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade - CFC e estão em conformidade com as International Financial Reporting Standards - IFRS, emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB e legislação específica emanada pela ANEEL, quando esta não for conflitante com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo IASB. A Administração entende que as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado - DVA, preparada de acordo com o CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras.

A Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração da Companhia não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

A Administração da Companhia afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

O Conselho da Administração da Companhia autorizou a emissão das demonstrações financeiras em 25 de fevereiro de 2026.

4.2 Práticas contábeis

As práticas contábeis relevantes da Companhia estão apresentadas nas notas explicativas próprias aos itens a que elas se referem.

4.3 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram elaboradas considerando o custo histórico como base de valor e determinados ativos e passivos financeiros foram mensurados ao valor justo, conforme demonstrado na nota 26.1.1.

4.4 Uso de estimativa e julgamento

Na elaboração das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e práticas contábeis internacionais, é requerido que a Administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados finais dessas transações e informações, quando da sua efetiva realização em exercícios subsequentes, podem diferir dessas estimativas devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa as estimativas e premissas pelo menos trimestralmente, exceto quanto à redução ao valor recuperável que é revisada conforme critérios detalhados na nota 4.6.

As principais estimativas que representam risco significativo com probabilidade de causar ajustes materiais ao conjunto das demonstrações financeiras, nos próximos exercícios, referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de: Análise da redução ao valor recuperável (Nota 4.6); Realização dos tributos diferidos (Nota 8); Determinação dos Ativos da concessão (Nota 11); Provisões cíveis (Nota 18.1); e Mensuração a valor justo de instrumentos financeiros (Nota 26.1.2.1).

4.5 Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o Real e as demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em reais, arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4.6 Redução ao valor recuperável

A Administração da Companhia revisa o valor contábil líquido de seus ativos com objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, sendo ela reconhecida em contrapartida do resultado.

Uma perda de valor recuperável anteriormente reconhecida é revertida caso tenha ocorrido uma mudança nos pressupostos utilizados para determinar o valor recuperável do ativo, sendo também reconhecida no resultado.

Ativos de concessão

São avaliados no reconhecimento inicial com base em estudo de perdas esperadas, quando aplicável, e quando há evidências de perdas não recuperáveis. São considerados ativos não recuperáveis quando há evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e que, eventualmente, tenha resultado em efeitos negativos no fluxo estimado de caixa futuro do investimento.

Ativo não financeiro

Os ativos não financeiros são revisados anualmente ou com maior periodicidade, se a Administração da Companhia identificar que houve indicações de perdas não recuperáveis no valor contábil líquido dos ativos não financeiros, ou que ocorreram eventos ou alterações nas circunstâncias que indicassem que o valor contábil pode não ser recuperável.

O valor recuperável é determinado com base no valor em uso dos ativos, sendo calculado com recurso das metodologias de avaliação, suportado em técnicas de fluxos de caixa descontados, considerando as condições de mercado, o valor temporal e os riscos de negócio.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 não houve indicação, seja por meio de fontes internas ou externas de informação, de que algum ativo tenha sofrido desvalorização. Dessa forma, no período citado, a Administração julga que o valor contábil líquido registrado dos ativos é recuperável e, portanto, não houve necessidade de constituição de provisão para redução ao valor recuperável.

A Companhia monitora trimestralmente a ocorrência de eventos que possam alterar significativamente o teste de recuperabilidade.

4.7 Novas normas e interpretações vigentes e não vigentes

Mantendo o processo permanente de revisão das normas de contabilidade o IASB e, consequentemente, o CPC emitiram novas normas e revisões às normas já existentes. Os principais normativos alterados, emitidos ou em discussão por estas entidades estão demonstrados a seguir:

4.7.1 Adoção de novas normas e interpretações vigentes

Norma	Descrição da alteração	Correlação IASB	Natureza	Data de vigência
CPC 02 (R2) - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis	As alterações exigem que as entidades apliquem uma abordagem consistente para determinar se uma moeda é trocável por outra moeda e a taxa de câmbio à vista a utilizar.	IAS 21	Pronunciamento	01/01/2025
CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada e em Empreendimento Controlado em Conjunto Correlação às Normas Internacionais de Contabilidade	O CPC incorporou ao texto de alguns de seus dispositivos o endereçamento da utilização do Método da Equivalência Patrimonial (MEP) para mensuração de investimentos em entidades controladas nas demonstrações individuais. A utilização do MEP para mensuração desses investimentos está determinada pela Lei 6.404/76, e, por ter relação com as demonstrações individuais, não encontrava correspondência nas normas emitidas pelo IASB.	IAS 28	Pronunciamento	01/01/2025
ICPC 09 (R3) - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método de Equivalência Patrimonial	Torna obrigatório para as companhias abertas a Interpretação Técnica ICPC 09 (R3), emitida pelo CPC. O normativo entra em vigor em 01/01/2025, aplicando-se aos exercícios sociais iniciados em, ou após, essa data, e revogando a Resolução CVM 124.	Não há	Interpretação	01/01/2025
OCPC 10 - Créditos de Carbono (tCO2e), Permissões de emissão (allowances) e Crédito de Descarbonização (CBIO)	A orientação visa direcionar o tratamento contábil de créditos de carbono (tCO2e), Permissões de emissão (allowances) e créditos de descarbonização (CBIO) das entidades atuantes no mercado de capitais brasileiro, objetivando garantir a consistência das demonstrações financeiras e permitir sua conexão com o relatório financeiro de sustentabilidade aprovado pela Resolução CVM 193/23.	Não há	Orientação	01/01/2025

A Administração da Companhia avaliou os pronunciamentos acima e não identificou impactos relevantes nas demonstrações financeiras.

→ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

4.7.2 Novas normas e interpretações não vigentes

Norma	Descrição da alteração	Correlação IASB	Natureza	Data da vigência
CPC 22 – Informações por segmento	Em julho de 2024, o IASB aprovou decisão da agenda do IFRIC referente ao relatório de segmentos reportáveis. Essa decisão aborda a forma como as entidades devem aplicar os requisitos do IFRS 8 para divulgar, em cada segmento reportável, os valores específicos relacionados ao lucro ou prejuízo. A Companhia acompanha o desenvolvimento e os desdobramentos dessa decisão.	IFRS 8	Pronunciamento	Indeterminado
CPC 36 - Demonstrações consolidadas	Tem como foco a venda ou transferência de ativos entre investidores e suas coligadas ou joint ventures, visando principalmente a resolução de conflitos relacionados a lucros não realizados.	IFRS 10	Pronunciamento	Indeterminado
CPC 48 e CPC 40 - Divulgações de instrumentos financeiros	Adicionar requisitos de divulgação nas demonstrações financeiras para compreender os efeitos dos instrumentos financeiros, sobre prazo e incerteza de fluxos de caixa futuro.	IFRS 9 e IFRS 7	Divulgação	01/01/2026
IFRS 18 - Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras	O objetivo da IFRS 18 é aprimorar a forma como as informações são apresentadas nas demonstrações financeiras das entidades, em especial na demonstração do resultado e nas respectivas notas explicativas. A principal inovação trazida pela norma consiste na reestruturação da demonstração do resultado, com o intuito de aumentar a comparabilidade entre diferentes entidades. Nesse contexto, foram estabelecidos dois novos subtotais obrigatórios: Lucro Operacional e Lucro antes do Resultado Financeiro, do Imposto de Renda e da Contribuição Social.	IAS 1	Norma	01/01/2027
IFRS 19 - Subsidiárias sem Responsabilidade Pública de Divulgações	O propósito da IFRS 19 é possibilitar que as subsidiárias elegíveis apliquem os requisitos de reconhecimento e mensuração previstos nas IFRS completas, porém com a elaboração de notas explicativas em formato simplificado.	Diversas IASs	Divulgação	01/01/2027

Em relação aos normativos em discussão no IASB ou com data de vigência estabelecida em exercícios futuros, a Companhia está acompanhando as discussões e até o momento não identificou a possibilidade de ocorrência de impactos significativos.

5 Eventos significativos no exercício

5.1 Reforma Tributária sobre o Consumo

A Lei Complementar 214/2025 e Lei Complementar 227/2026 que regulamentou a emenda constitucional que instituiu a Reforma Tributária sobre o consumo no Brasil.

A Reforma Tributária sobre o Consumo extinguiu, de forma gradativa, a Contribuição para o Programa de Integração Social - PIS, a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS, o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS, o Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN e o Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI com a substituição pela Contribuição sobre Bens e Serviços - CBS e do Imposto Seletivo - IS, ambos de competência da União Federal, e do Imposto sobre Bens e Serviços - IBS, de competência compartilhada entre Estados e Municípios.

A implementação desse novo modelo ocorrerá de forma gradual, em etapas sucessivas no período de 2026 a 2033.

O início da transição ocorrerá em 2026 (período teste), com a aplicação das alíquotas de referência de 0,1% para o IBS e 0,9% para a CBS, conforme previsto na Lei Complementar nº 214/2025 e exigência de emissão da Nota Fiscal conforme o novo padrão de XML. Nessa primeira fase, haverá a dispensa do efetivo recolhimento, condicionada ao cumprimento de obrigações acessórias ainda a serem definidas. Caso recolhidos, os valores serão compensados com PIS/COFINS devidos no período ou outros tributos federais, ou serão ressarcidos caso não possam ser utilizados para compensação. Em 2027, ocorrerá a extinção de PIS/COFINS, com substituição pela CBS, e o IPI terá suas alíquotas reduzidas a zero, exceto nos casos de produtos com similar produzido na Zona Franca de Manaus.

Entre 2029 e 2032, será iniciada uma fase de transição mais gradual no âmbito subnacional, com a redução progressiva das alíquotas de ICMS e ISSQN e a majoração correspondente do IBS, em um sistema de convivência. A transferência será testada, com a redução de 10%, 20%, 30% e 40% das alíquotas de ICMS e ISSQN, paralelamente a uma alíquota IBS estadual e outra municipal correspondente a essa redução (sendo certo que o IBS incidirá tanto sobre mercadorias quanto serviços, indiscriminadamente).

Por fim, em 2033, ocorrerá a consolidação definitiva do novo sistema tributario, com a extinção integral do ICMS e do ISSQN no modelo atual e a plena vigência do novo sistema de tributação do consumo.

A reforma tem como propósito simplificar o sistema tributário brasileiro, com fundamento na tributação no destino, na não cumulatividade plena, na unificação da legislação em âmbito nacional e na gestão centralizada por meio do Comitê Gestor do IBS, em substituição ao atual mosaico de regimes.

Nesse contexto, com vistas a assegurar a conformidade com o novo regime tributário a partir de 01 de janeiro de 2026, a sociedade havia implementado: (i) Revisão dos cadastros de produtos e de serviços em conformidade com a Nomenclatura Comum do Mercosul - NCM, a Nomenclatura Brasileira de Serviços - NBS, o Código de Situação Tributária - CST e o Código de Classificação Tributária - cClassTrib, nos termos da Lei Complementar nº 214/2025, do Informe Técnico 2025.002, das tabelas vigentes de NCM e NBS; (ii) Adequação dos ERPs e softwares fiscais às especificações da Nota Técnica 2025.001, da Nota Técnica 2025.002, da Nota Técnica SE/CGNFS-e nº 004 e demais normativos aplicáveis; e (iii) Validação de XMLs com o novo leiaute padrão da Nota Fiscal Eletrônica - NF-e e Nota Fiscal de Serviços Eletrônica - NFS-e.

Durante 2026, o Grupo EDP concentrará esforços na identificação dos pontos focais das áreas envolvidas, implantação dos planos de ação prioritários, e na revisão de contratos e políticas fiscais, assegurando que toda a organização esteja pronta para operar com segurança e eficiência no novo ambiente tributário.

Ao longo da fase de transição, as entidades deverão avaliar os efeitos sobre a mensuração e apresentação de ativos e passivos tributários, incluindo a recuperabilidade de créditos de ICMS, PIS e COFINS à luz do novo regime.

Do ponto de vista contábil, a reforma exigirá a revisão dos critérios de reconhecimento, mensuração e apresentação dos tributos sobre o consumo. As entidades precisarão analisar a recuperabilidade dos créditos acumulados sob o regime anterior, considerando a possibilidade de compensação no novo sistema ou, se for o caso, o reconhecimento de eventual perda de direito creditório.

O CFC e o CPC estão em processo de avaliação dos potenciais impactos contábeis decorrentes da reforma, sem que haja, até o momento, manifestação formal. Nesse interim, as entidades devem acompanhar os possíveis efeitos sobre suas demonstrações financeiras e divulgar, nas notas explicativas, as principais incertezas e julgamentos envolvidos.

5.2 Aportes

Segue abaixo a movimentação dos aportes realizados no exercício de 2025, todos originados da controladora EDP - Energias do Brasil, registrados como Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (AFAC):

Data	Valor
15 de janeiro de 2025	10.000
24 de fevereiro de 2025	10.000
14 de março de 2025	40.000
26 de março de 2025	10.000
1 de setembro de 2025	38.800
16 de setembro de 2025	55.000
17 de outubro de 2025	23.000
23 de outubro de 2025	33.500
	220.300

5.3 Liberações e captações de recursos

Durante o exercício de 2025 a Companhia obteve os seguintes recursos (Notas 16 e 17):

Fonte	Data da liberação	Vencimento	Valor	Custo da dívida	Finalidade
Cédula de Câmbio MUFG	abr/25	mar/26	450.000	CDI + 0,42% a.a.	Implantação de Linha de Transmissão do Contrato de Concessão nº 05/2024-ANEEL
Debêntures - 1ª Emissão	out/25	out/28	1.200.000	CDI + 0,44% a.a.	Implantação de Linha de Transmissão do Contrato de Concessão nº 05/2024-ANEEL
			1.650.000		

5.4 REN nº 1.135 de 14 de outubro de 2025

Em 14 de outubro de 2025, foi publicada a Resolução Normativa ANEEL nº 1.135/2025, que alterou o Submódulo 5.6 do Procedimento de Regulação Tarifária (PRORET), atualizando o percentual de aplicação e o prazo dos investimentos em P&D, conforme disposto na Lei nº 9.991/2000. Com essa atualização, encerra-se, em 31 de dezembro de 2025, a vigência do recolhimento à CDE de parte do recurso destinado ao Programa de P&D regulado pela ANEEL. A partir de 1º de janeiro de 2026, o percentual da ROL aplicado em P&D passa a ser padronizado e fixo, substituindo a taxa variável anteriormente vigente. Para a Companhia, o P&D passa de 0,28% para 0,40%.

6 Caixa e equivalentes de caixa

	Nota	31/12/2025	31/12/2024
Bancos conta movimento		560	30
Aplicações financeiras			
Certificados de Depósitos Bancários - CDB	6.1	460.389	
Operações compromissadas lastreadas em Debêntures	6.2	629.073	8.038
		1.089.462	8.038
Total		1.090.022	8.068

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e os investimentos de curto prazo com liquidez imediata, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, com baixo risco de variação no valor de mercado, sendo demonstrados ao custo acrescido de juros auferidos até a data do balanço que equivalem ao valor justo. As aplicações financeiras possuem opção de resgate antecipado dos referidos títulos, sem penalidades ou perda de rentabilidade.

O cálculo do valor justo das aplicações financeiras, quando aplicável, é baseado nas cotações de mercado do papel ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, levando-se em consideração as taxas futuras de papéis similares.

Conforme políticas da Administração, as aplicações são consolidadas por contraparte e por rating de crédito de modo a permitir a avaliação da concentração e exposição de risco de crédito. Esta exposição máxima ao risco também é medida em relação ao Patrimônio líquido da Instituição Financeira.

A exposição da Companhia a riscos de taxas de juros, de crédito e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota 26.

As movimentações ocorridas no Caixa e nos Equivalentes de Caixa da Companhia são apresentadas nas Demonstrações de Fluxos de Caixa.

6.1 Certificados de Depósitos Bancários - CDB

Em 31 de dezembro de 2025 os investimentos financeiros da Companhia estão remunerados a taxa de 101,00% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

6.2 Operações compromissadas lastreadas em Debêntures

Em 31 de dezembro de 2025 as operações compromissadas lastreadas em Debêntures estão remuneradas a taxa de 94,00% ou 99,00% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

7 Imposto de renda, Contribuição social e Outros tributos

	Saldo em 31/12/2024	Adição	Baixas	Atualização monetária	Adiantamentos/ Pagamentos	Compensação de tributos	Transferência	Saldo em 31/12/2025
Ativos compensáveis								
Imposto de renda e contribuição social a compensar					9	(4)	7	12
Total Circulante	–	–	–	–	9	(4)	7	12
Outros tributos compensáveis								
PIS e COFINS		4	(3)		–		(1)	
IRRF sobre aplicações financeiras	4	3.712					(7)	3.709
Total Circulante	4	3.716	(3)	–	–	–	(8)	3.709
Passivos a recolher								
Outros tributos a recolher								
ICMS		22.740			(16.092)			7.648
PIS e COFINS		1.923			(1.285)	(4)	(1)	533
Tributos sobre serviços prestados por terceiros	150	11.304		19	(10.724)			749
Encargos com pessoal	15	17.017			(16.670)			362
Total Circulante	165	53.984	–	19	(44.771)	(4)	(1)	9.392

Conforme requerido pelo CPC 32 - Tributos sobre o Lucro, a Companhia apresenta os impostos e contribuições sociais correntes ativos e passivos, pelo seu montante líquido quando: (i) compensáveis pela mesma autoridade tributária; e (ii) a legislação tributária permitir que a Companhia liquide ou compensa o tributo em um único pagamento ou compensação.

A Companhia, conforme Portaria nº 2.840/SNTEP/MME, de 16/09/2024 (Anexo II), publicada no D.O.U. de 18/09/2024, expedida pelo Ministério de Minas e Energia, obteve a habilitação para operar no Regime de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura - REIDI devido aos projetos aprovados de infraestrutura de construção no setor de energia. O prazo de fruição do benefício é 04/12/2029. O REIDI, que foi instituído pela Lei nº 11.488/07, concede o benefício fiscal da suspensão da contribuição para o PIS, o PIS/PASEP e o COFINS (mercado interno e importação) na aquisição de bens da concessão.

8 Tributos diferidos

	Nota	Passivo Não circulante 31/12/2025	31/12/2024
Outros Tributos diferidos	8.1	111.687	6.501
Imposto de renda e contribuição social	8.2	58.939	3.059
Total		170.626	9.560

8.1 Outros tributos diferidos

Em decorrência das alterações introduzidas pela Reforma Tributária, conforme estabelecido na Emenda Constitucional nº 132/2023 e na Lei Complementar nº 214/2025 que determinam a extinção do PIS e da COFINS e sua substituição pela CBS a partir de 1º de janeiro de 2027 (Nota 5.1), a Companhia manteve o saldo diferido de longo prazo classificado como outros tributos diferidos, preservando o tratamento contábil atualmente adotado até que a legislação defina o seu enquadramento e destinação.

8.2 Imposto de renda e contribuição social

São registrados sobre diferenças temporárias considerando as alíquotas vigentes dos citados tributos, de acordo com as disposições do CPC 32, e consideram a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros fundamentada em estudo técnico de viabilidade. São reconhecidos de acordo com a transação que os originou, seja no resultado ou no patrimônio líquido.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos, ativos e passivos, são apresentados pela sua natureza e o valor total é apresentado pelo montante líquido após as devidas compensações, conforme requerido pelo CPC 32.

8.2.1 Composição

	Ativo Não circulante 31/12/2025	31/12/2024	Passivo Não circulante 31/12/2025	31/12/2024	Resultado 2025	2024
Natureza dos créditos						
Diferenças temporárias						
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	20				20	
Gastos Pré-operacionais	14.628	142			14.486	142
Atualização dos ativos da concessão			111.711	5.445	(106.266)	(5.445)
PIS e COFINS sobre ativos da concessão	37.970	2.244			35.726	2.244
Licenças ambientais	239				239	
Outras	4		89		(85)	
Total bruto	52.861	2.386	111.800	5.445	(55.980)	(3.059)
Compensação entre Ativos e Passivos Diferidos	(52.861)	(2.386)	(52.861)	(2.386)		
Total	–	–	58.939	3.059		

8.2.2 Realização dos tributos diferidos ativos

Os tributos diferidos ativos são revisados a cada encerramento do exercício e são reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

A Administração da Companhia elaborou a projeção de resultados tributáveis futuros, demonstrando a capacidade de realização desses créditos tributários nos exercícios indicados. Com base no estudo técnico das projeções de resultados tributáveis, a Companhia estima recuperar o crédito tributário nos seguintes exercícios:

2027	2028	2029	2030	2031 a 2033	A partir de 2034	Total Não circulante
4.337	4.337	4.337	4.330	7.042	28.478	52.861

9 Partes relacionadas

	Relacionamento	Passivo Não circulante 31/12/2025	31/12/2025	Receitas (Despesas) Operacionais 31/12/2025
Outros créditos e Outras contas a pagar (Nota 13)				
Contrato de Compartilhamento de Recursos Humanos, serviços de infraestrutura e Backoffice (a, b e c)				
EDP - Energias do Brasil	Controladora	350	1.358	(302)
		350	1.358	(302)

As operações com partes relacionadas foram realizadas conforme os termos acordados entre as partes.

As operações realizadas com as contrapartes informadas abaixo ocorreram no curso normal dos negócios, sem acréscimo de qualquer margem de lucro.

(a) Contrato de Compartilhamento de Recursos Humanos: O instrumento tem por objetivo o rateio de gastos com recursos humanos das atividades compartilhadas entre a controladora EDP-Energias do Brasil e suas controladas. O contrato mantém o critério de rateio regulatório e possui vigência até dezembro de 2027, conforme anuído pela ANEEL por meio do Despacho nº 459 de 1º de março de 2023.

(b) Contratos de Compartilhamento dos Serviços de Infraestrutura: O instrumento tem por objetivo o rateio dos gastos com a locação do imóvel, gastos condominiais e gastos de telecomunicações.

Em 2022, foi assinado o contrato de compartilhamento de infraestrutura relacionados a atual sede da controladora EDP-Energias do Brasil, conforme anuído pela ANEEL por meio do Despacho nº 304, de 1º de fevereiro de 2022, com vigência até 31 de dezembro de 2026.

Em 2023 foram assinados dois contratos de compartilhamento de infraestrutura relacionados à unidade da EDP São Paulo localizada em São José dos Campos. Esses contratos celebram o compartilhamento de espaço e serviços de infraestrutura, sendo o primeiro deles entre a EDP São Paulo e suas partes relacionadas e o segundo entre as partes que não necessitam da anuência prévia da ANEEL. Tais contratos vigeram até 31 de dezembro de 2024 e não necessitaram de anuência prévia da ANEEL devido aos valores anuais desembolsados pelas empresas concessionárias de serviço público de energia elétrica serem inferiores ao limite que exige a aprovação prévia da Agência reguladora, conforme estabelece a REN nº 948/21.

Os percentuais de rateio devem ser revistos anualmente e, em caso de alterações, os termos aditivos devem ser submetidos à anuência prévia da ANEEL.

(c) Contrato de Compartilhamento de Atividades de BackOffice: O instrumento tem por objetivo o rateio dos gastos com materiais, prestação de serviços e outros gastos associados às atividades de BackOffice, tais como as funções administrativas, financeiras, contábeis, jurídicas e etc., compartilhadas entre a controladora EDP-Energias do Brasil e suas controladas. O contrato mantém o critério de rateio regulatório e possui vigência até dezembro de 2026, conforme anuído pela ANEEL por meio do Despacho nº 66 de 15 de janeiro de 2025.

9.1 Controladora direta e final

A controladora direta e final da Companhia é a EDP - Energias do Brasil que por sua vez é controlada pela EDP - Energias de Portugal S.A.

10 Cauções e depósitos vinculados

	Nota	Saldo em 31/12/2024	Adição	Atualização	Resgate	Baixa	Saldo em 31/12/2025
Depósitos judiciais	18.1	–	5.837	262	(27)	(11)	6.061
Total circulante		–	5.837	262	(27)	(11)	6.061

11 Ativos da concessão

O CPC emitiu em 2009 com alterações posteriores, a Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão. Esta interpretação foi aprovada pelas Deliberações CVM nºs 122/22 e 128/22.

A ICPC 01 (R1) é aplicável aos contratos de concessão público-privado nos quais a entidade pública controla ou regula os serviços prestados, com qual infraestrutura, a que preço e para quem deve ser prestado o serviço e, além disso, detém a titularidade desta infraestrutura. Desta forma, esta interpretação é aplicável ao Contrato de Concessão da Companhia.

De acordo com a ICPC 01 (R1), os ativos da infraestrutura enquadrados nesta interpretação não podem ser reconhecidos como ativo imobilizado uma vez que se considera que o concessionário não controla os ativos subjacentes, sendo reconhecidos de acordo com um dos modelos contábeis previstos na interpretação, dependendo do tipo de compromisso de remuneração do concessionário assumido junto ao concedente, que são o modelo de ativo financeiro, do ativo intangível e o bifurcado.

• Modelo de ativo financeiro

Este modelo é aplicável quando o concessionário tem o direito incondicional de receber determinadas quantias monetárias independentemente do nível de utilização da infraestrutura da concessão.

• Modelo do ativo intangível

Este modelo é aplicável quando o concessionário, no âmbito da concessão, é remunerado em função do grau de utilização da infraestrutura pelos usuários por meio da prestação de serviço.

• Modelo bifurcado

Este modelo aplica-se quando a concessão inclui, simultaneamente, compromissos de remuneração garantidos pelo concedente e compromissos de remuneração dependentes do nível de utilização das infraestruturas da concessão, cobrados dos usuários.

A Companhia é remunerada por meio: (i) da RAP, instituída pelo Poder Concedente e cobrada dos usuário da Rede Básica, que é composta por uma parcela que remunera o ativo financeiro constituído (investimento realizado nas construções das instalações de transmissão) e por uma parcela que remunera a operação e a manutenção da rede de transmissão; e (ii) eventual valor residual da infraestrutura ao final do contrato de concessão. Assim, como a remuneração independe do nível de utilização da infraestrutura, a Companhia se enquadra no modelo do ativo financeiro.

O modelo de ativo financeiro estabelece que a receita do contrato de concessão seja reconhecida de acordo com os critérios do CPC 47/IFRS15. Nesse sentido, a Companhia reconhece receita de construção da infraestrutura da concessão com margem proporcionalmente ao avanço da obra pelo método do custo, considerando cumprimento da performance requerida pelo contrato de concessão.

Com isso, o ativo tem a natureza de "ativo de contrato" até a emissão mensal da permissão de faturamento da RAP pelo ONS, quando o montante correspondente é reclassificado para o Ativo Financeiro, isto porque a Companhia ainda detém obrigações contratuais de desempenho a cumprir durante a concessão. Além da Receita de Construção da Infraestrutura da Concessão, a RAP contém a função de remunerar o serviço de O&M e quitar parcela da Receita de Juros. A formação do ativo contratual das transmissoras é uma estimativa contábil, sendo as premissas utilizadas pela Companhia apresentadas na nota 20.

No advento do termo final do contrato de concessão todos os bens e instalações vinculados passarão a integrar o Patrimônio da União.

Conforme requerido pelo CPC 48 - Instrumentos financeiros, é efetuada uma análise criteriosa do saldo dos Ativos da Concessão e, de acordo com a abordagem simplificada, quando necessário, é constituída uma Perda Estimada com Créditos de Liquidação Duvidosa - PECLD, para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos. A Companhia considera que não está exposta a um elevado risco de crédito, conforme critérios detalhados na nota 26.2.3.

A movimentação no exercício é a seguinte:

	Valor líquido em 31/12/2024	Adições (Notas 20 e 21)	Remuneração (Nota 20)	Margem na construção (Nota 20)	Ganho	Outros	Valor líquido em 31/12/2025
Ativos da concessão	71.358	873.389	45.232	140.101	43.287	83.927	1.207.294
Total	71.358	873.389	45.232	140.101	43.287	83.927	1.207.294

O saldo de R$1.207.294 em 31 de dezembro de 2025 (R$71.358 em 31 de dezembro de 2024) representa a conclusão de 66,52% do investimento previsto para o projeto (4,19% em 31 de dezembro de 2024), acrescido de Margem de Construção, Remuneração e PIS/COFINS.

12 Adiantamentos

O saldo em 31 de dezembro de 2025, no montante de R$11.087, refere-se ao adiantamento efetuado a fornecedores para a aquisição de materiais destinados à construção da Linha de Transmissão.

13 Outros créditos - Ativo e Outras contas a pagar - Passivo

	Nota	Circulante 31/12/2025	31/12/2024	Não circulante 31/12/2025	31/12/2024
Outros créditos - Ativo					
Despesas pagas antecipadamente		915		623	
Total		915	–	623	–
Outras contas a pagar - Passivo					
Folha de pagamento		84	57		
Compartilhamento/Serviços entre partes relacionadas	9			350	1.358
Obrigações Sociais e Trabalhistas	13.1	826	494		
Total		910	551	350	1.358

13.1 Obrigações sociais e trabalhistas

Referem-se aos montantes de provisão e gratificação de férias, provisão de participação aos lucros e resultados e seus respectivos INSS e FGTS.

14 Fornecedores

São reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, são medidos pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos, quando aplicável.

O saldo em 31 de dezembro de 2025 de R$30.210 (R$14.303 em 31 de dezembro de 2024) é composto de valores a pagar de compras de materiais e serviços relativos à construção da linha de transmissão.

15 Dividendos

Os dividendos e os juros sobre o capital próprio - JSCP são reconhecidos como passivo nas seguintes ocasiões: (i) JSCP imputados aos dividendos: quando aprovados pelo Conselho de Administração; (ii) dividendos mínimos obrigatórios: quando do encerramento do exercício, conforme previsto no estatuto social da Companhia, eventualmente deduzidos do JSCP já declarados no exercício; (iii) dividendos adicionais: quando da sua aprovação pela Assembleia Geral Ordinária - AGO; e (iv) dividendos intermediários e de exercícios anteriores: quando da aprovação pelo Conselho de Administração ou Assembleia Geral.

Os créditos de juros sobre o capital próprio são inicialmente registrados em despesas financeiras para fins fiscais e, concomitantemente, revertidos dessa mesma rubrica em contrapartida do patrimônio líquido. A redução dos tributos por eles gerados é reconhecida no resultado do exercício quando do seu crédito.

Segue abaixo a movimentação do saldo de dividendos no exercício:

	Saldo em 31/12/2024	Dividendos obrigatórios	Reversão	Saldo em 31/12/2025
Passivo				
EDP - Energias do Brasil	1.410	25.762	(1.410)	25.762
	1.410	25.762	(1.410)	25.762

16 Debêntures

16.1 Composição do saldo de Debêntures

Agente fiduciário	Tipo de emissão	Quantidade de títulos	Valor nominal unitário	Valor total	Data da emissão	Vigência do contrato	Finalidade	Custo da dívida	Forma de pagamento	Garantias	Encargos Não circulante	Principal Não circulante	Total
Moeda Nacional													
Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	Instrução CVM nº 160/22	1.200.000	1	1.200.000	1ª emissão em 22/10/2025	22/10/2025 a 22/10/2028	Implementação de Linha de Transmissão do Contrato de Concessão nº 05/2024-ANEEL	CDI + 0,44% a.a.	Principal e Juros no final	a. Fiança Corporativa da EDP - Energias do Brasil	28.303	1.200.000	1.228.303
(–) Custos de emissão				(4.299)		22/10/2025 a 22/10/2028			Amortização mensal			(3.951)	(3.951)
Total											28.303	1.196.049	1.224.352

As debêntures estão demonstradas pelo valor líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva.

Os pagamentos de juros das dívidas estão sendo apresentados como atividade de financiamento na demonstração de fluxo de caixa.

16.2 Movimentação das debêntures

	Saldo em 31/12/2024	Ingressos	Juros provisionados	Transferências	Amortização do custo de transação	Saldo em 31/12/2025
Circulante						
Custo de transação	–			(348)	348	–
	–	–	–	(348)	348	–
Não circulante						
Principal	–	1.200.000				1.200.000
Juros	–		28.303			28.303
Custo de transação	–	(4.299)		348		(3.951)
	–	1.195.701	28.303	348	–	1.224.352

16.3 Vencimento das parcelas

Vencimento	
Não circulante	
2028	1.224.352
Total	**1.224.352**

As emissões realizadas pela Companhia não são conversíveis em ação e foram emitidas de acordo com a Instrução CVM nº 160/22, ou seja, referem-se a ofertas públicas distribuídas com esforços restritos.

As principais cláusulas prevendo a rescisão dos contratos estão descritas abaixo, enquanto que a totalidade das cláusulas podem ser consultadas no prospecto ou na escritura da emissão:

Em 31 de dezembro de 2025 a Companhia encontra-se em pleno atendimento de todas as obrigações previstas no contrato de emissão de debêntures.

As debêntures contratadas em 2025 têm cláusulas restritivas relacionadas a indicadores financeiros, como seguem:

• Para a 1ª emissão:

(i) Inadimplemento, pela Emissora ou pela Garantidora, de qualquer obrigação pecuniária relativa às Debêntures e/ou prevista nesta Escritura de Emissão, na respectiva data de pagamento, não sanado no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis contados da data do respectivo inadimplemento, conforme aplicável;

(ii) Término antecipado da concessão de qualquer Controlada da Garantidora pelo poder concedente, em relação ao qual não caiba mais qualquer recurso administrativo ou judicial, que implique, em todos os casos aqui previstos, no término definitivo da concessão de qualquer Controlada da Garantidora, que individualmente ou em conjunto, representem mais de 30% (trinta por cento) da receita líquida consolidada da Garantidora no último exercício social;

(iii) Cassação, perda ou qualquer outro meio que impeça o uso da licença ambiental pela Emissora e/ou pela Garantidora, quando aplicável, exceto se (a) se a Emissora e/ou Garantidora estiverem em processo tempestivo de renovação de tal licença; ou (b) os efeitos da cassação, perda ou qualquer outro meio que impeça o uso da licença ambiental tenham sido, comprovadamente, suspensos pela Emissora e/ou pela Garantidora por meio das medidas legais aplicáveis e no prazo legal;

(iv) Protesto de títulos contra a Emissora e/ou contra a Garantidora em valor individual ou agregado seja igual ou superior a (a) para a Emissora, R$200.000, ou seu equivalente em outras moedas; e (b) para a Garantidora, R$200.000, ou seu equivalente em outras moedas, exceto se, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data em que a Emissora e/ou a Garantidora forem intimadas de tal protesto, tiver sido comprovado ao Agente Fiduciário que o protesto (a) foi efetuado por erro ou má-fé de terceiro ou era ilegítimo; (b) sustado e/ou cancelado; ou (c) tenha sua exigibilidade suspensa por medidas judiciais cabíveis;

(v) Inadimplemento, pela Emissora e/ou pela Garantidora, de decisão arbitral final não sujeita a recurso e/ou de sentença judicial, transitada em julgado contra a Emissora cujo valor, individual ou agregado, seja igual ou superior a (a) para a Emissora, R$200.000, ou seu equivalente em outras moedas; e (b) para a Garantidora, R$200.000, ou seu equivalente em outras moedas e, em todos os casos, que possa causar um Efeito Adverso Relevante;

(vi) Inadimplemento de qualquer obrigação pecuniária da Emissora e/ou da Garantidora de um ou mais instrumentos financeiros (incluindo, mas sem limitação, aqueles decorrentes de operações nos mercados financeiro e/ou de capitais local ou internacional), cujo valor, individual ou agregado, seja igual ou superior (a) para a Emissora, R$200.000, ou seu equivalente em outras moedas; e (b) para a Garantidora, R$200.000, ou seu equivalente em outras moedas; e

(vii) Não observância, pela Garantidora, do índice financeiro resultante da divisão Dívida Líquida/EBITDA indicado abaixo ("Índice Financeiro"), a ser apurado pela Garantidora anualmente a partir das Demonstrações Financeiras da Garantidora relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025 e acompanhado pelo Agente Fiduciário com base nas informações a que se refere a Cláusula 9.1 abaixo, inciso (ii), alínea (a), tendo por base as Demonstrações Financeiras anuais da Garantidora:

Menor ou igual a 4,00 x do exercício social findo em 31 de dezembro de 2025 até o exercício social findo em 31 de dezembro de 2027;

Menor ou igual a 4,25 x do exercício social findo em 31 de dezembro de 2028 até o exercício social findo em 31 de dezembro de 2030;

Menor ou igual a 4,50 x do exercício social findo em 31 de dezembro de 2031 em diante."

[1] O EBITDA ajustado significa "o resultado antes das despesas financeiras, impostos, depreciação e amortização, ajustado com os ativos e passivos da Conta de Compensação de Variação de Custos da Parcela "A" - CVA, sobrecontratação e neutralidade dos encargos setoriais".

[2] A Dívida Líquida ajustada não considera em seu cálculo as operações de mútuos com partes relacionadas.

→ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

17 Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas

17.1 Composição do saldo de Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas

Os empréstimos são demonstrados pelo valor líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva.
Segue abaixo a movimentação do exercício:

	Valor contratado	Data da contratação	Valor liberado	Vigência do contrato	Finalidade	Covenants	Custo da dívida	Forma de pagamento	Garantia	31/12/2025 Encargos Circulante	Principal Circulante	Total
Moeda nacional												
MUFG - Cédula de Câmbio	450.000	02/04/2025	450.000	02/04/2025 a 30/03/2026	Implantação de Linha de Transmissão do Contrato de Concessão nº 05/2024-ANEEL	Dívida líquida em relação ao EBITDA consolidado da EDP - Energias do Brasil menor ou igual a 4,00, apurado anualmente em Dezembro.	CDI + 0,42% a.a.	Principal e Juros no final	Garantia Corporativa da EDP Energias do Brasil	50.548	450.000	500.548
										50.548	450.000	500.548

Os empréstimos e financiamentos são demonstrados pelo valor líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva.
Os pagamentos de juros das dívidas estão sendo apresentados como atividade financiamento na demonstração de fluxo de caixa.
Em 31 de dezembro de 2025, não houve valor referente às garantias dos empréstimos e financiamentos na Companhia, devido à liquidação do mesmo.
A Administração da Companhia faz o acompanhamento de todas as cláusulas restritivas e no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 encontram-se em conformidade nos respectivos contratos de empréstimos e financiamentos.

17.2 Movimentação dos empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas

	Saldo em 31/12/2024	Ingressos	Juros provisionados	Saldo em 31/12/2025
Circulante				
Principal	–	450.000		450.000
Juros	–		50.548	50.548
	–	450.000	50.548	500.548

17.3 Vencimento das parcelas

Vencimento	
Circulante	
2026	500.548
Total	500.548

18 Provisões

	Nota	Passivo Provisões Circulante 31/12/2025	Circulante 31/12/2024	Não circulante 31/12/2025	Não circulante 31/12/2024	Ativo Depósitos vinculados Não circulante 31/12/2025
Provisões cíveis	18.1			508		6.061
Licenças ambientais	18.2	8.498	4.537	1.138	4.459	
Total		8.498	4.537	1.646	4.459	6.061

As provisões são reconhecidas no balanço em decorrência de um evento passado, quando é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação e que possa ser estimada de maneira confiável. As provisões são registradas com base nas melhores estimativas do risco envolvido.

18.1 Provisões cíveis

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante diversos tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações.
As obrigações são mensuradas pela melhor estimativa da Administração para o desembolso que seria exigido para liquidá-las na data das demonstrações financeiras. São atualizadas monetariamente mensalmente por diversos índices, de acordo com a natureza da provisão, e são revistas periodicamente com o auxílio dos assessores jurídicos da Companhia.

18.1.1 Risco de perda provável

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos e na análise das demandas judiciais pendentes, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas como prováveis para as ações em curso, como segue:

	Passivo Saldo em 31/12/2024	Constituição	Pagamentos	Atualização monetária	Saldo em 31/12/2025	Ativo Depósito judicial 31/12/2025
Cíveis	–	450	(11)	69	508	499
Total Não circulante	–	450	(11)	69	508	499

18.1.2 Risco de perda possível

Existem processos de natureza cível em andamento cuja perda foi estimada como possível, periodicamente reavaliados, não requerendo a constituição de provisão, demonstrados a seguir:

	Nota	Passivo 31/12/2025	Ativo Depósito judicial 31/12/2025
Fiscais	18.1.2.1	1.885	1.882
Total		1.885	1.882

O valor total referente às garantias de provisões possíveis na Companhia é de R$1.213 em 31 de dezembro de 2025.

18.1.2.1 Fiscais

Referem-se a medidas judiciais propostas em face dos Municípios de Brejo do Piauí e Ribeira do Piauí, com o objetivo de desconstituir as cobranças relativas às Taxas de Localização e de Execução de Obras, viabilizando a emissão dos respectivos alvarás e licenças necessários à execução das obras, totalizando o montante de R$1.885 em 31 de dezembro de 2025. Atualmente, os débitos encontram-se integralmente garantidos por meio de depósitos judiciais, aguardando decisão final.

18.1.3 Risco de perda remota

Existem também processos de natureza cível, relacionados às desapropriações, cuja perda foi estimada como remota. Para estas ações o saldo de depósitos judiciais em 31 de dezembro de 2025 é de R$3.680.

18.2 Licenças Ambientais

Os custos relativos às licenças estão associados ao Projeto Básico Ambiental - PBA ou são adicionais a este, onde os principais itens são o reflorestamento, aquisição e regularização de áreas rurais e urbanas, recomposição e melhoria da infraestrutura viária, elétrica e sanitária e a implantação de unidades de conservação. O saldo desta provisão é reconhecido em contrapartida dos Ativos da concessão, pela melhor estimativa. A Companhia realizou o Ajuste a valor presente sobre o saldo utilizando como desconto a taxa de 9% a.a., sendo esta compatível com a natureza, o prazo e os riscos de transações similares em condições de mercado.
A Companhia segue a abrangente legislação ambiental brasileira nas esferas federal, estadual e municipal. Além do cumprimento desta legislação, que é fiscalizado por órgãos e agências governamentais, a Companhia investe em ações socioambientais focadas no desenvolvimento sustentável.
Os custos associados à manutenção destas licenças permitem prevenir a ocorrência de impactos socioambientais contribuindo para a gestão dos riscos operacionais e regulamentares da Companhia.
Segue abaixo a movimentação do saldo da provisão no exercício:

Licenças ambientais	Saldo em 31/12/2024	Transferências	AVP	Saldo em 31/12/2025
Circulante	4.537	3.893	68	8.498
Não circulante	4.459	(3.893)	572	1.138
Total	8.996		640	9.636

19 Patrimônio líquido

19.1 Capital social

O Capital social em 31 de dezembro de 2025 é de R$108.459 (R$38.459 em 31 de dezembro de 2024) totalmente subscrito e parcialmente integralizado, representado por 1.000 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, integralmente detidas pela EDP-Energias do Brasil.
A Assembleia Geral Extraordinária - AGE, realizada em 30 de abril de 2025, deliberou aumento do capital social no montante de R$70.000, sem emissão de novas ações, mediante a capitalização de créditos decorrentes de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital - AFAC.
As ações ordinárias são classificadas como Capital social e deduzidas de quaisquer custos atribuíveis à emissão de ações, quando aplicável.

19.2 Recursos destinados a aumento de capital

Os aportes financeiros realizados por sócios e/ou acionistas que sejam irrevogáveis e irretratáveis e com o propósito específico de conversão em capital social da companhia serão classificados e contabilizados no Patrimônio líquido na rubrica Recursos destinados a Aumento de Capital. As transferências do AFAC para o Capital social serão aprovadas na próxima Assembleia Geral Ordinária - AGO.
Segue abaixo a movimentação dos adiantamentos de recursos recebidos:

	Passivo
Saldo em 31 de dezembro de 2024	–
AFACs realizados no exercício - EDP Energias do Brasil	220.300
Integralização de capital social - AGE 30/04/2025 (Nota 19.1)	(70.000)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	150.300

Para o exercício de 2025, a Companhia alterou, no balanço patrimonial, a apresentação da rubrica Adiantamento para Futuro Aumento de Capital, reclassificando-a de passivo não circulante para o patrimônio líquido, em virtude da intenção de converter o referido montante em capital social.

19.3 Destinação do lucro

O lucro líquido apurado em cada exercício será deduzido, antes de qualquer destinação, de prejuízos acumulados e destinado sucessivamente e na seguinte ordem:
(i) 5% serão aplicados na constituição da Reserva Legal que não excederá 20% do Capital social;
(ii) 25% serão destinados ao pagamento de dividendos; e
(iii) o saldo remanescente, após atendidas as disposições anteriores, terá a destinação determinada pela Assembleia Geral.
Conforme descrito no item (ii) acima, as ações têm direito a dividendos mínimos de 25% do lucro líquido ajustado, na forma da lei, podendo a ele ser imputado o valor dos Juros sobre o capital próprio - JSCP pagos ou creditados, individualmente aos acionistas, a título de remuneração do capital próprio, integrando o montante dos dividendos a distribuir pela Companhia, para todos os efeitos legais e nos termos da Lei nº 9.249/95, e regulamentação posterior.

	Nota	31/12/2025	31/12/2024
Lucro a ser destinado			
Lucro líquido apurado no exercício		108.474	5.938
Constituição da reserva legal - 5%		(5.424)	(297)
		103.050	5.641
Destinação do lucro			
Dividendos obrigatórios	15	25.762	1.410
Dividendo adicional proposto		77.288	4.231
		103.050	5.641
Dividendos por lote de mil ações - em reais		25.762	1.410

19.4 Reservas de lucros

	Nota	31/12/2025	31/12/2024
Reservas de lucros			
Legal	19.3	5.721	297
Retenção de lucros		5.841	
Dividendo adicional proposto		77.288	4.231
		88.850	4.528

20 Receita

As receitas são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita é reconhecida em bases mensais e quando existe evidência convincente de que: (i) os riscos e benefícios mais significativos foram transferidos para o comprador; (ii) for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade; (iii) os custos associados possam ser estimados de maneira confiável; e (iv) o valor de receita possa ser mensurado de maneira confiável. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.
As receitas da Companhia representam a alocação da RAP determinada no contrato de concessão. São mensuradas conforme as obrigações de desempenho identificadas no contrato com o cliente, sendo os principais critérios de reconhecimento e mensuração apresentados a seguir:

• Receita de construção da infraestrutura de construção

A receita de construção é reconhecida como uma obrigação de desempenho que é atendida pela construção da linha de transmissão e seus ativos associados. O reconhecimento da receita de construção está diretamente associado as adições ao ativo contratual conforme os gastos incorridos (método de insumo). A formação da receita de construção resulta da alocação das horas trabalhadas pelas equipes técnicas, dos materiais utilizados, da medição da prestação de serviços terceirizados e outros custos diretamente alocados. O registro contábil dessa receita é efetuado em contrapartida aos Ativos de concessão, acrescido de margem na construção e de PIS e COFINS.
A referida margem é estimada pela Companhia levando-se em consideração o orçamento de custos de construção projetado por ela e caso possíveis eficiências, considerando o prazo regulatório para entrega da obra. Eventuais receitas decorrentes de antecipação de término da Linha de Transmissão são reconhecidas no resultado do exercício de efetiva antecipação comercial autorizada pela ANEEL.
Conforme o modelo praticado pela Companhia, a margem de construção é um componente de criação de valor, representa o valor presente do serviço de construção da infraestrutura da concessão e, juntamente com a margem de O&M e a taxa de remuneração do contrato (taxa implícita), contribui para zerar o valor presente do fluxo de caixa projetado de investimentos e recebimentos de RAP ao longo de todo o prazo da concessão.

• Receita de Operação e Manutenção (O&M)

A receita de O&M é reconhecida mensalmente, a partir da data em que a Companhia está autorizada a operar comercialmente, como uma obrigação de desempenho que é atendida pela operação e manutenção da linha de transmissão. Esta receita é calculada com base nos montantes de custos previstos para atendimento ao contrato de concessão, acrescidos de margem.
Conforme o modelo de negócios praticado pela Companhia, a taxa de mark up para precificação deve variar de acordo com a rentabilidade do projeto alcançada no leilão de concessão. Esta faixa é baseada em estudos regulatórios internos de precificação, referências setoriais em operação e manutenção, e experiências anteriores em projetos de transmissão. A receita de O&M é ajustada mensalmente com o resultado da RAP efetivamente permitida para cobrança pelo ONS.

• Remuneração dos Ativos da concessão

O contrato de concessão possui um componente de financiamento significativo, uma vez que o prazo de recebimento pela construção da infraestrutura é de longo prazo (30 anos). Dessa forma, conforme requerido pelo CPC 47, a remuneração dos ativos da concessão é calculada com base na taxa média de financiamento do projeto no momento da formalização do contrato de concessão com o Poder Concedente sobre o saldo dos Ativos da Concessão.
O ofício-circular SEP nº 01/2020 orienta que a remuneração contratual deve ser feita pela taxa implícita remanescente do ativo, após a alocação das margens de construção e O&M da concessão. No entanto, ainda conforme a orientação, a taxa deve ficar próxima ao padrão de mercado de financiamento.
As eventuais alterações no custo médio ponderado de capital promovidos pela ANEEL nos processos de reajustes ou revisões tarifárias, com respectivo impacto na RAP, terão seu efeitos apropriados no resultado do exercício em que a modificação tarifária for homologada pelo órgão regulador.

	Nota	2025	2024
Receita de construção de infraestrutura da Concessão	20.1	1.047.416	70.874
Remuneração dos Ativos da concessão		45.232	357
Parcela Variável - IPCA		43.287	
Receita operacional bruta	11	**1.135.935**	**71.231**
(–) Deduções à receita operacional			
Tributos sobre a receita			
PIS/COFINS		(105.074)	(6.601)
Receita		**1.030.861**	**65.230**

20.1 Receita de construção da infraestrutura da Concessão

Representa a evolução, em 2025 de 86,52% do investimento previsto no projeto (4,19% em 2024), acrescido de margem de construção e PIS/COFINS.

21 Custo de construção da infraestrutura da concessão

	Nota	2025	2024
Máquinas e equipamentos		823.389	22.076
Adiantamento a fornecedores			23.507
Gastos ambientais			8.933
	11	**823.389**	**55.516**

22 Despesas e Receitas operacionais

As Despesas e receitas operacionais são reconhecidas e mensuradas: (i) em conformidade com o regime de competência, apresentados líquidos dos respectivos créditos de PIS e COFINS, quando aplicável; (ii) com base na associação direta da receita; e (iii) quando não resultarem em benefícios econômicos futuros.
Conforme requerido no artigo 187 da Lei nº 6.404/76, a Companhia classifica seus gastos operacionais na Demonstração do Resultado por função, ou seja, os gastos são segregados entre custos e despesas conforme sua origem e função desempenhada na Companhia.
Na segregação entre custos e despesas, são considerados os seguintes critérios: (i) Custos: contemplam os gastos diretamente vinculados à prestação do serviço; e (ii) Despesas operacionais: são os gastos relacionados à administração da Companhia representando diversas atividades gerais atribuíveis às áreas do negócio tais como pessoal administrativo, remuneração da administração e provisões judiciais, regulatórias e administrativas.

Segue abaixo o detalhamento das despesas e receitas operacionais, de acordo com a sua natureza, conforme requerido pelo CPC 26 (R1):

	Nota	Despesas operacionais Gerais e Administrativas 2025	2024
Pessoal, Administradores e Entidade de previdência privada	22.1	938	350
Material		37	
Serviços de terceiros	22.2	532	75
Arrendamentos e aluguéis		21	(1)
Outras		53	20
Total		1.581	444

22.1 Pessoal

	2025	2024
Pessoal		
Remuneração	8	54
Encargos	519	
Previdência privada - Corrente	2	
Despesas rescisórias	25	
Participação nos Lucros e Resultados - PLR	363	299
Outros benefícios - Corrente	17	
(–) Créditos de tributos recuperáveis	3	(3)
	937	350
Administradores		
Honorários e encargos	1	
	938	350

22.2 Serviços de terceiros

	2025	2024
Serviços de consultoria	162	42
Serviços comerciais	1	
Serviços de manutenção	1	
Serviços de informática	50	
Serviços de telecomunicações		30
Serviços de transporte	20	
Serviços Compartilhados	194	
Outros	104	3
	532	75

23 Resultado Financeiro

	Nota	2025	2024
Receitas financeiras			
Juros e variações monetárias			
Renda de aplicações financeiras	8	40.255	95
Depósitos judiciais e provisões cíveis, fiscais e trabalhistas		262	
Operações de swap		1.036	
(–) Juros capitalizados	11	(1.098)	
(–) Tributos sobre Receitas financeiras		(1.978)	(4)
Outras receitas financeiras		9	
		38.548	91
Despesas financeiras			
Encargos de dívida			
Empréstimos e financiamentos	17.2	(50.548)	
Debêntures	16.2	(26.651)	
Juros e variações monetárias			
Juros e multa sobre tributos		(19)	
Provisões cíveis	18.1	(69)	
Outros juros e variações monetárias		(639)	(64)
Outras despesas financeiras		(159)	
		(80.085)	(64)
		(41.537)	27

24 Impostos de renda e Contribuição social

O imposto de renda registrado no resultado é calculado com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado), as alíquotas aplicáveis segundo a legislação vigente (15%, acrescida de 10% sobre o resultado tributável que exceder R$240 anuais). A contribuição social registrada no resultado é calculada com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado), por meio da aplicação da alíquota de 9%. Ambos consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social, limitada a 30% do lucro real, quando aplicável.
As despesas com Imposto de renda e Contribuição social compreendem os impostos correntes e diferidos, sendo reconhecidos no resultado exceto aqueles que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no Patrimônio líquido.

	2025	2024
Lucro antes dos tributos sobre o Lucro	164.354	8.997
Alíquota	34%	34%
Despesa de IRPJ e CSLL	(55.880)	(3.059)
Alíquota efetiva	34,00%	34,00%

25 Resultado por ação

O resultado básico por ação da Companhia é calculado pela divisão do resultado atribuível aos titulares de ações ordinárias da Companhia pelo número médio ponderado de ações ordinárias em poder dos acionistas.
A Companhia não operou com instrumentos financeiros passivos conversíveis em ações próprias ou transações que gerassem efeito diluível ou antidiluível sobre o resultado por ação do exercício. Dessa forma, o resultado "básico" por ação que foi apurado para o exercício é igual ao resultado "diluído" por ação segundo os requerimentos do CPC 41.

	2025	2024
Resultado líquido do exercício atribuível aos acionistas	108.474	5.938
Média ponderada do número de ações ordinárias em poder dos acionistas controladores (mil)	1	1
Resultado básico e diluído por ações (reais/ação)	108.474,000	5.938,000

26 Instrumentos financeiros e Gestão de riscos

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar crédito, liquidez, segurança e rentabilidade. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é efetuada por meio de uma análise periódica da exposição aos riscos financeiros (câmbio, taxa de juros e etc.), a qual é reportada regularmente por meio de relatórios de risco disponibilizados à Administração.
Em atendimento à Política de Gestão de Riscos Financeiros do Grupo EDP - Energias do Brasil, e com base nas análises periódicas consubstanciadas nos relatórios de risco, são definidas estratégias específicas de mitigação de riscos financeiros, as quais são aprovadas pela Administração, para operacionalização da referida estratégia. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas comparadas às condições vigentes no mercado por meio de sistemas operacionais integrados à plataforma SAP. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia.
A administração dos riscos associados a estas operações é realizada por meio da aplicação de políticas e estratégias definidas pela Administração e incluem o monitoramento dos níveis de exposição de cada risco de mercado, previsão de fluxos de caixa futuros e estabelecimento de limites de exposição. Essa política determina também que a atualização das informações em sistemas operacionais, assim como a confirmação e operacionalização das transações junto às contrapartes, sejam efetuadas com a devida segregação de funções.

26.1 Instrumentos financeiros

Instrumentos financeiros são definidos como qualquer contrato que dê origem a um ativo financeiro para a entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial para outra entidade.
Estes instrumentos financeiros são reconhecidos imediatamente na data de negociação, ou seja, na concretização do surgimento da obrigação ou do direito e são inicialmente registrados pelo valor justo acrescido ou deduzido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis.
Instrumentos financeiros são baixados desde que os direitos contratuais aos fluxos de caixa expirem, ou seja, a certeza do término do direito ou da obrigação de recebimento, de entrega de caixa, ou título patrimonial. Para essa situação a Administração, com base em informações consistentes, efetua registro contábil para liquidação.
A baixa pode acontecer em função de cancelamento, pagamento, recebimento, transferência ou quando os títulos expirarem.

26.1.1 Classificação dos instrumentos financeiros

Segue abaixo a classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros da Companhia:

	Nota	Níveis	Valor Justo 31/12/2025	31/12/2024	Valor Contábil 31/12/2025	31/12/2024
Ativos Financeiros						
Valor justo por meio do resultado						
No reconhecimento inicial ou subsequentemente						
Caixa e equivalentes de caixa	6					
Aplicações financeiras		Nível 2	1.089.462	8.038	1.089.462	8.038
Custo amortizado						
Caixa e equivalentes de caixa	6					
Bancos conta movimento		Nível 2	560	30	560	30
Total			1.090.022	8.068	1.090.022	8.068
Passivos Financeiros						
Custo amortizado						
Fornecedores	14	Nível 2	30.210	14.303	30.210	14.303
Debêntures	16	Nível 2	1.191.023		1.224.352	
Empréstimos e financiamentos	17					
Moeda nacional		Nível 2	500.548		500.548	
Outras contas a pagar - Partes relacionadas	9	Nível 2	350	1.358	350	1.358
Licenças ambientais	18.2	Nível 2	9.586	8.998	9.636	8.996
Total			1.731.717	24.659	1.765.096	24.657

26.1.1.1 Ativos financeiros

Na análise para a classificação dos ativos financeiros, a Companhia avalia os seguintes aspectos: (i) o modelo de negócios para a gestão dos ativos financeiros; e (ii) as características do fluxo de caixa contratual do ativo financeiro.
Posteriormente ao reconhecimento inicial pelo seu valor justo, os ativos financeiros são classificados e mensurados conforme descrito abaixo:

• Custo amortizado

Se a Companhia, conforme seu modelo de negócio, possui a intenção de manter o ativo financeiro para receber fluxos de caixa contratuais e se os mesmos constituem recebimentos de principal e juros sobre o valor original.

• Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)

Se a Companhia, conforme seu modelo de negócio, possui a intenção de receber os fluxos de caixa contratuais, tanto pela manutenção quanto pela venda do ativo financeiro, e se os mesmos constituem recebimentos de principal e juros sobre o valor original.

• Valor justo por meio do resultado (VJR)

Se a Companhia possui um ativo financeiro que não se enquadra na classificação de custo amortizado ou VJORA ou quando a Companhia desejar eliminar ou reduzir significativamente uma inconsistência de mensuração ou de reconhecimento que, de outro modo, pode resultar da mensuração de ativos ou passivos ou do reconhecimento de ganhos e perdas nesses ativos e passivos em bases diferentes.

26.1.1.2 Passivos financeiros

Posteriormente ao reconhecimento inicial pelo seu valor justo, como regra geral, os passivos financeiros são classificados e mensurados como custo amortizado.
Os passivos financeiros apenas serão classificados como VJR se forem: (i) derivativos; (ii) passivos financeiros decorrentes de ativos financeiros transferidos que não se qualificaram para desreconhecimento; (iii) contratos de garantia financeira; (iv) compromissos de conceder empréstimo em taxa de juros abaixo do praticado no mercado; e (v) contraprestação contingente reconhecida por adquirente em combinação de negócios.
A Companhia também poderá classificar um passivo financeiro como VJR quando: (i) a Companhia desejar eliminar ou reduzir significativamente uma inconsistência de mensuração ou de reconhecimento que, de outro modo, pode resultar da mensuração de ativos ou passivos ou do reconhecimento de ganhos e perdas nesses ativos e passivos em bases diferentes; ou (ii) o desempenho de um passivo financeiro é avaliado com base no seu valor justo de acordo com uma estratégia documentada de gerenciamento de risco ou de investimento fornecidas internamente pela Administração da Companhia.

26.1.2 Valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração.
Para apuração do valor justo, a Companhia projeta os fluxos dos instrumentos financeiros até o término das operações seguindo as regras contratuais, inclusive para taxas pós-fixadas, e utiliza como taxa de desconto o Depósito Interbancário - DI futuro divulgado pela B3, exceto quando outra taxa for indicada na descrição das premissas para o cálculo do valor justo, e considerando também o risco de crédito próprio da Companhia e da Contraparte, de acordo com o CPC 46. Este procedimento pode resultar em um valor contábil diferente do seu valor justo principalmente em virtude dos instrumentos apresentarem prazos de liquidação longos e custos diferenciados em relação às taxas de juros praticadas atualmente para contratos similares.
As operações com instrumentos financeiros da Companhia que apresentam saldo contábil equivalente ao valor justo são decorrentes do fato destes instrumentos financeiros possuírem características substancialmente similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado.
Considerando que a taxa de mercado (ou custo de oportunidade de capital) é definida por agentes externos, levando em conta o prêmio de risco compatível com as atividades do setor e que, na impossibilidade de buscar outras alternativas ou diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias para suas estimativas, face aos negócios da empresa e às peculiaridades setoriais. Arrendamento e aluguéis diferem do seu valor contábil.
As informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos dos instrumentos financeiros, que diferem do valor contábil, são divulgadas a seguir levando em consideração os prazos e relevância de cada instrumento financeiro:
(i) Debêntures, Empréstimos e financiamentos e Derivativos: são mensurados por meio do modelo de precificação aplicado individualmente para cada transação levando em consideração os fluxos futuros de pagamento, com base nas condições contratuais, descontados a valor presente por taxas obtidas por meio das curvas de juros de mercado. Desta forma, o valor de mercado de um título corresponde ao seu valor de vencimento (valor de resgate) trazido a valor presente pelo fator de desconto, incluindo o risco de crédito;
(ii) Licenças ambientais: é concedida pelo órgão ambiental para autorizar a operação ou descomissionamento do empreendimento ou atividade, com o estabelecimento de condicionantes e a autorização para a execução de planos, programas e projetos de prevenção, mitigação, recuperação, restauração e compensação de impactos ambientais. O saldo leva em consideração os fluxos futuros de pagamento, fundamentado nas condições contratuais, descontados a valor presente pela taxa que corresponde ao custo médio de capital (WACC) atual do Grupo EDP - Energias do Brasil.

26.1.2.1 Mensuração a valor justo de instrumentos financeiros

A hierarquização dos instrumentos financeiros por meio do valor justo regula a necessidade de informações mais consistentes e atualizadas com o contexto externo à Companhia. São exigidos como forma de mensuração para o valor justo dos instrumentos da Companhia:
(a) Nível 1 - preços negociados em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;
(b) Nível 2 - preços diferentes dos negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente; e
(c) Nível 3 - para o ativo ou passivo que são baseados em variáveis não observáveis no mercado. São geralmente obtidas internamente ou em outras fontes não consideradas de mercado.
A metodologia aplicada na segregação por níveis para o valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia, classificados como valor justo por meio do resultado, foi baseada em uma análise individual buscando no mercado operações similares às contratadas e observadas. Os critérios para

→ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

comparabilidade foram estruturados levando em consideração prazos, valores, carência, indexadores e mercados atuantes. Quanto mais simples e fácil o acesso à informação comparativa mais ativo é o mercado, quanto mais restrita a informação, mais restrito é o mercado para mensuração do instrumento.

26.1.3 Instrumentos financeiros derivativos

Instrumento financeiro derivativo pode ser identificado desde que: (i) seu valor seja influenciado em função da flutuação da taxa ou do preço de um instrumento financeiro; (ii) não necessita de um investimento inicial ou o bem menor do que seria em contratos similares; e (iii) sempre será liquidado em data futura. Somente atendendo todas essas características podemos classificar um instrumento financeiro como derivativo.

Os instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos pelo seu valor justo, sendo os ganhos e perdas resultantes dessa reavaliação registrados no resultado do exercício, exceto quando o derivativo for classificado como proteção de fluxo de caixa, sendo os ganhos e perdas registrados em Outros resultados abrangentes no Patrimônio líquido.

26.1.3.1 *Non-Deliverable Forward* - NDF

Os contratos de NDFs - *hedge accounting* são instrumentos financeiros de cobertura do risco de taxa de juros e variação cambial. Os derivativos que não se qualificam como de cobertura são registrados como para negociação.

A Companhia adota metodologia de hedge accounting, registrado por meio de seu valor justo com a finalidade de proteger os riscos da variação cambial nas aquisições de mercadoria em moeda estrangeira. Por se tratar de *hedge accounting* classificado como de fluxo de caixa, as alterações geradas pela variação do MtM, líquido dos juros provisionados, são reconhecidas diretamente no Patrimônio líquido em conta de Ajuste de Avaliação Patrimonial quando considerado efetivo. A diferença entre o valor justo e a taxa fixada é a parcela inefetiva e, por consequência, é reconhecida no resultado.

Em 04 de novembro de 2024, a Companhia contratou derivativos NDF com nocional no montante de USD15.949, registrado como *hedge accounting*, com a finalidade de proteger os riscos de variação cambial nas aquisições de mercadoria em moeda estrangeira de projetos transmissão, o derivativo foi liquidado em 13 de novembro de 2024, no montante de R$10.179.

26.2 Gestão de riscos

A gestão de riscos do Grupo EDP - Energias do Brasil segue padrões globais e metodologias amplamente reconhecidas no mercado, como COSO ERM (Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission) e a Norma ABNT NBR ISO 31000 (Gestão de Riscos). A governança do tema é definida na Política de Enterprise Risk Management, aprovada pelo Conselho de Administração e disponibilizada publicamente ao mercado.

A gestão do risco é responsabilidade da Risk Business Enablement Function (RISK), junto dos Centros de Excelência (CoE) e os Business Partners (BP), garantindo a articulação e a comunicação em todo o Grupo EDP - Energias do Brasil, sobre as principais fontes de exposição e medidas de mitigação dos riscos. Além disso, agentes regionais são definidos para garantir a avaliação dos riscos no contexto de cada região.

O modelo adota o conceito das três linhas de defesa, com uma possível quarta linha externa - em casos necessários, auditorias externas e supervisões reguladoras podem complementar o modelo.

(i) Colaboradores e áreas de negócio que gerenciam riscos no dia a dia. Detêm a responsabilidade sobre os riscos mapeados e reporta diretamente para a alta administração.

(ii) Formada pelas áreas de Risco e Controle, fornece orientação metodológica e supervisiona a gestão dos riscos identificados.

(iii) Representada pela Auditoria Interna, oferece avaliações independentes que reforçam a solidez do sistema de gerenciamento.

Para garantir um entendimento integrado e uma linguagem comum, a Companhia organiza sua Taxonomia dos Riscos Corporativos em cinco categorias principais: Estratégico e ESG, Negócio de Energia, Financeiro, Contraparte e Operacional.

O processo de gestão está estruturado em cinco fases principais: Estabelecimento do contexto, Identificação, Análise, Avaliação, Tratamento, Monitorização e Comunicação.

26.2.1 Risco de mercado

O risco de mercado é apresentado como a possibilidade de perdas monetárias em função das oscilações de variáveis que tenham impacto em preços e taxas negociadas no mercado. Essas flutuações geram impacto a praticamente todos os setores e, portanto, representam fatores de riscos financeiros.

As Debêntures e Empréstimos e financiamentos captados pela Companhia, apresentados nas notas 16 e 17, possuem regras contratuais para os passivos financeiros fundamentalmente atrelados ao risco de mercado associado ao CDI.

Deve-se considerar que a Companhia está exposta à oscilação da taxa SELIC e da inflação, podendo ter um custo maior na realização dessas operações.

A Companhia não possui exposições à variação cambial e juros atrelados a dívidas em moeda estrangeira.

26.2.1.1 Análise de sensibilidade

A Companhia efetua a análise de sensibilidade de seus instrumentos financeiros.

A análise de sensibilidade tem como objetivo mensurar o impacto às mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro da Companhia. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade contida no processo utilizado na preparação dessas análises. As informações demonstradas no quadro, mensuram contextualmente o impacto nos resultados da Companhia em função da variação de cada risco destacado.

No quadro a seguir foram considerados cenários dos indexadores utilizados pela Companhia, com as exposições aplicáveis de flutuação de taxas de juros e outros indexadores até as datas de vencimento dessas transações, com o cenário I (provável) o adotado pela Companhia, baseado fundamentalmente em premissas macroeconômicas obtidas do relatório Focus do Banco Central, os cenários II e III com 25% e 50% de aumento do risco, respectivamente, e os cenários IV e V com 25% e 50% de redução, respectivamente.

Operação	Risco	Saldo da exposição	*Aging* cenário provável Até 1 ano	Cenário (I) Provável	Cenário (II) Aumento do risco em 25%	Cenário (III) Aumento do risco em 50%	Cenário (IV) Redução do risco em 25%	Cenário (V) Redução do risco em 50%
Aplicação financeira - CDB	CDI	460.389	51.510	51.510	12.693	25.318	(12.764)	(25.602)
Aplicação financeira - Debêntures	CDI	529.073	67.040	67.040	16.493	32.888	(16.596)	(33.298)
Instrumentos financeiros ativos	**CDI**	**1.089.462**	**118.550**	**118.550**	**29.186**	**58.206**	**(29.360)**	**(58.900)**
Debêntures	CDI	(1.228.303)	(159.567)	(400.017)	(400.017)	(91.276)	(182.456)	95.041
Empréstimos e financiamentos	CDI	(500.548)	(11.264)	(11.264)	(11.264)	(2.449)	(4.899)	2.664
Instrumentos financeiros passivos	**CDI**	**(1.728.851)**	**(170.831)**	**(411.281)**	**(411.281)**	**(93.725)**	**(187.355)**	**97.705**
		(639.389)	**(52.281)**	**(292.731)**	**(382.095)**	**(35.519)**	**(216.715)**	**38.805**

As curvas futuras dos indicadores financeiros CDI estão em acordo com o projetado pelo mercado e alinhadas com a expectativa da Administração da Companhia.

Os indicadores tiveram seus intervalos conforme apresentado a seguir: CDI 4,17% e 22,35% a.a.

26.2.2 Risco de liquidez

O risco de liquidez evidencia a capacidade da Companhia em liquidar as obrigações assumidas. Para determinar a capacidade financeira da Companhia em cumprir adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações.

A Administração da Companhia, se necessário, somente utilizará linhas de créditos que possibilitem sua alavancagem operacional.

Os ativos financeiros mais expressivos da Companhia estão demonstrados nas rubricas: (i) Caixa e equivalentes de caixa (Nota 6), sendo o Caixa um montante cuja disponibilidade é imediata e os Equivalentes de caixa correspondentes às aplicações financeiras de liquidez imediata que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa; e (ii) Ativos da concessão (Nota 11) cujo saldo apresentado corresponde ao valor a receber do Poder Concedente ou dos usuários da linha de transmissão a partir da entrada em operação da linha de transmissão.

A Companhia também gerencia o risco de liquidez por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, bem como pela análise de vencimento dos seus passivos financeiros. A tabela abaixo detalha os vencimentos contratuais para os passivos financeiros registrados em 31 de dezembro de 2025, incluindo principal e juros, considerando a data mais próxima em que a Companhia espera liquidar as respectivas obrigações.

	31/12/2025						31/12/2024
	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	AVP	Total	Total
Passivos financeiros							
Fornecedores	6	2.378	27.826			30.210	14.303
Outras contas a pagar - Partes relacionadas				350		350	1.358
Debêntures				1.224.352		1.224.352	–
Empréstimos e financiamentos			500.548			500.548	–
Juros Vincendos de Empréstimos e Financiamentos			185.251	316.764		502.015	–
Licenças Ambientais	487	5.114	3.071	1.373	(409)	9.636	8.996
	493	7.492	716.696	1.542.839	(409)	2.267.111	24.657

26.2.3 Risco de crédito

O risco de crédito compreende a possibilidade da Companhia não realizar seus direitos. Essa descrição está principalmente relacionada às rubricas abaixo:

• Caixa e Equivalentes de caixa

A administração desses ativos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais com base em políticas corporativas e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade.

Estratégias específicas de mitigação de riscos financeiros em atendimento à Política de Gestão de Riscos Financeiros do Grupo EDP - Energias do Brasil, são realizadas periodicamente baseadas nas informações extraídas dos relatórios de riscos.

As decisões sobre aplicações financeiras também são orientadas pela mesma política citada acima, estabelecendo condições e limites de exposição a riscos de mercado avaliados por agências especializadas. A política determina níveis de concentração de aplicações em instituições financeiras de acordo com o rating do banco e o montante total das aplicações da Companhia, de forma a manter uma proporção equilibrada e menos sujeita a perdas.

A Companhia opera apenas com instituições financeiras cuja classificação de risco seja no mínimo A na agência Fitch Ratings (ou equivalente para as agências Moody's ou Standard & Poor's). Em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, todas as aplicações financeiras da Companhia encontram-se em instituições financeiras com rating de crédito AAA.

A Administração entende que as operações de aplicações financeiras contratadas não expõem a Companhia a riscos de crédito significativos que futuramente possam gerar prejuízos materiais.

26.2.4 Riscos regulatórios

As atividades da Companhia são regulamentadas e fiscalizadas por agências reguladoras (ANEEL) e demais órgãos relacionados ao setor (MME, CCEE, EPE, ONS etc.). A Companhia tem o compromisso de estar em conformidade com todos os regulamentos expedidos, sendo assim, qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre suas atividades.

A mitigação dos riscos regulatórios é realizada por meio do monitoramento dos cenários que envolvem o negócio. Adicionalmente, a Companhia atua na discussão dos temas de seu interesse disponibilizando estudos, teses e experiências aos públicos formadores de opinião.

26.2.5 Riscos ambientais

As atividades da Companhia podem causar impactos negativos significativos ao meio ambiente. Tendo isso em vista, a Controladora, em seus diversos segmentos de atuação, trabalha com respeito ao meio ambiente e estabelece compromissos relativos à melhoria contínua da gestão ambiental, visando prevenir, mitigar e, quando necessário, recuperar e compensar os impactos de suas operações.

Essa conduta é norteada: (i) pela legislação vigente, que impõe aquele que direta ou indiretamente causar degradação ambiental o dever de reparar ou indenizar os danos causados ao meio ambiente e a terceiros afetados; e (ii) pela Política de Segurança, Qualidade e Sustentabilidade da Controladora, que é aplicável a todas as suas unidades de negócio e que reforça a obrigatoriedade de atendimento aos requisitos legais aplicáveis, além do compromisso com a gestão dos riscos ambientais, disseminação do conhecimento sobre o uso eficiente dos recursos naturais e contribuição com as melhores práticas na cadeia de valor.

Para garantir a efetividade dessa abordagem, a Companhia adota práticas estruturadas de gestão de riscos ambientais, incluindo:

(i) Conformidade Legal e Licenciamento: Cumprimento rigoroso da legislação ambiental vigente, assegurando que atividades potencialmente poluidoras sejam previamente licenciadas e autorizadas pelos órgãos competentes, com implementação das medidas mitigatórias exigidas; (ii) Identificação e Monitoramento de Riscos: Mapeamento e monitoramento contínuo dos aspectos e impactos ambientais em todas as operações, utilizando indicadores e ferramentas de gestão para antecipar riscos e definir planos de ação preventivos; (iii) Gestão Proativa e Mitigação: Atuação voltada à eliminação, redução e controle antecipado de riscos ambientais, prevenindo incidentes, acidentes e passivos, além de garantir comunicação transparente sobre medidas adotadas; (iv) Planos de Contingência e Melhoria Contínua: Desenvolvimento e implementação de planos de contingência e ações corretivas, assegurando a melhoria contínua da qualidade ambiental nos locais onde o Grupo EDP - Energias do Brasil opera; (v) Governança e Especialização Técnica: Equipes especializadas em temas socioambientais, que reportam à liderança e asseguram que os tópicos mais relevantes sejam tratados pela alta direção local, regional ou do Grupo, conforme a criticidade; e (vi) Certificações e Sistemas de Gestão: Implantação de sistemas de gestão ambiental certificados pela norma ISO 14.001 nas unidades em operação de geração centralizada, transmissão e distribuição de energia, garantindo conformidade com requisitos legais e padrões internacionais.

26.2.6 Risco de construção e desenvolvimento da infraestrutura

A Companhia poderá incorrer em riscos inerentes à atividade de construção e atrasos na execução da obra que poderão resultar em perdas na recuperação do Ativo da Concessão, custos não previstos e/ou penalidades.

Os atrasos de construção de novas instalações podem estar ligados ao fato da Companhia depender de terceiros para fornecer os equipamentos utilizados em suas instalações e, por isso, estar sujeita a aumentos de preços e falhas por parte de tais fornecedores, como atrasos na entrega dos equipamentos ou entrega dos equipamentos avariados. Tais falhas poderão prejudicar as atividades, gerar penalidades regulatórias e ter efeito adverso relevante nos resultados da Companhia.

Caso algum fornecedor descontinue a produção ou interrompa a venda de quaisquer dos equipamentos adquiridos pela Companhia, esta poderá não ser capaz de adquirir tal equipamento com outros fornecedores. Nesse caso, a prestação de serviços de transmissão de energia elétrica pela Companhia poderá ser afetada de forma relevante, e a Companhia poderá ser obrigada a realizar investimentos não previstos, a fim de desenvolver ou custear o desenvolvimento de nova tecnologia para substituir o equipamento indisponível, o que poderá impactar de forma negativa a condição financeira e os resultados operacionais da Companhia.

Visando mitigar este risco a Companhia adota, no momento da contratação dos fornecedores, uma série de garantias, tais como: adiantamentos, cumprimento de *performance*, garantia técnica, seguro de engenharia global e seguro de responsabilidade civil. Adicionalmente, a Companhia procura a diversificação dos seus fornecedores, sendo que o maior não represente mais do que 40% do investimento previsto, além de fazer avaliações internas de *Compliance*.

26.2.7 Risco técnico

A infraestrutura da Companhia é dimensionada de acordo com as orientações técnicas impostas por normas nacionais e internacionais. Ainda assim, algum evento de caso fortuito ou força maior pode causar impactos econômicos e financeiros maiores do que os previstos pelo projeto original. Nestes casos, os custos necessários para a realocação das instalações em condições de operação devem ser suportados pela Companhia, ainda que eventuais indisponibilidades de suas instalações de transmissão não gerem redução das receitas (Parcela Variável).

Para tanto, a Companhia contratou seguro de Risco de responsabilidade civil - Engenharia, visando cobrir qualquer erro decorrente do projeto ou da execução do mesmo (Nota 29).

26.2.8 Gestão de capital

Os objetivos da Administração ao administrar o capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo e manter a liquidez financeira adequada.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, o Grupo EDP – Energias do Brasil pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas, emitir novas ações, fazer novos financiamentos ou refinanciar as dívidas existentes.

	31/12/2025	31/12/2024
Total dos empréstimos e debêntures	1.724.900	
(–) Caixa e equivalentes de caixa	(1.090.022)	(8.068)
Dívida líquida	634.878	(8.068)
Total do Patrimônio Líquido	347.409	42.987
Total do capital	982.287	34.919
Índice de alavancagem financeira - %	64,63%	–23,10%

27 Demonstrações dos Fluxos de Caixa

27.1 Atividades de financiamento

Em conformidade com o CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, seguem abaixo as mudanças ocorridas nos ativos e passivos decorrentes das atividades de financiamento, incluindo os ajustes para conciliar o lucro:

	Nota	2025 Saldo em 31/12/2024	Efeito caixa	Efeito não caixa Adições/ baixas	Saldo em 31/12/2025
Aumento (diminuição) de passivos financiamento					
Dividendos	15	1.410		24.352	25.762
Debêntures	16	–	1.195.701	28.651	1.224.352
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	17	–	450.000	50.548	500.548
Acionistas					
Adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC	19.2	–	150.300		150.300
Capital social	19.1	38.459	70.000		108.459
Movimento relativo às atividades de financiamento		**39.869**	**1.866.001**	**103.551**	**2.009.421**

	2024 Saldo em 31/12/2023	Efeito caixa	Efeito não caixa Adições/ baixas	Saldo em 31/12/2024
Aumento (diminuição) de passivos financiamento				
Dividendos	–		1.410	1.410
Acionistas				
Capital social	–	38.459		38.459
Movimento relativo às atividades de financiamento	–	**38.459**	**1.410**	**39.869**

27.2 Transações não envolvendo caixa

Em conformidade com o CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, as transações de investimento e financiamento que não envolveram o uso de caixa ou equivalentes de caixa não devem ser incluídas na demonstração dos fluxos de caixa.

Todas as atividades de investimento e financiamento que não envolveram movimentação de caixa e, portanto, não estão refletidas em nenhuma rubrica da demonstração do fluxo de caixa, estão demonstradas abaixo:

	2025	2024
Constituição de dividendos a JSCP a pagar	25.762	1.410
Reversão de dividendos e JSCP a pagar	(1.410)	
Capitalização no Ativo financeiro indenizável relativa à contingências	450	
Provisão para custos com licença ambiental no Intangível		8.933
Total	**24.802**	**10.343**

28 Compromissos contratuais e Garantias

28.1 Compromissos contratuais

Em 31 de dezembro de 2025 a Companhia apresenta os compromissos contratuais, não reconhecidos nas demonstrações financeiras, apresentados por maturidade de vencimento.

Os materiais e serviços incluem, essencialmente, responsabilidades relacionadas com contratos de longo prazo relativos ao fornecimento de produtos e serviços vinculados à construção da linha de transmissão.

Os compromissos contratuais referidos no quadro abaixo refletem essencialmente acordos e compromissos necessários para o decurso normal da atividade operacional da Companhia, atualizados com as respectivas taxas projetadas e ajustados ao valor presente pela taxa que corresponde o custo médio de capital (WACC) da Companhia.

	31/12/2025 2026	2027 e 2028	2029 e 2030	Total geral	31/12/2024 Total geral
Responsabilidades com locações operacionais	6.214	760		6.974	9.081
Obrigações de compra					
Materiais e serviços	447.228	37.242	66	484.536	277.723
	453.442	**38.002**	**66**	**491.510**	**286.804**

Os compromissos contratuais referidos no quadro abaixo refletem os mesmos compromissos contratuais demonstrados acima, todavia, estão atualizados com as respectivas taxas na data-base de 31 de dezembro de 2025, ou seja, sem projeção dos índices de correção, e não estão ajustados a valor presente.

	31/12/2025 2026	2027 e 2028	2029 e 2030	Total geral	31/12/2024 Total geral
Responsabilidades com locações operacionais	5.946	888		6.834	9.458
Obrigações de compra					
Materiais e serviços	427.928	43.568	98	471.594	285.843
	433.874	**44.456**	**98**	**478.428**	**295.301**

28.2 Garantias

O montante de Garantias de R$82.664 em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, refere-se ao seguro garantia, que tem por objetivo garantir a execução de obra da construção da linha de transmissão, sendo uma exigência quando da participação da Companhia no Leilão nº 01/2024 - ANEEL, e possui vigência de 12 de junho de 2024 a 30 de setembro de 2029.

Os valores em garantia de Debêntures (Nota 16), Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas (Nota 17) e Provisões (Nota 18), estão demonstrados em suas respectivas notas.

29 Cobertura de seguros

A Companhia mantém apólices de seguros com coberturas determinadas por orientação de especialistas e regidas por norma de contratação e manutenção de seguros aprovado pela Diretoria do Grupo EDP - Energias do Brasil. A contratação de seguros leva em consideração a natureza e o grau de risco, por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas sobre seus ativos e responsabilidades.

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da revisão das demonstrações financeiras e, consequentemente, não foram analisadas pelos auditores independentes. Os principais valores em risco com coberturas de seguros são:

	31/12/2025 Valor em risco	Limite máximo de indenização	31/12/2024 Valor em risco	Limite máximo de indenização
Responsabilidade civil		15.000		
Seguro de vida	3.318	(*)	2.468	(*)
Risco de engenharia	1.282.289	1.282.289		

(*) O valor de indenização será de 24 vezes o salário do colaborador, sendo o limite máximo de R$581 até o cargo de diretor. Para os cargos de vice-presidente e presidente o limite máximo é de R$1.452.

A EDP - Energias do Brasil possui cobertura de Responsabilidade Civil, estendida para a Companhia, com os limites conforme apresentados abaixo:

(i) Responsabilidade civil geral, com cobertura de até R$6.000;

(ii) Responsabilidade civil ambiental, com cobertura de até R$31.795;

(iii) Responsabilidade civil de administradores e diretores, com cobertura de até R$150.000; e

(iv) Responsabilidade civil de riscos cibernéticos, com cobertura de até R$5.657.

CONSELHO DA ADMINISTRAÇÃO

João Manuel Brito Martins
Presidente

Daniel Bruder Silveira Sarmento
Vice-Presidente

Maria Marta de Figueiredo Geraldes
Conselheira

Ricardo Alexandre Coelho Ferraz
Conselheiro

DIRETORIA ESTATUTÁRIA

Daniel Bruder Silveira Sarmento
Diretor-Presidente

André Caetano Rocha de Andrade
Diretor Técnico

Rafael Holanda Moura
Diretor Administrativo e Financeiro

CONTABILIDADE

Leandro Carron Rigamonte
Diretor - Accounting SA

Cleber dos Santos Lima
Contador - CRC 1SP301283/0-6 "S" PI

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas **EDP Transmissão Nordeste S.A. - Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da EDP Transmissão Nordeste S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas contábeis internacionais (*IFRS Accounting Standards*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras de entidades de interesse público no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais Assuntos de Auditoria:** Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
Mensuração dos Ativos da Concessão (Nota 11) Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia possuía registrado em suas demonstrações financeiras o montante de R$ 1.207.294 mil referente aos ativos de concessão no âmbito do CPC 47 - "Receita de contrato com cliente" (IFRS 15 - *Revenue from contract with customer*) relacionados aos investimentos realizados na infraestrutura das linhas de transmissão acrescidos da margem de construção e da remuneração financeira, os quais requerem elevado grau de julgamento para avaliação do reconhecimento e mensuração dos montantes apresentados. Esse assunto foi considerado como significativo para a nossa auditoria, tendo em vista a relevância dos valores envolvidos, o alto grau de julgamento aplicado e complexidade de seus cálculos. A mensuração em relação ao cumprimento das obrigações de performance satisfeitas ao longo do tempo, requerem a utilização de estimativas e julgamentos significativos pela Administração para estimar os esforços necessários para o cumprimento dessas obrigações, tais como as margens de lucros esperadas em cada obrigação de performance identificada separadamente e as projeções das receitas fixas e variáveis esperadas para fazer frente a essas obrigações de desempenho.	Nossa abordagem de auditoria considerou, entre outros, a análise das políticas contábeis adotadas pela Administração em comparação com os requerimentos do pronunciamento técnico CPC 47/IFRS 15, bem como a avaliação do desenho dos controles internos chave da Companhia relacionados ao processo de construção do ativo de contrato. Efetuamos leitura do contrato de concessão, testamos o cálculo dos valores alocados ao ativo de contrato de concessão, com base nas obrigações de performance previstas contratualmente e nos aspectos relacionados aos componentes variáveis aplicáveis ao preço do contrato. Adicionalmente, analisamos as premissas significativas utilizadas na mensuração do ativo de contrato de concessão em discussão com a Administração e realizamos testes em bases amostrais de inspeção documental do custo de construção ocorrido no exercício. Também avaliamos as divulgações efetuadas pela Administração nas demonstrações financeiras. Consideramos que a mensuração e classificação o ativo de contrato de concessão, realizadas pela Companhia, assim como as respectivas divulgações feitas em notas explicativas às demonstrações financeiras, são razoáveis e estão consistentes com os dados e informações obtidas em nossa auditoria.

Outros assuntos - Demonstração do Valor Adicionado: A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins de normas contábeis internacionais (*IFRS Accounting Standards*), foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas contábeis internacionais (*IFRS Accounting Standards*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinamos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 25 de fevereiro de 2026

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Lia Marcela Rusinque Fonseca
Contadora CRC 1SP291166/O-4

EDP TRANSMISSÃO NORTE NORDESTE 1 S.A.

CNPJ/MF nº 55.078.934/0001-38

edp

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2025

Senhores Acionistas: Em atendimento às obrigações legais estatutárias, submetemos à apreciação de V. Sas. as Demonstrações Financeiras e Notas Explicativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, nos colocamos à disposição para esclarecimentos adicionais.

A Administração

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM

(Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2025	31/12/2024
ATIVO			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	6.381	1.062
Outros tributos compensáveis	6	119	1
Outros créditos	11	15	
Total do ativo circulante		6.513	1.063
Não circulante			
Depósitos vinculados	9	118	
Ativos da concessão	10	150.952	20.333
Total do ativo não circulante		151.070	20.333
TOTAL DO ATIVO		157.583	21.396

	Nota	31/12/2025	31/12/2024
PASSIVO			
Circulante			
Fornecedores	12	1.449	11.750
Imposto de renda e contribuição social a recolher	6	79	2
Outros tributos a recolher	6	135	40
Dividendos	13	30.890	
Outras contas a pagar	11	254	94
Total do passivo circulante		32.807	11.886
Não circulante			
Outros tributos diferidos	7	5.610	742
Imposto de renda e contribuição social diferidos	7	4.649	626
Outras contas a pagar	11	123	593
Total do passivo não circulante		10.382	1.961
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital social	14.1	13.047	8.047
Recursos destinados a aumento de capital	14.2	88.400	
Reservas de lucros	14.4	13.047	
Prejuízos acumulados	14.5		(498)
Total do patrimônio líquido		114.494	7.549
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		157.583	21.396

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

	Note	2025	2024
Receitas	15	125.652	19.591
Custos			
Custo de construção de infraestrutura da concessão	16	(77.352)	(19.363)
Lucro bruto		48.500	228
Despesas e receitas operacionais			
Despesas gerais e administrativas	17	(573)	(106)
Lucro antes do resultado financeiro e tributos		47.927	122
Resultado financeiro	18		
Receitas financeiras		842	8
Despesas financeiras		(37)	
		805	8
Lucro antes dos tributos sobre o lucro		48.732	130
Tributos sobre o lucro	19		
Imposto de renda e contribuição social correntes		(274)	(2)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		(4.023)	(626)
		(4.297)	(628)
Resultado líquido do exercício		44.435	(498)
Resultado por ação atribuível aos acionistas	20		
Resultado básico/ diluído por ação (reais/ações)			
ON		44.436,00000	(498,00000)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais)

	2025	2024
Resultado líquido do exercício	44.435	(498)
Resultado abrangente do exercício	44.435	(498)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(Em milhares de reais)

	Capital social	Recursos destinados a aumento de capital	Reservas de lucros	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2023	–	–	–	–	–
Integralização de capital subscrito - AGC de 05/04/2024	1	1			1
Aumento de capital - AGE de 30/12/2024	8.046				8.046
Prejuízo do exercício				(498)	(498)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	8.047	–	–	(498)	7.549

	Capital social	Recursos destinados a aumento de capital	Reservas de lucros	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2024	8.047	–	–	(498)	7.549
Aumento de capital - AGE de 30/04/2025	5.000				5.000
Adiantamento para futuro aumento do capital - AFAC		88.400			88.400
Lucro líquido do exercício				44.435	44.435
Destinação do lucro					
Constituição de reserva legal			2.197	(2.197)	–
Dividendos complementares				(30.890)	(30.890)
Lucro do exercício a deliberar			10.850	(10.850)	–
Saldos em 31 de dezembro de 2025	13.047	88.400	13.047	–	114.494

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais)

	Nota	2025	2024
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro antes dos tributos sobre o Lucro		48.732	130
Ajustes para conciliar o lucro ao caixa oriundo das atividades operacionais			
PIS e COFINS diferidos		1.642	(1)
Remuneração dos ativos da concessão		(5.180)	(146)
Margem na construção		(336)	(51)
Reajuste anual		(44.525)	
Encargos de dívidas e variações monetárias sobre empréstimos, financiamentos, debêntures e derivativos		105	
Outros		(3)	
		335	(98)
(Aumento) diminuição de ativos operacionais			
Outros tributos compensáveis		(232)	(1)
Outros ativos operacionais		(128)	
		(360)	(1)
Aumento (diminuição) de passivos operacionais			
Fornecedores		(11.516)	44
Outros tributos a recolher		95	40
Outros passivos operacionais		(310)	687
		(11.731)	771
Caixa (aplicados nas) provenientes das atividades operacionais		(11.756)	672
Imposto de renda e contribuição social pagos		(83)	
Caixa líquido (aplicado nas) proveniente das atividades operacionais		(11.839)	672
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Adições aos Ativos da concessão		(76.242)	(7.657)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		(76.242)	(7.657)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Adiantamento para futuro aumento de capital		88.400	
Aumento de capital social		5.000	8.047
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento	22.1	93.400	8.047
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa		5.319	1.062
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		6.381	1.062
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		1.062	–
		5.319	1.062

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais)

	2025	2024
Geração do valor adicionado	130.620	20.333
Receita operacional	44.625	152
Receita com construção da infraestrutura	80.619	20.181
Atualização dos Ativos da concessão	5.376	
(–) Insumos adquiridos de terceiros	(77.637)	(19.405)
Materiais	(3)	
Serviços de terceiros	(270)	(42)
Custo com construção da infraestrutura	(77.352)	(19.363)
Outros custos operacionais	(12)	
Valor adicionado líquido produzido	52.983	928
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	947	8
Valor adicionado total a distribuir	53.930	936
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal		
Remuneração direta	145	47
Benefícios	9	
FGTS	92	7
Impostos, taxas e contribuições		
Federais	9.111	755
Estaduais	34	822
Remuneração de capitais de terceiros		
Juros	143	
Aluguéis	1	
Dividendos	30.890	
	40.385	1.434
Lucro retido/Prejuízo do exercício	13.545	(498)
	53.930	936

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTA EXPLICATIVAS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

1. Contexto operacional

A EDP Transmissão Norte Nordeste 1 S.A. (Companhia ou EDP Transmissão Norte Nordeste 1), concessionária de serviço público de energia elétrica, foi constituída em 09 de abril de 2024 com sua sede localizada na cidade de Teresina, no Estado do Piauí. A Companhia tem como objeto social a realização de estudos, projetos, construção, instalação, operação e exploração de linhas de transmissão de energia elétrica, a prática de atos de comércio em geral, relacionados a essa atividade e, ainda, a participação em outras sociedades, empreendimentos e consórcios, como acionista, sócia ou consorciada. A Companhia é controlada integral da EDP - Trading Comercialização e Serviços de Energia S.A. (EDP Trading).

A Companhia encontra-se em fase pré-operacional de construção de sua linha de transmissão que representa, em 31 de dezembro de 2025, uma evolução de 18,18% do investimento previsto no projeto e tem previsão de entrada em operação comercial em 30 de junho de 2029, conforme contrato de concessão.

2 Concessão

Em 28 de março de 2024 a controladora direta EDP Trading arrematou o lote 07 do Leilão de Concessão do Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica nº 01/2024, realizado pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL. O lote, localizado entre os estados de Bahia, Piauí e Tocantins, é composto por duas linhas de transmissão de 390 km de extensão e uma subestação. Em 28 de junho de 2024, a Companhia assinou junto à União o Contrato de Concessão nº 10/2024 com as seguintes características:

Extensão da linha	Modalidade	Outorga	Estado	Descrição da linha	Início	Término	Prorrogação
390 km	Serviço Público	Concessão	BA, TO e PI	2 LTs 230kV; 1 SE 230/138kV	28/06/2024	28/06/2054	Pode ser prorrogada a critério do Poder Concedente

O contrato apresenta vigência de 30 anos a partir da data de assinatura com o Poder Concedente e assegura a Receita Anual Permitida - RAP após entrada em operação do empreendimento.

2.1 Receita Anual Permitida - RAP

O Contrato de Concessão estabelece que a Companhia, pela prestação de serviço público de transmissão, tem direito de receber a RAP original, conforme Leilão de Concessão do Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica nº 01/2024, de R$51.056 anualmente, a partir da data de disponibilidade para operação comercial das instalações de transmissão. A RAP tem por finalidade remunerar os investimentos na infraestrutura da concessão e os serviços de operação e manutenção da linha de transmissão.

A RAP, de acordo com o contrato de concessão, terá revisão em intervalos periódicos de 5 anos, contados do primeiro mês de julho subsequente à sua assinatura, observando-se os parâmetros regulatórios (que incluem estrutura de capital próprio e de terceiros - WACC, operação e manutenção, taxa média anual de depreciação e eventuais ingressos de novos ativos, entre outros índices) e a regulamentação específica. Além disso, ocorrem reajustes anuais, observando também as alterações de inflação e eventuais reduções por indisponibilidade da rede.

3. Base de preparação

3.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia estão preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, e incorporam as mudanças introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, complementadas pelos novos pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados por Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade - CFC e estão em conformidade com as International Financial Reporting Standards - IFRS, emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB e legislação específica emanada pela ANEEL, quando esta não for conflitante com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo IASB. A Administração entende que as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado - DVA, preparada de acordo com o CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras.

A Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração da Companhia não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

A Administração da Companhia afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

O Conselho de Administração da Companhia autorizou a emissão das demonstrações financeiras em 25 de fevereiro de 2026.

3.2 Práticas contábeis

As práticas contábeis relevantes da Companhia estão apresentadas nas notas explicativas próprias aos itens a que elas se referem.

3.3 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram elaboradas considerando o custo histórico como base de valor e determinados ativos e passivos financeiros foram mensurados ao valor justo, conforme demonstrado na nota 21.1.1.

3.4 Uso de estimativa e julgamento

Na elaboração das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e práticas contábeis internacionais, é requerido que a Administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em exercícios subsequentes, podem diferir dessas estimativas devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa as estimativas e premissas pelo menos trimestralmente, exceto quanto a redução ao valor recuperável que é revisada conforme critérios detalhados na nota 3.6.

As principais estimativas que representam risco significativo com probabilidade de causar ajustes materiais ao conjunto das demonstrações financeiras, nos próximos exercícios, referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de: Análise da redução ao valor recuperável (Nota 3.6); Realização dos tributos diferidos (Nota 7); Determinação dos Ativos da concessão (Nota 10); e Mensuração a valor justo de instrumentos financeiros (Nota 21.1.2.1).

3.5 Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o Real e as demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em reais, arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

3.6 Redução ao valor recuperável

A Administração da Companhia revisa o valor contábil líquido de seus ativos com objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, sendo ela reconhecida em contrapartida do resultado.

Uma perda do valor recuperável anteriormente reconhecida é revertida caso tenha ocorrido uma mudança nos pressupostos utilizados para determinar o valor recuperável do ativo, sendo também reconhecida no resultado.

Ativos de concessão

São avaliados no reconhecimento inicial com base em estudo de perdas esperadas, quando aplicável, e quando há evidências de perdas não recuperáveis. São considerados ativos não recuperáveis quando há evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e que, eventualmente, tenha resultado em efeitos negativos no fluxo estimado do caixa futuro do investimento.

Ativo não financeiro

A revisão dos valores de ativos não financeiros da Companhia é efetuada pelo menos anualmente, ou com maior periodicidade se a Administração da Companhia identificar que houve indicações de perdas não recuperáveis no valor contábil líquido dos ativos não financeiros, ou que ocorreram eventos ou alterações nas circunstâncias que indicassem que o valor contábil pode não ser recuperável.

O valor recuperável é determinado com base no valor em uso dos ativos, sendo calculado com recurso das metodologias de avaliação, suportado em técnicas de fluxos de caixa descontados, considerando as condições de mercado, o valor temporal e os riscos de negócio.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 não houve indicação, seja por meio de fontes internas ou externas de informação, de que algum ativo tenha sofrido desvalorização. Dessa forma, no período citado, a Administração julga que o valor contábil líquido registrado dos ativos é recuperável e, portanto, não houve necessidade de constituição de provisão para redução ao valor recuperável.

A Companhia monitora trimestralmente a ocorrência de eventos que possam alterar significativamente o teste de recuperabilidade.

3.7 Novas normas e interpretações vigentes e não vigentes

Mantendo o processo permanente de revisão das normas de contabilidade o IASB e, consequentemente, o CPC emitiram novas normas e revisões às normas já existentes. Os principais normativos alterados, emitidos ou em discussão por estas entidades estão demonstrados a seguir:

3.7.1 Adoção de novas normas e interpretações vigentes

Norma	Descrição da alteração	Correlação IASB	Natureza	Data da vigência
CPC 02 (R2) - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis	As alterações exigem que as entidades apliquem uma abordagem consistente para determinar se uma moeda é trocável por outra moeda e a taxa de câmbio à vista a utilizar.	IAS 21	Pronunciamento	01/01/2025
CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada e em Empreendimento Controlado em Conjunto Correlação às Normas Internacionais de Contabilidade	O CPC incorporou ao texto de alguns de seus dispositivos o endereçamento da utilização do Método da Equivalência Patrimonial (MEP) para mensuração de investimentos em entidades controladas nas demonstrações individuais. A utilização do MEP para mensuração desses investimentos está determinada pela Lei 6.404/76, e, por ter relação com as demonstrações individuais, não encontrava correspondência nas normas emitidas pelo IASB.	IAS 28	Pronunciamento	01/01/2025
ICPC 09 (R3) - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial	Torna obrigatório para as companhias abertas a Interpretação Técnica ICPC 09 (R3), emitida pelo CPC. O normativo entra em vigor em 01/01/2025, aplicando-se aos exercícios sociais iniciados em, ou após, essa data, e revogando a Resolução CVM 124.	Não há	Interpretação	01/01/2025
OCPC 10 - Créditos de Carbono (tCO2e), Permissões de emissão (allowances) e Crédito de Descarbonização (CBIO)	A orientação visa direcionar o tratamento contábil de créditos de carbono (tCO2e), Permissões de emissão (allowances) e créditos de descarbonização (CBIO) das entidades atuantes no mercado de capitais brasileiro, objetivando garantir a consistência das demonstrações financeiras e permitir sua conexão com o relatório financeiro de sustentabilidade aprovado pela Resolução CVM 193/23.	Não há	Orientação	01/01/2025

A Administração da Companhia avaliou os pronunciamentos acima e não identificou impactos relevantes nos demonstrações financeiras.

A Administração da Companhia avaliou os pronunciamentos acima e não identificou impactos relevantes nas demonstrações financeiras.

3.7.2 Novas normas e interpretações não vigentes

Norma	Descrição da alteração	Correlação IASB	Natureza	Data da vigência
CPC 22 - Informações por segmento	Em julho de 2024, o IASB aprovou decisão da agenda do IFRIC referente ao relatório de segmentos reportáveis. Essa decisão aborda a forma como as entidades devem aplicar os requisitos do IFRS 8 para divulgar, em cada segmento reportável, os valores específicos relacionados ao lucro ou prejuízo. A Companhia acompanha o desenvolvimento e os desdobramentos dessa decisão.	IFRS 8	Pronunciamento	Indeterminado
CPC 36 - Demonstrações consolidadas	Tem como foco a venda ou transferência de ativos entre investidores e suas coligadas ou joint ventures, visando principalmente a resolução de conflitos relacionados a lucros não realizados.	IFRS 10	Pronunciamento	Indeterminado
CPC 48 e CPC 40 - Divulgações de instrumentos financeiros	Adicionar requisitos de divulgação nas demonstrações financeiras para compreender os efeitos dos instrumentos financeiros, sobre prazo e incerteza de fluxos de caixa futuro.	IFRS 9 e IFRS 7	Divulgação	01/01/2026
IFRS 18 - Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras	O objetivo da IFRS 18 é aprimorar a forma como as informações são apresentadas nas demonstrações financeiras das entidades, em especial na demonstração do resultado e nas respectivas notas explicativas. A principal inovação trazida pela norma consiste na reestruturação da demonstração do resultado, com o intuito de aumentar a comparabilidade entre diferentes entidades. Nesse contexto, foram estabelecidos dois novos subtotais obrigatórios: Lucro Operacional e Lucro antes do Resultado Financeiro, do Imposto de Renda e da Contribuição Social.	IAS 1	Norma	01/01/2027
IFRS 19 - Subsidiárias sem Responsabilidade Pública de Divulgações	O propósito da IFRS 19 é possibilitar que as subsidiárias elegíveis apliquem os requisitos de reconhecimento e mensuração previstos nas IFRS completas, porém com a elaboração de notas explicativas em formato simplificado.	Diversas IASs	Divulgação	01/01/2027

Em relação aos normativos em discussão no IASB ou com data de vigência estabelecida em exercícios futuros, a Companhia está acompanhando as discussões e até o momento não identificou a possibilidade de ocorrência de impactos significativos.

→ continuação

NOTA EXPLICATIVAS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

4 Eventos significativos no exercício

4.1 Reforma Tributária sobre o Consumo

A Lei Complementar 214/2025 e Lei Complementar 227/2026 que regulamentou a emenda constitucional que instituiu a Reforma Tributária sobre o consumo no Brasil.

A Reforma Tributária sobre o Consumo extinguirá, de forma gradativa, a Contribuição para o Programa de Integração Social - PIS, a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS, o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS, o Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN e o Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI com a substituição pela Contribuição sobre Bens e Serviços - CBS e do Imposto Seletivo - IS, ambos de competência da União Federal, e do Imposto sobre Bens e Serviços - IBS, de competência compartilhada entre Estados e Municípios.

A implementação desse novo modelo ocorrerá de forma gradual, em etapas sucessivas no período de 2026 a 2033.

O início da transição ocorrerá em 2026 (período teste), com a aplicação das alíquotas de referência de 0,1% para o IBS e 0,9% para a CBS, conforme previsto na Lei Complementar nº 214/2025 e exigência de emissão da Nota Fiscal conforme o novo padrão de XMLs. Nesse primeiro teste, haverá a dispensa do efetivo recolhimento, condicionada ao cumprimento de obrigações acessórias ainda a serem definidas. Caso recolhidos, os valores serão compensados com PIS/COFINS devidos no período ou outros tributos federais, ou serão ressarcidos caso não possam ser utilizados para compensação.

Em 2027, ocorrerá a extinção de PIS/COFINS, com substituição pela CBS, e o IPI terá suas alíquotas reduzidas a zero, exceto nos casos de produtos com similar produzido na Zona Franca de Manaus.

Entre 2029 e 2032, será iniciada uma fase de transição mais gradual no âmbito subnacional, com a redução progressiva das alíquotas de ICMS e ISSQN e a majoração correspondente do IBS, em um sistema de convivência. A transferência será testada, com a redução de 10%, 20%, 30% e 40% das alíquotas de ICMS e ISSQN, paralelamente a uma alíquota IBS estadual e outra municipal correspondente a essa redução (sendo certo que o IBS incidirá tanto sobre mercadorias quanto serviços, indiscriminadamente).

Por fim, em 2033, ocorrerá a consolidação definitiva do novo sistema tributário, com a extinção integral do ICMS e do ISSQN no modelo atual e a plena vigência do novo sistema de tributação do consumo.

A reforma tem como propósito simplificar o sistema tributário brasileiro, com fundamento na tributação no destino, na não cumulatividade plena, na unificação da legislação em âmbito nacional e na gestão centralizada por meio do Comitê Gestor do IBS, em substituição ao atual mosaico de regras.

Nesse contexto, com vistas a assegurar a conformidade com o novo regime tributário a partir de 01 de janeiro de 2026, a sociedade havia implementado: (i) Revisão dos cadastros de produtos e de serviços em conformidade com a Nomenclatura Comum do Mercosul - NCM, a Nomenclatura Brasileira de Serviços - NBS, o Código de Situação Tributária - CST e o Código de Classificação Tributária - cClassTrib, nos termos da Lei Complementar nº 214/2025, do Informe Técnico 2025.002, das tabelas vigentes de NCM e NBS; (ii) Adequação dos ERPs e softwares fiscais às especificações da Nota Técnica 2025.001, da Nota Técnica 2025.002, da Nota Técnica SE/CGNFS-e nº 004 e demais normativos aplicáveis; e (iii) Validação de XMLs com o novo leiaute padrão da Nota Fiscal Eletrônica - NF-e e Nota Fiscal de Serviços Eletrônica - NFS-e.

Durante 2026, o grupo EDP concentrará esforços na identificação dos pontos locais das áreas envolvidas, implantação dos planos de ação prioritários, e na revisão de contratos e políticas fiscais, assegurando que toda a organização esteja pronta para operar com segurança e eficiência no novo ambiente tributário.

Ao longo da fase de transição, as entidades deverão avaliar os efeitos sobre a mensuração e apresentação de ativos e passivos tributários, incluindo a recuperabilidade de créditos de ICMS, PIS e COFINS à luz do novo regime.

Do ponto de vista contábil, a reforma exigirá a revisão dos critérios de reconhecimento, mensuração e apresentação dos tributos sobre o consumo. As entidades precisarão analisar a recuperabilidade dos créditos acumulados sob o regime anterior, considerando a possibilidade de compensação no novo sistema ou, se for o caso, o reconhecimento de eventual perda de direito creditório.

O CPC e o CPC estão em processo de avaliação dos potenciais impactos contábeis decorrentes da reforma, sem que haja, até o momento, manifestação formal. Nesse interim, as entidades devem acompanhar os possíveis efeitos sobre suas demonstrações financeiras e divulgar, nas notas explicativas, as principais incertezas e julgamentos envolvidos.

4.2 Aportes

Segue abaixo a movimentação dos aportes realizados no exercício de 2025, todos originados da controladora EDP Trading, registrados como recursos destinados a aumento de capital:

Data	Valor
15 de janeiro de 2025	5.000
7 de abril de 2025	12.400
16 de abril de 2025	10.000
1 de julho de 2025	10.000
8 de setembro de 2025	11.000
24 de setembro de 2025	20.000
18 de novembro de 2025	16.000
3 de dezembro de 2025	9.000
	93.400

4.3 Aumento de Capital

A Assembleia Geral Extraordinária - AGE, realizada em 30 de abril de 2025, deliberou aumento de capital social no montante de R$5.000, sem emissão de novas ações, mediante a capitalização de créditos decorrentes de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital - AFAC (Nota 14.1).

5 Caixa e equivalentes de caixa

	Nota	31/12/2025	31/12/2024
Bancos conta movimento		168	5
Aplicações financeiras			
Operações compromissadas lastreadas em Debêntures	5.1	6.213	1.057
Total		**6.381**	**1.062**

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e os investimentos de curto prazo com liquidez imediata, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, com baixo risco de variação no valor de mercado, sendo demonstrados ao custo acrescido de juros auferidos até a data do balanço que equivalem ao valor justo. As aplicações financeiras possuem opção de resgate antecipado dos referidos títulos, sem penalidades ou perda de rentabilidade.

O cálculo do valor justo das aplicações financeiras, quando aplicável, é baseado nas cotações de mercado do papel ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, levando-se em consideração as taxas futuras de papéis similares.

Conforme políticas da Administração, as aplicações são consolidadas por contraparte e por rating de crédito de modo a permitir a avaliação de concentração e exposição de risco de crédito. Esta exposição máxima ao risco também é medida em relação ao Patrimônio líquido da Instituição Financeira. A exposição da Companhia a riscos de taxas de juros, de crédito e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota 21.

As movimentações ocorridas no Caixa e nos Equivalentes de Caixa da Companhia são apresentadas nas Demonstrações de Fluxos de Caixa.

5.1 Operações compromissadas lastreadas em Debêntures

Em 31 de dezembro de 2025 as operações compromissadas lastreadas em Debêntures estão remuneradas à taxa de 94,00% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

6 Imposto de renda, contribuição social e outros tributos

	Saldo em 31/12/2024	Adição	Pagamentos	Transferência	Saldo em 31/12/2025
Ativos compensáveis					
Outros tributos compensáveis					
IRRF sobre aplicações financeiras	1	178		(114)	65
Outros		54			54
Total Circulante	**1**	**232**		**(114)**	**119**
Passivos a recolher					
Imposto de renda e contribuição social a recolher	2	274	(83)	(114)	79
Total Circulante	**2**	**274**	**(83)**	**(114)**	**79**
Outros tributos a recolher					
ICMS		42	(42)		
Tributos sobre serviços prestados por terceiros	38	600	(590)		48
Encargos com pessoal	2	289	(260)		31
Outros		56			56
Total Circulante	**40**	**997**	**(892)**		**135**

Conforme requerido pelo CPC 32 - Tributos sobre o Lucro, a Companhia apresenta os impostos e contribuições sociais correntes ativos e passivos, pelo seu montante líquido quando: (i) compensáveis pela mesma autoridade tributária; e (ii) a legislação tributária permitir que a Companhia liquide ou compense o tributo em um único pagamento ou compensação.

A Companhia, conforme Portaria nº 2.840/SNTEP/MME, de 16/09/2024 (Anexo VII), publicada no D.O.U. de 18/09/2024, expedida pelo Ministério de Minas e Energia, obteve a habilitação para operar no Regime de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura - REIDI devido aos projetos aprovados de infraestrutura de construção no setor de energia. O prazo de fruição do benefício é 04/12/2029. O REIDI, que foi instituído pela Lei nº 11.488/07, concede o benefício fiscal da suspensão da contribuição para o PIS, o PIS/PASEP e o COFINS (mercado interno e importação) na aquisição de bens da concessão.

7 Tributos diferidos

	Nota	Passivo Não circulante 31/12/2025	31/12/2024
Outros Tributos diferidos	7.1	5.510	742
Imposto de renda e contribuição social	7.2	4.649	626
Total		**10.159**	**1.368**

7.1 Outros Tributos diferidos

Em decorrência das alterações introduzidas pela Reforma Tributária, conforme estabelecido na Emenda Constitucional nº 132/2023 e na Lei Complementar nº 214/2025 que determinam a extinção do PIS e da COFINS e sua substituição pela CBS a partir de 1º de janeiro de 2027 (Nota 3.1), a Companhia manteve o saldo diferido de longo prazo classificado como outros tributos diferidos, preservando o tratamento contábil atualmente adotado até que a legislação defina o seu enquadramento e destinação.

7.2 Imposto de renda e contribuição social

São registrados sobre a receita de construção considerando as alíquotas vigentes dos citados tributos, de acordo com as disposições do CPC 32. São reconhecidos de acordo com a transação que os originou, seja no resultado ou no patrimônio líquido.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos, ativos e passivos, são apresentados pela sua natureza e o valor total é apresentado pelo montante líquido após as devidas compensações, conforme requerido pelo CPC 32.

7.2.1 Composição

Natureza dos créditos	Nota	Passivo Não circulante 31/12/2025	31/12/2024	Resultado 2025	2024
Diferenças Temporárias					
Reconhecimento de receita - Lucro Presumido	7.2.1.1	4.649	626	(4.023)	(626)
Total		**4.649**	**626**	**(4.023)**	**(626)**

7.2.1.1 Reconhecimento de receita - Lucro Presumido

A variação do imposto de renda e contribuição social, refere-se principalmente ao aumento na Receita registrada em 2025 em comparação ao ano de 2024.

8 Partes relacionadas

	Relacionamento	Passivo Não circulante 31/12/2025	31/12/2024	Receitas (Despesas) Operacionais 31/12/2025
Outros créditos e Outras contas a pagar (Nota 11)				
Contrato de Compartilhamento de Recursos Humanos, serviços de Infraestrutura e *Backoffice* (a, b e c)				
EDP - Energias do Brasil	Controladora indireta	123	590	(124)
EDP *Trading*	Controladora		3	
		123	**593**	**(124)**

As operações com partes relacionadas foram realizadas conforme os termos acordados entre as partes.

As operações realizadas com as contrapartes informadas abaixo ocorreram no curso normal dos negócios, sem acréscimo de qualquer margem de lucro.

(a) Contrato de Compartilhamento de Recursos Humanos: O instrumento tem por objetivo o rateio de gastos com recursos humanos das atividades compartilhadas entre a controladora EDP-Energias do Brasil e suas controladas. O contrato mantém o critério de rateio regulatório e possui vigência até dezembro de 2027, conforme anuído pela ANEEL por meio do Despacho nº 459 de 1º de março de 2023.

(b) Contratos de Compartilhamento dos Serviços de Infraestrutura: O instrumento tem por objetivo o rateio dos gastos com a locação do imóvel, gastos condominiais e gastos de telecomunicações.

Em 2022, foi assinado o contrato de compartilhamento de infraestrutura relacionados a atual sede da controladora EDP-Energias do Brasil, conforme anuído pela ANEEL por meio do Despacho nº 304, de 1º de fevereiro de 2022, com vigência até 31 de dezembro de 2026.

Em 2023 foram assinados dois contratos de compartilhamento de infraestrutura relacionados à unidade da EDP São Paulo localizada em São José dos Campos. Esses contratos celebram o compartilhamento de espaço e serviços de infraestrutura, sendo o primeiro deles entre a EDP São Paulo e suas partes relacionadas e o segundo entre as partes que não necessitam da anuência prévia da ANEEL. Tais contratos vigeram até 31 de dezembro de 2024 e não necessitaram de anuência prévia da ANEEL devido aos valores anuais desembolsados pelas empresas concessionárias de serviço público de energia elétrica serem inferiores ao limite que exige a aprovação prévia da Agência reguladora, conforme estabelece a REN nº 948/21.

Os percentuais de rateio devem ser revistos anualmente e, em caso de alterações, os termos aditivos devem ser submetidos à anuência prévia da ANEEL.

(c) Contrato de Compartilhamento de Atividades de *BackOffice*: O instrumento tem por objetivo o rateio dos gastos com materiais, prestação de serviços e outros gastos associados às atividades de *BackOffice*, tais como as funções administrativas, financeiras, contábeis, jurídicas e etc., compartilhadas entre a controladora EDP-Energias do Brasil e suas controladas. O contrato mantém o critério de rateio regulatório e possui vigência até dezembro de 2028, conforme anuído pela ANEEL por meio do Despacho nº 66 de 15 de janeiro de 2025.

8.1 Controladora direta e final

A controladora direta da Companhia é a EDP Trading, sendo esta controlada pela EDP - Energias do Brasil.

9 Depósitos vinculados

	Nota	Saldo em 31/12/2024	Adição	Atualização	Saldo em 31/12/2025
Depósitos judiciais	9.1	–	115	3	118
Total Não circulante		**–**	**115**	**3**	**118**

9.1 Depósitos judiciais

O saldo de R$118, em 31 de dezembro de 2025, refere-se a depósito judicial decorrente de ação destinada a viabilizar a imissão na posse de imóveis necessários à implantação, operação e manutenção de instalações de transmissão de energia elétrica.

10 Ativos da concessão

O CPC emitiu em 2008 com alterações posteriores, a Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão. Esta interpretação foi aprovada pelas Deliberações CVM nºs 122/22 e 128/22.

A ICPC 01 (R1) é aplicável aos contratos de concessão público-privado nos quais a entidade pública controla ou regula os serviços prestados, com qual infraestrutura, a que preço e para quem deve ser prestado o serviço e, além disso, detém a titularidade dessa infraestrutura. Desta forma, esta interpretação é aplicável ao Contrato de Concessão da Companhia.

De acordo com a ICPC 01 (R1), os ativos da infraestrutura enquadrados nesta interpretação não podem ser reconhecidos como ativo imobilizado uma vez que se considera que o concessionário não controla os ativos subjacentes, sendo reconhecidos de acordo com um dos modelos contábeis previstos na interpretação, dependendo do tipo de compromisso de remuneração do concessionário assumido junto ao concedente, que são o modelo do ativo financeiro, do ativo intangível e o bifurcado.

• Modelo do ativo financeiro

Este modelo é aplicável quando o concessionário tem o direito incondicional de receber determinadas quantias monetárias independentemente do nível de utilização da infraestrutura da concessão.

• Modelo do ativo intangível

Este modelo é aplicável quando o concessionário, no âmbito da concessão, é remunerado em função do grau de utilização da infraestrutura pelos usuários por meio da prestação de serviço.

• Modelo bifurcado

Este modelo aplica-se quando a concessão inclui, simultaneamente, compromissos de remuneração garantidos pelo concedente e compromissos de remuneração dependentes do nível de utilização das infraestruturas da concessão, cobrados dos usuários.

A Companhia é remunerada por meio: (i) da RAP, instituída pelo Poder Concedente e cobrada dos usuários da Rede Básica, que é composta por uma parcela que remunera o ativo financeiro constituído (investimento realizado nas construções das instalações de transmissão) e por uma parcela que remunera a operação e a manutenção da rede de transmissão; e (ii) eventual valor residual da infraestrutura ao final do contrato de concessão. Assim, como a remuneração independe do nível de utilização da infraestrutura, a Companhia se enquadra no modelo do ativo financeiro.

O modelo de ativo financeiro estabelece que a receita do contrato de concessão seja reconhecida de acordo com os critérios do CPC 47/IFRS15. Nesse sentido, a Companhia reconhece receita de construção da infraestrutura da concessão com margem proporcionalmente ao avanço da obra pelo método do custo, considerando cumprimento da performance requerida pelo contrato de concessão.

Com isso, o ativo tem a natureza de "ativo de contrato" até a emissão mensal da permissão de faturamento da RAP pelo ONS, quando o montante correspondente é reclassificado para o Ativo Financeiro. Isto porque a Companhia ainda detém obrigações contratuais de desempenho a cumprir durante a concessão. Além da Receita de Construção da Infraestrutura da Concessão, a RAP contém a função de remunerar o serviço de O&M e quitar parcela da Receita de Juros. A formação do ativo contratual das transmissoras é uma estimativa contábil, sendo as premissas utilizadas pela Companhia apresentadas na nota 15.

No advento do termo final do contrato de concessão, todos os bens e instalações vinculados passarão a integrar o Patrimônio da União.

Conforme requerido pelo CPC 48 - Instrumentos financeiros, é efetuada uma análise criteriosa do saldo dos Ativos da Concessão e, de acordo com a abordagem simplificada, quando necessário, é constituída uma Perda Estimada com Créditos de Liquidação Duvidosa - PECLD, para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos. A Companhia considera que não está exposta a um elevado risco de crédito, conforme critérios detalhados na nota 21.2.3.

A movimentação no exercício é a seguinte:

	Valor líquido em 31/12/2024	Adições (Notas 15 e 16)	Remuneração (Nota 15)	Margem na construção (Nota 15)	Ganho	Outros (Nota 15)	Valor líquido em 31/12/2025
Ativos de concessão	20.333	77.352	5.376	336	44.625	2.930	150.952
Total	**20.333**	**77.352**	**5.376**	**336**	**44.625**	**2.930**	**150.952**

O saldo de R$150.952 em 31 de dezembro de 2025 (R$20.333 em 31 de dezembro de 2024) representa a conclusão de 18,18% do investimento previsto para o projeto (3,64% em 31 de dezembro de 2024), acrescido de Margem de Construção, Remuneração e PIS/COFINS.

11 Outros créditos - Ativo e Outras contas a pagar - Passivo

	Nota	Circulante 31/12/2025	31/12/2024	Não circulante 31/12/2025	31/12/2024
Outros créditos - Ativo					
Adiantamentos		13			
Total		**13**	**–**	**–**	**–**
Outras contas a pagar - Passivo					
Folha de pagamento		36	10		
Compartilhamento/Serviços entre partes relacionadas	8			123	593
Obrigações Sociais e Trabalhistas	11.1	214	84		
Outros		4			
Total		**254**	**94**	**123**	**593**

11.1 Obrigações sociais e trabalhistas

Referem-se aos montantes de provisão e gratificação de férias, provisão de participação nos lucros e resultados e seus respectivos INSS e FGTS.

12 Fornecedores

São reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial são medidos pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos, quando aplicável.

O saldo em 31 de dezembro de 2025 de R$1.449 (R$11.760 em 31 de dezembro de 2024), é composto, substancialmente, de valores a pagar de compras de materiais e serviços relativos à construção da linha de transmissão.

13 Dividendos

Os dividendos e os Juros sobre o capital próprio - JSCP são reconhecidos como passivo nas seguintes ocasiões: (i) JSCP imputados aos dividendos: quando aprovados pelo Conselho de Administração; (ii) dividendos mínimos obrigatórios: quando do encerramento do exercício, conforme previsto no estatuto social da Companhia, eventualmente deduzidos do JSCP já declarados no exercício; (iii) dividendos adicionais: quando da sua aprovação pela Assembleia Geral Ordinária - AGO; e (iv) dividendos intermediários e de exercícios anteriores: quando da aprovação pelo Conselho de Administração ou Assembleia Geral.

Os créditos de juros sobre o capital próprio são inicialmente registrados em despesas financeiras para fins fiscais e, concomitantemente, revertidos dessa mesma rubrica em contrapartida do patrimônio líquido. A redução dos tributos por eles gerados é reconhecida no resultado do exercício quando do seu crédito.

Segue abaixo a movimentação do saldo de dividendos no exercício:

	Saldo em 31/12/2024	Dividendos	Saldo em 31/12/2025
Passivo			–
EDP Trading	–	30.890	30.890
	–	**30.890**	**30.890**

14 Patrimônio líquido

14.1 Capital social

O Capital social em 31 de dezembro de 2025 é de R$13.047 (R$8.047 em 31 de dezembro de 2024), totalmente subscrito e integralizado, representado por 1.001 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, integralmente detidas pela EDP Trading.

A Assembleia Geral Extraordinária - AGE, realizada em 30 de abril de 2025, deliberou o aumento de capital social de R$8.047 para R$13.047, sem a emissão de novas ações, sendo este aumento no valor de R$5.000, sem emissão novas ações, mediante a capitalização de créditos de titularidade da controladora EDP Trading, decorrente de crédito detido a título de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital - AFAC.

As ações ordinárias são classificadas como Capital social e deduzidas de quaisquer custos atribuíveis à emissão de ações, quando aplicável.

14.2 Recursos destinados a aumento de capital

Os aportes financeiros realizados por sócios e/ou acionistas que sejam irrevogáveis e irretratáveis e com o propósito específico de conversão em capital social da Companhia, serão classificados e contabilizados no Patrimônio líquido na rubrica Recursos destinados a Aumento de Capital. As transferências do AFAC para o Capital social serão aprovadas na próxima Assembleia Geral Ordinária - AGO.

Segue abaixo a movimentação dos adiantamentos de recursos recebidos:

	Passivo
Saldo em 31 de dezembro de 2024	–
AFACs realizados no exercício - EDP Energias do Brasil	93.400
Integralização de capital social - AGE 30/04/2025 (Nota 14.1)	(5.000)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	88.400

Para o exercício de 2025, a Companhia alterou, no balanço patrimonial, a apresentação da rubrica Adiantamento para Futuro Aumento de Capital, reclassificando-a do passivo não circulante para o patrimônio líquido, em virtude da intenção de converter o referido montante em capital social.

14.3 Destinação do lucro

O lucro líquido apurado em cada exercício será deduzido, antes de qualquer destinação, de prejuízos acumulados e destinado sucessivamente e na seguinte ordem:

(i) 5% serão aplicados na constituição da Reserva Legal que não excederá 20% do Capital social;

(ii) 25% serão destinados ao pagamento de dividendos; e

(iii) o saldo remanescente, após atendidas as disposições anteriores, terá a destinação determinada pela Assembleia Geral.

Conforme descrito no item (ii) acima, as ações têm direito a dividendos mínimos de 25% do lucro líquido ajustado, na forma da lei, podendo a ele ser imputado o valor dos Juros sobre o capital próprio - JSCP pagos ou creditados, individualmente aos acionistas, a título de remuneração do capital próprio, integrando o montante dos dividendos a distribuir pela Companhia, para todos os efeitos legais e nos termos da Lei nº 9.249/95 e regulamentação posterior.

	Nota	31/12/2025	31/12/2024
Lucro a ser destinado			
Resultado líquido apurado no exercício		44.435	(498)
Prejuízos acumulados		(498)	
Lucro líquido ajustado		43.937	(498)
Constituição da reserva legal - 5%	14.4	(2.197)	
		41.740	**(498)**
Destinação do lucro			
Dividendos mínimos obrigatórios	13	10.435	
Dividendos complementares	13	20.455	
Lucro do exercício a deliberar	14.4	10.850	
		41.740	**–**
Dividendos por lotes de mil ações - em reais		30.890	

14.4 Reservas de lucros

	Nota	31/12/2025
Reservas de lucros	14.3	
Legal		2.197
Lucro do exercício a deliberar		10.850
		13.047

15 Receita

As receitas são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita é reconhecida em bases mensais e quando existe evidência convincente de que: (i) os riscos e benefícios mais significativos foram transferidos para o comprador; (ii) for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade; (iii) os custos associados possam ser estimados de maneira confiável; e (iv) o valor da receita possa ser mensurado de maneira confiável. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

As receitas da Companhia representam a alocação da RAP determinada no contrato de concessão. São mensuradas conforme as obrigações de desempenho identificadas no contrato com o cliente, sendo os principais critérios de reconhecimento e mensuração apresentados a seguir:

• Receita de construção da infraestrutura de construção

A receita de construção é reconhecida como uma obrigação de desempenho que é atendida pela construção da linha de transmissão e seus ativos associados. O reconhecimento da receita de construção está diretamente associado às adições ao ativo contratual conforme os gastos incorridos (método de insumo). A formação da receita de construção resulta da alocação das horas trabalhadas pelas equipes técnicas, dos materiais utilizados, da medição da prestação de serviços terceirizados e outros custos diretamente alocados. O registro contábil dessa receita é efetuado em contrapartida aos Ativos da concessão, acrescido de margem na construção e de PIS e COFINS.

A referida margem é estimada pela Companhia levando-se em consideração o orçamento de custos de construção projetado por ela e suas possíveis eficiências, considerando o prazo regulatório para entrega da obra. Eventuais receitas decorrentes de antecipação de término da Linha de Transmissão são reconhecidas no resultado do exercício de efetiva antecipação comercial autorizada pela ANEEL.

Conforme o modelo praticado pela Companhia, a margem de construção é um componente de criação de valor, representa o valor presente do serviço de construção da infraestrutura da concessão e, juntamente com a margem de O&M e a taxa de remuneração do contrato (taxa implícita), contribui para zerar o valor presente do fluxo de caixa projetado de investimentos e recebimentos da RAP ao longo de todo o prazo da concessão.

• Receita de Operação e Manutenção (O&M)

A receita de O&M é reconhecida mensalmente, a partir da data em que a Companhia está autorizada a operar comercialmente, como uma obrigação de desempenho que é atendida pela operação e manutenção da linha de transmissão. Esta receita é calculada com base nos montantes de custos previstos para atendimento ao contrato de concessão, acrescidos de margem.

Conforme o modelo de negócios praticado pela Companhia, a taxa de mark up para precificação deve variar de acordo com a rentabilidade do projeto alcançada no leilão de concessão. Esta taxa é baseada em estudos regulatórios internos de precificação, referências setoriais em operação e manutenção, e experiências anteriores em projetos de transmissão. A receita de O&M é ajustada mensalmente com o resultado da RAP efetivamente permitida para cobrança pelo ONS.

• Remuneração dos Ativos da concessão

O contrato de concessão possui um componente de financiamento significativo, uma vez que o prazo de recebimento pela construção da infraestrutura é de longo prazo (30 anos). Dessa forma, conforme requerido pelo CPC 47, a remuneração dos ativos da concessão é calculada com base na taxa média de financiamento do projeto no momento da formalização do contrato de concessão com o Poder Concedente sobre o saldo de Ativos da Concessão.

O ofício-circular SEP nº 01/2020 orienta que a remuneração contratual deve ser feita pela taxa implícita remanescente do ativo, após a alocação das margens de construção e O&M da concessão. No entanto, ainda conforme a orientação, a taxa deve ficar próxima ao padrão de mercado de financiamento. As eventuais alterações no custo médio ponderado de capital promovidos pela ANEEL nos processos de reajustes ou revisões tarifárias, com respectivo impacto na RAP, terão seu efeitos apropriados no resultado do exercício em que a modificação tarifária for homologada pelo órgão regulador.

	Nota	2025	2024
Receita de construção da Infraestrutura da Concessão	15.1	80.619	20.181
Remuneração dos Ativos da concessão	10	5.376	152
Parcela Variável - IPCA	10	44.625	
Receita operacional bruta		**130.620**	**20.333**
(–) Deduções à receita operacional			
Tributos sobre a receita			
PIS/COFINS		(4.768)	(742)
Receita		**125.852**	**19.591**

15.1 Receita de construção da Infraestrutura da Concessão

Representa a evolução em 2025 do 18,18% do investimento previsto no projeto (3,64% em 2024), acrescido de margem de construção e PIS/COFINS.

16 Custo de construção da infraestrutura da concessão

	Nota	2025	2024
Máquinas e equipamentos		77.352	19.363
	10	**77.352**	**19.363**

17 Despesas e Receitas operacionais

As Despesas e receitas operacionais são reconhecidas e mensuradas: (i) em conformidade com o regime de competência, apresentados líquidos dos respectivos créditos de PIS e COFINS, quando aplicável, (ii) com base na associação direta da receita; e (iii) quando não resultarem em benefícios econômicos futuros.

Conforme requerido no artigo 187 da Lei nº 6.404/76, a Companhia classifica seus gastos operacionais na Demonstração do Resultado por função, ou seja, os gastos são agregados entre custos e despesas conforme sua origem e função desempenhada na Companhia.

Na segregação entre custos e despesas são considerados os seguintes critérios: (i) Custos: contemplam os gastos diretamente vinculados à prestação do serviço; e (ii) Despesas operacionais: são os gastos relacionados à administração da Companhia representando diversas atividades gerais atribuíveis às fases do negócio tais como pessoal administrativo, remuneração de administração e provisões judiciais, regulatórios e administrativas.

Segue abaixo o detalhamento das despesas e receitas operacionais, de acordo com a sua natureza, conforme requerido pelo CPC 26 (R1):

	Nota	Despesas operacionais Gerais e Administrativas 2025	2024
Pessoal, Administradores e Entidade de previdência privada	17.1	284	64
Material		3	
Serviços de terceiros	17.2	270	42
Arrendamentos e aluguéis		1	
Outras		15	
Total		**573**	**106**

17.1 Pessoal

	2025	2024
Pessoal		
Remuneração	49	7
Encargos	130	
Previdência privada - Corrente	1	
Despesas rescisórias	1	
Participação nos Lucros e Resultados - PLR	94	56
Outros benefícios - Corrente	8	1
	283	**64**
Administradores		
Honorários e encargos	1	
	284	**64**

17.2 Serviços de terceiros

	2025	2024
Serviços de consultoria	174	42
Serviços Compartilhados	89	
Outros	7	
	270	**42**

→ continuação

NOTA EXPLICATIVAS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

18 Resultado financeiro

	Nota	2025	2024
Receitas financeiras			
Juros e variações monetárias			
Renda de aplicações financeiras	5	839	6
Depósitos judiciais e provisões cíveis, fiscais e trabalhistas		3	
Operações de *swap* e *hedge*		105	
(–) Juros capitalizados		(105)	
		842	6
Despesas financeiras			
Juros e variações monetárias			
Outros juros e variações monetárias		(26)	
Outras despesas financeiras		(11)	
		(37)	–
		805	6

19 Impostos de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social correntes registrados no resultado são calculados conforme sistemática do lucro presumido, cujas bases de cálculo do imposto de renda e da contribuição social foram apuradas às alíquotas de 8% e 12%, respectivamente, aplicadas sobre o montante da receita bruta segundo a legislação vigente. Sobre a base do cálculo, para o imposto de renda, são aplicadas as alíquotas de 15%, acrescida de 10% sobre o que exceder R$60 trimestrais e a contribuição social corrente calculada à alíquota de 9%. As despesas com imposto de renda e contribuição social correntes são reconhecidos no resultado.

A Companhia optou pelo regime de caixa onde é admissível a tributação da receita bruta somente por ocasião do efetivo recebimento.

	2025	2024
Lucro antes dos tributos sobre o Lucro	49.732	130
Alíquota	34%	34%
IRPJ e CSLL	(16.569)	(44)
Outros		
Ajuste lucro presumido	12.248	(590)
Incentivos fiscais		
Outros	24	6
Despesa de IRPJ e CSLL	(4.297)	(628)
Alíquota efetiva	8,82%	483,08%

20 Resultado por ação

O resultado básico por ação da Companhia é calculado pela divisão do resultado atribuível aos titulares de ações ordinárias da Companhia pelo número médio ponderado de ações ordinárias em poder dos acionistas.

A Companhia não operou com instrumentos financeiros passivos conversíveis em ações próprias ou transações que gerassem efeito diluível ou antidiluível sobre o resultado por ação do exercício. Dessa forma, o resultado "básico" por ação que foi apurado para o exercício é igual ao resultado "diluído" por ação segundo os requerimentos do CPC 41.

	2025	2024
Resultado líquido do exercício atribuível aos acionistas	44.435	(498)
Média ponderada do número de ações ordinárias em poder dos acionistas controladores (mil)	1	1
Resultado básico e diluído por ações (reais/ação)	44.435,000	(498,000)

21 Instrumentos financeiros e gestão de riscos

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar crédito, liquidez, segurança e rentabilidade. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é efetuada por meio de uma análise periódica da exposição aos riscos financeiros (câmbio, taxa de juros e etc.), a qual é reportada regularmente por meio de relatórios de risco disponibilizados à Administração.

Em atendimento à Política de Gestão de Riscos Financeiros do Grupo EDP - Energias do Brasil, e com base nas análises periódicas consubstanciadas nos relatórios de risco, são definidas estratégias específicas de mitigação de riscos financeiros, as quais são aprovadas pela Administração, para operacionalização da referida estratégia. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas comparadas às condições vigentes no mercado por meio de sistemas operacionais integrados à plataforma SAP. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia.

A administração dos riscos associados a estas operações é realizada por meio da aplicação de políticas e estratégias definidas pela Administração e incluem o monitoramento dos níveis de exposição de cada risco de mercado, previsão de fluxos de caixa futuros e estabelecimento de limites de exposição. Essa política determina também que a atualização das informações em sistemas operacionais, assim como a confirmação e operacionalização das transações junto às contrapartes, sejam efetuadas com a devida segregação de funções.

21.1 Instrumentos financeiros

Instrumentos financeiros são definidos como qualquer contrato que dê origem a um ativo financeiro para a entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial para outra entidade.

Estes instrumentos financeiros são reconhecidos imediatamente na data de negociação, ou seja, na concretização do surgimento da obrigação ou do direito e são inicialmente registrados pelo valor justo acrescido ou deduzido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis.

Instrumentos financeiros são baixados desde que os direitos contratuais aos fluxos de caixa expirem, ou seja, a certeza do término do direito ou da obrigação de recebimento, da entrega de caixa, ou título patrimonial. Para essa situação a Administração, com base em informações consistentes, efetua registro contábil para liquidação.

A baixa pode acontecer em função de cancelamento, pagamento, recebimento, transferência ou quando os títulos expirarem.

21.1.1 Classificação dos instrumentos financeiros

Segue abaixo a classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros da Companhia:

	Nota	Níveis	Valor Justo 31/12/2025	Valor Justo 31/12/2024	Valor Contábil 31/12/2025	Valor Contábil 31/12/2024
Ativos Financeiros						
Valor justo por meio do resultado						
No reconhecimento inicial ou subsequentemente						
Caixa e equivalentes de caixa	5					
Aplicações financeiras		Nível 2	6.213	1.057	6.213	1.057
Custo amortizado						
Caixa e equivalentes de caixa	5					
Bancos conta movimento		Nível 2	168	5	168	5
Total			6.381	1.062	6.381	1.062
Passivos Financeiros						
Custo amortizado						
Fornecedores	12	Nível 2	1.449	11.750	1.449	11.750
Outras contas a pagar - Partes relacionadas	8	Nível 2	123	593	123	593
Total			1.572	12.343	1.572	12.343

21.1.1.1 Ativos financeiros

Na análise para a classificação dos ativos financeiros a Companhia avalia os seguintes aspectos: (i) o modelo de negócios para a gestão dos ativos financeiros; e (ii) as características do fluxo de caixa contratual do ativo financeiro.

Posteriormente ao reconhecimento inicial pelo seu valor justo, os ativos financeiros são classificados e mensurados conforme descrito abaixo:

• Custo amortizado

Se a Companhia, conforme seu modelo de negócio, possui a intenção de manter o ativo financeiro para receber fluxos de caixa contratuais e se os mesmos constituem recebimentos de principal e juros sobre o valor original.

• Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)

Se a Companhia, conforme seu modelo de negócio, possui a intenção de receber os fluxos de caixa contratuais, tanto pela manutenção quanto pela venda do ativo financeiro, e se os mesmos constituem recebimentos de principal e juros sobre o valor original.

• Valor justo por meio do resultado (VJR)

Se a Companhia possui um ativo financeiro que não se enquadra na classificação de custo amortizado ou VJORA ou quando a Companhia desejar eliminar ou reduzir significativamente uma inconsistência de mensuração ou de reconhecimento que, de outro modo, pode resultar da mensuração de ativos ou passivos ou do reconhecimento de ganhos e perdas nesses ativos e passivos em bases diferentes.

21.1.1.2 Passivos financeiros

Posteriormente ao reconhecimento inicial pelo seu valor justo, como regra geral, os passivos financeiros são classificados e mensurados como custo amortizado.

Os passivos financeiros apenas serão classificados como VJR se forem: (i) derivativos; (ii) passivos financeiros decorrentes de ativos financeiros transferidos que não se qualificaram para desreconhecimento; (iii) contratos de garantia financeira; (iv) compromissos de conceder empréstimo em taxa de juros abaixo do praticado no mercado; e (v) contraprestação contingente reconhecida por adquirente em combinação de negócios.

A Companhia também poderá classificar um passivo financeiro como VJR quando: (i) a Companhia desejar eliminar ou reduzir significativamente uma inconsistência de mensuração ou de reconhecimento que, de outro modo, pode resultar da mensuração de ativos ou passivos ou do reconhecimento de ganhos e perdas nesses ativos e passivos em bases diferentes; ou (ii) o desempenho de um passivo financeiro é avaliado com base no seu valor justo de acordo com uma estratégia documentada de gerenciamento de risco ou de investimento fornecidas internamente pela Administração da Companhia.

21.1.2 Valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração.

Para apuração do valor justo, a Companhia projeta os fluxos dos instrumentos financeiros até o término das operações seguindo as regras contratuais, inclusive para taxas pós-fixadas, e utiliza como taxa de desconto o Depósito Interbancário - DI futuro divulgado pela B3, exceto quando outra taxa for indicada na descrição das premissas para o cálculo do valor justo, e considerando também o risco de crédito próprio da Companhia e da Contraparte, de acordo com o CPC 46. Este procedimento pode resultar em um valor contábil diferente do seu valor justo principalmente em virtude dos instrumentos apresentarem prazos de liquidação longos e custos diferenciados em relação às taxas de juros praticadas atualmente para contratos.

As operações com instrumentos financeiros da Companhia que apresentam saldo contábil equivalente ao valor justo são decorrentes do fato destes instrumentos financeiros possuírem características substancialmente similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado.

Considerando que a taxa de mercado (ou custo de oportunidade do capital) é definida por agentes externos, levando em conta o prêmio de risco compatível com as atividades do setor e que, na impossibilidade de buscar outras alternativas ou diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias para suas estimativas, face aos negócios da empresa e às peculiaridades setoriais, arrendamento e aluguéis diferem do seu valor contábil.

As informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos dos instrumentos financeiros, que diferem do valor contábil, são divulgadas a seguir levando em consideração os prazos e relevância de cada instrumento financeiro.

21.1.2.1 Mensuração a valor justo de instrumentos financeiros

A hierarquização dos instrumentos financeiros por meio do valor justo regula a necessidade de informações mais consistentes e atualizadas com o contexto externo à Companhia. São exigidos como forma de mensuração para o valor justo dos instrumentos da Companhia:

(a) Nível 1 - preços negociados em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;

(b) Nível 2 - preços diferentes dos negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente; e

(c) Nível 3 - para o ativo ou passivo que são baseados em variáveis não observáveis no mercado. São geralmente obtidas internamente ou em outras fontes não consideradas de mercado.

A metodologia aplicada na segregação por níveis para o valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia, classificados como valor justo por meio do resultado, foi baseada em uma análise individual buscando no mercado operações similares às contratadas e observadas. Os critérios para comparabilidade foram estruturados levando em consideração prazos, valores, carência, indexadores e mercados atuantes. Quanto mais simples e fácil o acesso à informação comparativa mais ativo é o mercado, quanto mais restrita a informação, mais restrito é o mercado para mensuração do instrumento.

21.2 Gestão de riscos

A gestão de riscos do Grupo EDP - Energias do Brasil segue padrões globais e metodologias amplamente reconhecidas no mercado, como COSO ERM (Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission) e a Norma ABNT NBR ISO 31000 (Gestão de Riscos). A governança do tema é definida na Política de Enterprise Risk Management, aprovada pelo Conselho de Administração e disponibilizada publicamente ao mercado.

A gestão do risco é responsabilidade da Risk Business Enablement Function (RISK), junto dos Centros de Excelência (CoE) e os Business Partners (BP), garantindo a articulação e a comunicação em todo o Grupo EDP - Energias do Brasil, sobre as principais fontes de exposição e medidas de mitigação dos riscos. Além disso, agentes regionais são definidos para garantir a avaliação dos riscos no contexto de cada região.

O modelo adota o conceito das três linhas de defesa, com uma possível quarta linha externa - em casos necessários, auditorias externas e supervisões regulatórias podem complementar o modelo.

(i) Colaboradores: a área de negócio que gerenciam riscos no dia a dia. Detêm a responsabilidade sobre os riscos mapeados e reporta diretamente para a alta administração.

(ii) Formada pelas áreas de Risco e Controle, fornece orientação metodológica e supervisiona a gestão dos riscos identificados.

(iii) Representada pela Auditoria Interna, oferece avaliações independentes que reforçam a solidez do sistema de gerenciamento.

Para garantir um entendimento integrado e uma linguagem comum, a Companhia organiza sua Taxonomia dos Riscos Corporativos em cinco categorias principais: Estratégico e ESG, Negócio de Energia, Financeiro, Contraparte e Operacional.

O processo de gestão está estruturado em cinco fases principais: Estabelecimento do contexto, Identificação, Análise, Avaliação, Tratamento, Monitorização e Comunicação.

21.2.1 Risco de mercado

O risco de mercado é apresentado como a possibilidade de perdas monetárias em função das oscilações de variáveis que tenham impacto em preços e taxas negociadas no mercado. Essas flutuações geram impacto a praticamente todos os setores e, portanto, representam fatores de riscos financeiros. Em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro 2024 a Companhia não possui riscos de mercado associados a dívida.

21.2.1.1 Análise de sensibilidade

A Companhia efetua a análise de sensibilidade de seus instrumentos financeiros.

A análise de sensibilidade tem como objetivo mensurar o impacto as mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro da Companhia. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas podem resultar em valores diferentes dos estimados devido a subjetividade contida no processo utilizado na preparação dessas análises. As informações demonstradas no quadro, mensuram contextualmente o impacto nos resultados da Companhia em função da variação de cada risco destacado.

No quadro a seguir foram considerados cenários dos indexadores utilizados pela Companhia, com as exposições aplicáveis de flutuação de taxas de juros e outros indexadores até as datas de vencimento dessas transações, com o cenário I (provável) o adotado pela Companhia, baseado fundamentalmente em premissas macroeconômicas obtidas do relatório Focus do Banco Central, os cenários II e III com 25% e 50% de aumento do risco, respectivamente, e os cenários IV e V com 25% e 50% de redução, respectivamente.

Operação	Risco	Saldo da exposição	*Agirg* cenário provável Até 1 ano	Cenário (I) Provável	Cenário (II) Aumento do risco em 25%	Cenário (III) Aumento do risco em 50%	Cenário (IV) Redução do risco em 25%	Cenário (V) Redução do risco em 50%
Aplicação financeira - Debêntures	CDI	6.213	68	68	16	31	(15)	(33)
Instrumentos financeiros ativos	**CDI**	**6.213**	**68**	**68**	**16**	**31**	**(15)**	**(33)**

As curvas futuras dos indicadores financeiros CDI estão em acordo com o projetado pelo mercado e alinhadas com a expectativa da Administração da Companhia.

Os indicadores tiveram seus intervalos conforme apresentado a seguir: CDI 4,17% e 22,35% a.a.

21.2.2 Risco de liquidez

O risco de liquidez evidencia a capacidade da Companhia em liquidar as obrigações assumidas. Para determinar a capacidade financeira da Companhia em cumprir adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações.

A Administração da Companhia, se necessário, somente utilizará linhas de créditos que possibilitem sua alavancagem operacional.

Os ativos financeiros mais expressivos da Companhia estão demonstrados nas rubricas: (i) Caixa e equivalentes de caixa (Nota 5), sendo o Caixa um montante cuja disponibilidade é imediata e os Equivalentes de caixa correspondentes às aplicações financeiras de liquidez imediata que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa; e (ii) Ativos da concessão (Nota 10) cujo saldo apresentado corresponde ao valor a receber do Poder Concedente ou dos usuários da linha de transmissão a partir da entrada em operação da linha de transmissão.

A Companhia também gerencia o risco de liquidez por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, bem como pela análise de vencimento dos seus passivos financeiros. A tabela abaixo detalha os vencimentos contratuais para os passivos financeiros registrados em 31 de dezembro de 2025, incluindo principal e juros, considerando a data mais próxima em que a Companhia espera liquidar as respectivas obrigações.

	31/12/2025 De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Total	31/12/2024 Total
Passivos financeiros					
Fornecedores	1	1.448		1.449	11.750
Outras contas a pagar - Partes relacionadas			123	123	593
	1	1.448	123	1.572	12.343

21.2.2.1 Capital Circulante Líquido - CCL

O capital circulante líquido da Companhia, que corresponde à diferença entre o ativo circulante e o passivo circulante, em 31 de dezembro de 2025 foi negativo em R$26.294 (R$10.823 negativo em 31 de dezembro de 2024). A Administração da Companhia entende que o empreendimento ainda se encontra em fase inicial e, para atender às obrigações operacionais de curto prazo, o acionista poderá realizar aportes de capital ou contratar novas dívidas. Tais medidas visam assegurar que os investimentos necessários à construção da infraestrutura da concessão performem conforme previsto.

21.2.3 Risco de crédito

O risco de crédito compreende a possibilidade da Companhia não realizar seus direitos. Essa descrição está principalmente relacionada às rubricas abaixo:

• Ativos da concessão

A Companhia mantém Contratos de Prestação de Serviço de Transmissão - CPST junto ao Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, regulando a prestação de seus serviços vinculados aos usuários da rede básica, com cláusula de garantia bancária, que assegura os recebimentos e mitiga o risco de inadimplência.

• Caixa e Equivalentes de caixa

A administração desses ativos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais com base em políticas corporativas e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade.

Estratégias específicas de mitigação de riscos financeiros em atendimento à Política de Gestão de Riscos Financeiros do Grupo EDP - Energias do Brasil, são realizadas periodicamente baseadas nas informações extraídas dos relatórios de riscos.

As decisões sobre aplicações financeiras também são orientadas pela mesma política citada acima, estabelecendo condições e limites de exposição a riscos de mercado avaliados por agências especializadas. A política determina níveis de concentração de aplicações em instituições financeiras de acordo com o rating do banco e o montante total das aplicações da Companhia, de forma a manter uma proporção equilibrada e menos sujeita a perdas.

A Companhia opera apenas com instituições financeiras cuja classificação de risco seja no mínimo A na agência Fitch Ratings (ou equivalente para as agências Moody's ou Standard & Poor's). Em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, todas as aplicações financeiras da Companhia encontram-se em instituições financeiras com rating de crédito AAA.

A Administração entende que as operações de aplicações financeiras contratadas não expõem a Companhia a riscos de crédito significativos que futuramente possam gerar prejuízos materiais.

21.2.4 Riscos regulatórios

As atividades da Companhia são regulamentadas e fiscalizadas por agências reguladoras (ANEEL) e demais órgãos relacionados ao setor (MME, CCEE, EPE, ONS etc.). A Companhia tem o compromisso de estar em conformidade com todos os regulamentos expedidos, sendo assim, qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre suas atividades.

A mitigação dos riscos regulatórios é realizada por meio do monitoramento dos cenários que envolvem o negócio. Adicionalmente, a Companhia atua na discussão dos temas de seu interesse disponibilizando estudos, teses e experiências aos públicos formadores de opinião.

21.2.5 Riscos ambientais

As atividades da Companhia podem causar impactos negativos significativos ao meio ambiente. Tendo isso em vista, a controladora final EDP - Energias do Brasil, em seus diversos segmentos de atuação, trabalha com respeito ao meio ambiente e estabelece compromissos relativos à melhoria contínua da gestão ambiental, visando prevenir, mitigar e, quando necessário, recuperar e compensar os impactos de suas operações.

Essa conduta é norteada: (i) pela legislação vigente, que impõe àquele que direta ou indiretamente causar degradação ambiental o dever de reparar ou indenizar os danos causados ao meio ambiente e a terceiros afetados; e (ii) pela Política de Segurança, Qualidade e Sustentabilidade da controladora final, que é aplicável a todas as suas unidades de negócio e que reforça a obrigatoriedade do atendimento aos requisitos legais aplicáveis, além do compromisso com a gestão dos riscos ambientais, disseminação do conhecimento sobre e uso eficiente dos recursos naturais e contribuição com as melhores práticas na cadeia de valor.

Para garantir a efetividade dessa abordagem, a Companhia adota práticas estruturadas de gestão de riscos ambientais, incluindo: (i) Conformidade Legal e Licenciamento: Cumprimento rigoroso da legislação ambiental vigente, assegurando que atividades potencialmente poluidoras sejam previamente licenciadas e autorizadas pelos órgãos competentes, com implementação das medidas mitigatórias exigidas; (ii) Identificação e Monitoramento de Riscos: Mapeamento e monitoramento contínuo dos aspectos e impactos ambientais em todas as operações, utilizando indicadores e ferramentas de gestão para antecipar riscos e definir planos de ação preventivos; (iii) Gestão Proativa e Mitigação: Atuação voltada à eliminação, redução e controle antecipado de riscos ambientais, prevenindo incidentes, acidentes e passivos, além de garantir comunicação transparente sobre medidas adotadas; (iv) Planos de Contingência e Melhoria Contínua: Desenvolvimento e implementação de planos de contingência e ações corretivas, assegurando a melhoria contínua da qualidade ambiental nos locais onde o Grupo EDP - Energias do Brasil opera; (v) Governança e Especialização Técnica: Equipes especializadas em temas socioambientais, que reportam à liderança e asseguram que os tópicos mais relevantes sejam tratados pela alta direção local, regional ou do Grupo, conforme a criticidade; e (vi) Certificações e Sistemas de Gestão: Implantação de sistemas de gestão ambiental certificados pela norma ISO 14.001 nas unidades em operação de geração centralizada, transmissão e distribuição de energia, garantindo conformidade com requisitos legais e padrões internacionais.

21.2.6 Risco de construção e desenvolvimento da infraestrutura

A Companhia poderá incorrer em riscos inerentes à atividade de construção e atrasos na execução da obra que poderão resultar em perdas na recuperação do Ativo da Concessão, custos não previstos e/ou penalidades.

Os atrasos de construção de novas instalações podem estar ligados ao fato da Companhia depender de terceiros para fornecer os equipamentos utilizados em suas instalações e, por isso, estar sujeita a aumentos de preços e falhas por parte de tais fornecedores, como atrasos na entrega dos equipamentos ou entrega dos equipamentos avariados. Tais falhas poderão prejudicar as atividades, gerar penalidades regulatórias e ter efeito adverso relevante nos resultados da Companhia.

Caso algum fornecedor descontinue a produção ou interrompa a venda de qualquer dos equipamentos adquiridos pela Companhia, esta poderá não ser capaz de adquirir tal equipamento com outros fornecedores. Nesse caso, a prestação de serviços de transmissão de energia elétrica pela Companhia poderá ser afetada de forma relevante, e a Companhia poderá ser obrigada a realizar investimentos não previstos, a fim de desenvolver ou custear o desenvolvimento de nova tecnologia para substituir o equipamento indisponível, o que poderá impactar de forma negativa a condição financeira e os resultados operacionais da Companhia.

Visando mitigar este risco a Companhia adota, no momento da contratação dos fornecedores, uma série de garantias, tais como: adiantamentos, cumprimento de *performance*, garantia técnica, seguro de engenharia global e seguro de responsabilidade civil. Adicionalmente, a Companhia procura a diversificação dos seus fornecedores, sendo que o maior não representa mais do que 40% do investimento previsto, além de fazer avaliações internas de *compliance*.

21.2.7 Risco técnico

A infraestrutura da Companhia é dimensionada de acordo com as orientações técnicas impostas por normas nacionais e internacionais. Ainda assim, algum evento de caso fortuito ou força maior pode causar impactos econômicos e financeiros maiores do que os previstos pelo projeto original. Nestes casos, os custos necessários para a realocação das instalações em condições de operação devem ser suportados pela Companhia, ainda que eventuais indisponibilidades de suas instalações de transmissão não gerem redução das receitas (Parcela Variável).

Para tanto, a Companhia contratou seguro de Risco de responsabilidade civil - Engenharia, visando cobrir qualquer erro decorrente do projeto ou da execução do mesmo (Nota 24).

21.2.8 Gestão de capital

Os objetivos da Administração ao administrar o capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo e manter a liquidez financeira adequada.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, o Grupo EDP – Energias do Brasil pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas, emitir novas ações, fazer novos financiamentos ou refinanciar as dívidas existentes.

22 Demonstrações dos fluxos de caixa

22.1 Atividades de financiamento

Em conformidade com o CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, seguem abaixo as mudanças ocorridas nos ativos e passivos decorrentes das atividades de financiamento, incluindo os ajustes para conciliar o lucro:

2025	Nota	Saldo em 31/12/2024	Efeito caixa	Efeito não caixa Adições/baixas	Saldo em 31/12/2025
Aumento (diminuição) de passivos financiamento					
Dividendos	13	–		30.890	30.890
Adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC	14.1	–	88.400		88.400
Capital social	14.1	8.047	5.000		13.047
Movimento relativo as atividades de financiamento		**8.047**	**93.400**	**30.890**	**132.337**

2024	Saldo em 31/12/2023	Efeito caixa	Saldo em 31/12/2024
Acionistas			
Capital social	–	8.047	8.047
Movimento relativo as atividades de financiamento	**–**	**8.047**	**8.047**

22.2 Transações não envolvendo caixa

Em conformidade com o CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, as transações de investimento e financiamento que não envolveram o uso de caixa ou equivalentes de caixa não devem ser incluídas na demonstração dos fluxos de caixa.

Todas as atividades de investimento e financiamento que não envolveram movimentação de caixa e, portanto, não estão refletidas em nenhuma rubrica da demonstração do fluxo de caixa, estão demonstradas abaixo:

	2025	2024
Constituição de dividendos a pagar	30.890	
Provisão de fornecedores dos ativos de concessão	1.215	11.706
Total	**32.105**	**11.706**

23 Compromissos contratuais e garantias

23.1 Compromissos contratuais

Em 31 de dezembro de 2025 a Companhia apresenta os compromissos contratuais, não reconhecidos nas demonstrações financeiras, apresentados por maturidade de vencimento.

Os materiais e serviços incluem, essencialmente, responsabilidades relacionadas com contratos de longo prazo relativos ao fornecimento de produtos e serviços vinculados à construção da linha de transmissão.

Os compromissos contratuais referidos no quadro abaixo refletem essencialmente acordos e compromissos necessários para o decurso normal da atividade operacional da Companhia, atualizados com as respectivas taxas projetadas e ajustados ao valor presente pela taxa que corresponde o custo médio de capital (WACC) da Companhia.

	31/12/2025 2026	2027 e 2028	Total geral	31/12/2024 Total geral
Responsabilidades com locações operacionais	3.421	457	3.878	2.895
Obrigações de compra				
Materiais e serviços	128.985	6.544	135.529	127.321
	132.406	**7.001**	**139.407**	**130.216**

Os compromissos contratuais referidos no quadro abaixo refletem os mesmos compromissos contratuais demonstrados acima, todavia, estão atualizados com as respectivas taxas na data-base do 31 de dezembro de 2025, ou seja, sem projeção dos índices de correção, e não estão ajustados a valor presente.

	31/12/2025 2026	2027 e 2028	Total geral	31/12/2024 Total geral
Responsabilidades com locações operacionais	3.273	534	3.807	3.016
Obrigações de compra				
Materiais e serviços	123.418	7.756	131.174	132.227
	126.691	**8.290**	**134.981**	**135.243**

23.2 Garantias

O montante de R$28.282, de Garantias, em 31 de dezembro de 2025 e em 31 de dezembro de 2024, refere-se ao seguro garantia, que tem por objetivo garantir a execução de obra da construção da linha de transmissão, sendo uma exigência quando da participação da Companhia no Leilão nº 01/2024 - ANEEL, e possui vigência de 12 de junho de 2024 a 30 de setembro de 2029.

24 Cobertura de seguros

A Companhia mantém apólices de seguros com coberturas determinadas por orientação de especialistas e regidas por norma de contratação e manutenção de seguros aprovadas pela Diretoria do Grupo EDP - Energias do Brasil. A contratação de seguros leva em consideração a natureza e o grau de risco, por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas sobre seus ativos e responsabilidades.

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da revisão das demonstrações financeiras e, consequentemente, não foram analisadas pelos auditores independentes. Os principais valores em risco com coberturas de seguros são:

	31/12/2025 Valor em risco	Limite máximo de indenização	31/12/2024 Valor em risco	Limite máximo de indenização
Seguro de vida	1.367	(*)	437	(*)

(*) Na Companhia o valor de indenização será de 24 vezes o salário do colaborador, sendo o limite máximo de R$581 até o cargo de diretor. Para os cargos de vice-presidente e presidente o limite máximo é de R$ 1.452.

A EDP - Energias do Brasil possui cobertura de Responsabilidade Civil, estendida para a Companhia, com os limites conforme apresentados abaixo:

(i) Responsabilidade civil geral, com cobertura de até R$6.000;

(ii) Responsabilidade civil ambiental, com cobertura de até R$31.795;

(iii) Responsabilidade civil de administradores e diretores, com cobertura de até R$150.000; e

(iv) Responsabilidade civil de riscos cibernéticos, com cobertura de até R$5.557.

CONSELHO DA ADMINISTRAÇÃO

João Manuel Brito Martins
Presidente

Daniel Bruder Silveira Sarmento
Vice-Presidente

Maria Marta de Figueiredo Geraldes
Conselheira

Ricardo Alexandre Coelho Ferraz
Conselheiro

DIRETORIA ESTATUTÁRIA

Daniel Bruder Silveira Sarmento
Diretor-Presidente

André Caetano Rocha de Andrade
Diretor Técnico

Rafael Holanda Moura
Diretor Financeiro e Administrativo

CONTABILIDADE

Leandro Carron Rigamonte
Diretor - Accounting S.A.

Cleber dos Santos Lima
Contador - CRC 1SP230126 3/O-8 "S" PI

→ continuação

EDP Transmissão Norte Nordeste 1 S.A.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas **EDP Transmissão Norte Nordeste 1 S.A. - Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da EDP Transmissão Norte Nordeste 1 S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas contábeis internacionais (*IFRS Accounting Standards*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outros assuntos - Demonstração do Valor Adicionado:** A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins de normas contábeis internacionais (*IFRS Accounting Standards*), foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas contábeis internacionais (*IFRS Accounting Standards*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)* e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causado por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuros podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 25 de fevereiro de 2026

pwc
PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Lia Marcela Rusinque Fonseca
Contadora CRC 1SP291166/O-4

www.edp.com

ABC da Ecologia: um alerta sério impresso com cativante lirismo

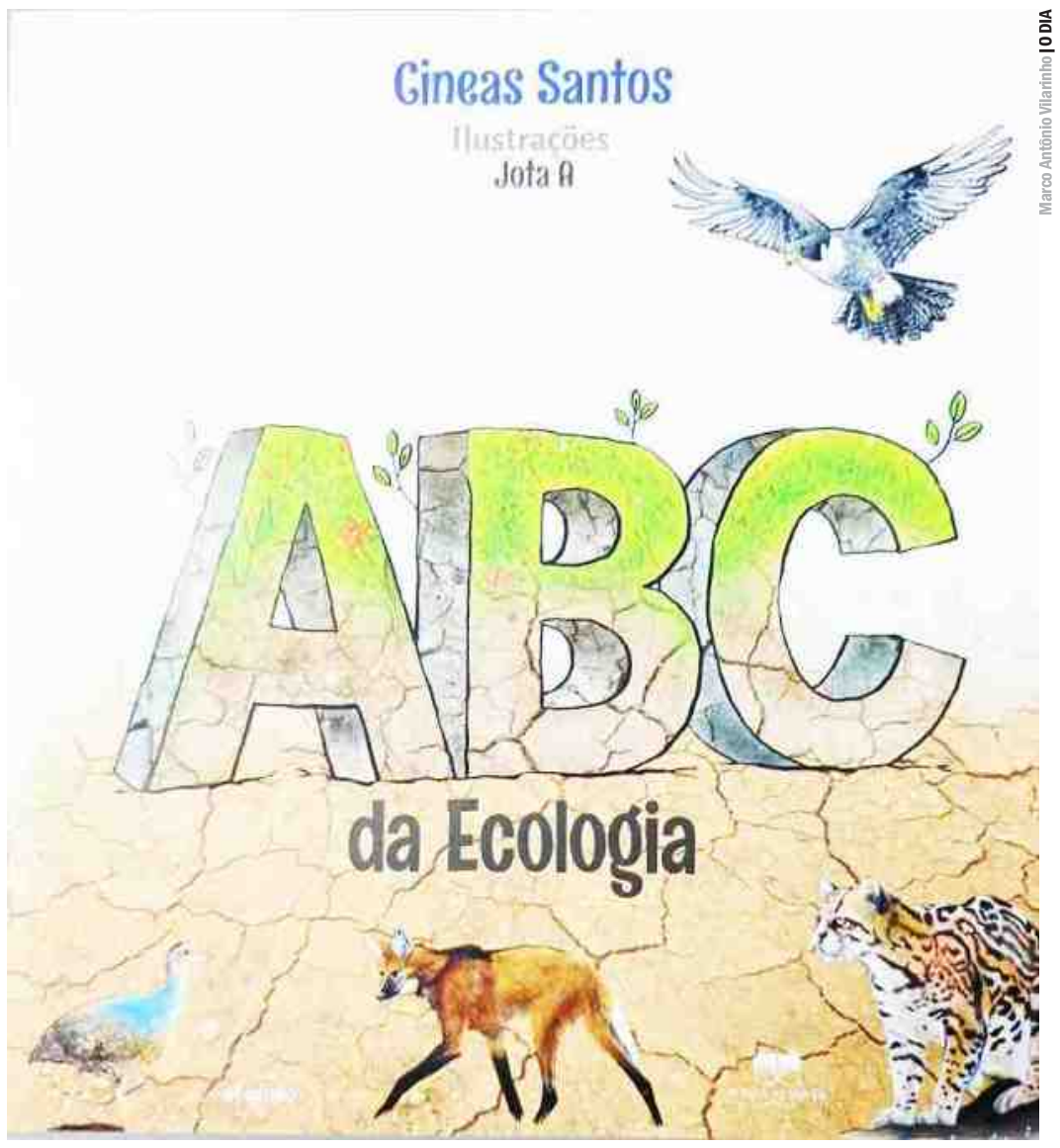
"ABC da Ecologia", autoria do professor e escritor Cineas Santos, será lançado nesta sexta-feira, às 19h

Marco Antônio Vilarinho
Repórter

Já em sua sexta edição, o primoroso livro "ABC da Ecologia", do professor e escritor Cineas Santos, será lançado nesta sexta-feira, 17, às 19h. O evento acontece na livraria Entrelivros, localizada na Avenida Dom Severino, zona Leste da cidade. Com 56 páginas, a obra leva ilustrações de Jota A casadas, com perfeição, com o texto irrepreensível de Cineas Santos.

Lançado pela Nova Aliança, ABC da Ecologia é um alerta para o descaso com a natureza. O autor denuncia essas barbaridades, mostrando, a cada página, um animal ameaçado de extinção para cada letra, unindo poesia e educação ambiental.

Ao folhear a obra, descobre-se um trabalho encantador que traz o melhor da literatura infantil para os pequenos leitores; um mergulho em histórias repletas de imaginação e aprendizado. Com uma narrativa envolvente, ABC da Ecologia estimula a criatividade e o gosto pela leitura de qualidade.



Marco Antônio | O DIA

Escola de Música Possidônio Queiroz recebe Coral 60+ da Uespi

A Escola de Música Possidônio Queiroz, em Teresina, recebeu a apresentação do Coral 60+ da Uespi, marcada por emoção e valorização da pessoa idosa por meio da música. O evento reuniu diferentes gerações, destacando o protagonismo da terceira idade em atividades culturais. A participação do grupo integrou uma oficina de arranjo para coral, na qual os integrantes aplicaram na prática os conhecimentos adquiridos.

A apresentação permitiu que alunos e músicos observassem ao vivo a execução do coral, analisando de perto aspectos como harmonia, divisão de vozes e interpretação musical. Além de reforçar a importância da vivência prática na aprendizagem, o momento destacou o potencial artístico da terceira idade, transformando a música em espaço de expressão, desenvolvimento e valorização para os participantes.

O regente Ailton Carneiro afirmou que se apresentar em um espaço como a Escola de Música representa valorização e reconhecimento ao trabalho do coral. "Cantar ou se apresentar nesse ambiente nos envaidece, valoriza e emociona. Mostra também a importância da terceira idade nesses espaços. Quando cantamos, observamos que não houve nenhum tropeço, e isso foi bem gratificante. Estamos adquirindo importância, pois, através das apresentações, nos sentimos úteis, somos alegres e transmitimos alegria, felicidade, além de acrescentar confiança", relatou.

Divulgação | O DIA

Para a participante Francisca Piaulino, de 81 anos, o coral vai além da prática musical. Presente desde o início das atividades do grupo, ela destacou a emoção da experiência: "Na apresentação, me senti muito feliz e realizada, vendo as pessoas prestarem atenção, gostarem e pedirem mais músicas. O coral nos faz sentir úteis, felizes e mais confiantes. A gente transmite alegria e recebe isso de volta, o que faz toda a diferença na nossa vida", afirmou.

Outro destaque é a mudança na nomenclatura do grupo. Antes chamado Canto Coral da Unati, o Coral 60+ Uespi passou por reformulação para ampliar seu alcance, saindo do público interno da universidade e abrindo-se à comunidade externa. Assim, o grupo acolhe interessados a partir de 60 anos, promovendo inclusão e acesso à prática musical.

GUADALAJARA S.A. INDÚSTRIA DE ROUPAS
CNPJ 06.526.131/0001-93 NIRE JUCEPI 22.3.0000027-6

Edital de Convocação da Assembleia Geral Ordinária

Ficam os acionistas convocados a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária, no dia **27.04.2026, às 10 horas**, na cidade de Teresina-PI, na av. Getúlio Vargas, 500, bairro Tabuleta, CEP 64.018-215, para deliberar sobre a seguinte ordem do dia: (a) tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2025, o relatório da administração, o parecer dos auditores independentes e o parecer do conselho fiscal; (b) deliberar sobre a destinação do resultado do referido exercício social.

Instruções Gerais:
(1) Os documentos e informações acerca das matérias constantes da ordem do dia foram publicados e disponibilizados aos acionistas na forma da lei;
(2) Os acionistas poderão solicitar o envio de cópias digitais dos referidos documentos pelo e-mail: reunioes@paraiba.email; e
(3) Os acionistas que desejarem ser representados por procuradores deverão enviar à Companhia os respectivos instrumentos de mandato, validamente outorgados, com **48h** (quarenta e oito horas) **de antecedência da realização da AGO ao endereço de e-mail reunioes@paraiba.email**.

Teresina-PI, 15 de abril de 2026.

João Marcello de Macêdo Claudino
Presidente do Conselho de Administração

COLON EQUIPAMENTOS RODOVIÁRIOS S.A.
CNPJ 00.122.241/0001-03 NIRE JUCEPI 22.3.0001392-1

Edital de Convocação da Assembleia Geral Ordinária

Ficam os acionistas convocados a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, no dia **27.04.2026, às 17:00h**, na cidade de Teresina-PI, na av. Getúlio Vargas, 500, bairro Tabuleta, CEP 64.018-215, para deliberar sobre a seguinte ordem do dia: **(a)** tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2025, o relatório da administração, o parecer dos auditores independentes e o parecer do conselho fiscal; **(b)** deliberar sobre a destinação do resultado do referido exercício social.

Instruções Gerais:
(1) Os documentos e informações acerca das matérias constantes da ordem do dia foram publicados e disponibilizados aos acionistas na forma da lei;
(2) Os acionistas poderão solicitar o envio de cópias digitais dos referidos documentos pelo e-mail: reunioes@paraiba.email; e
(3) Os acionistas que desejarem ser representados por procuradores deverão enviar à Companhia os respectivos instrumentos de mandato, validamente outorgados, com **48h** (quarenta e oito horas) **de antecedência da realização da AGO ao endereço de e-mail reunioes@paraiba.email**.

Teresina-PI, 15 de abril de 2026.

José Valdir Batista e Silva
Presidente do Conselho de Administração

CLAUDINO S.A - LOJAS DE DEPARTAMENTOS
CNPJ/MF 06.862.627/0001-38 NIRE JUCEPI 22.300.001.302

Edital de Convocação da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária

Ficam os acionistas convocados a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, no dia **28.04.2026, às 14h**, na cidade de Teresina-PI, na av. Getúlio Vargas, 500, bairro Tabuleta, CEP 64.018-215, para deliberar sobre a seguinte ordem do dia: Em AGO: (a) tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2025, o relatório da administração o parecer dos auditores independentes, e o parecer do conselho fiscal; (b) deliberar sobre a destinação do resultado do referido exercício social; Em AGE: (c) inclusão de novos CNAE'S; e (d) consolidação do Estatuto Social da Companhia.

Instruções Gerais:
(1) Os documentos e informações acerca das matérias constantes da ordem do dia foram publicados e disponibilizados aos acionistas na forma da lei;
(2) Os acionistas poderão solicitar o envio de cópias digitais dos referidos documentos pelo e-mail: reunioes@paraiba.email; e
(3) Os acionistas que desejarem ser representados por procuradores deverão enviar à Companhia os respectivos instrumentos de mandato, validamente outorgados, com **48h** (quarenta e oito horas) **de antecedência da realização da AGOE ao endereço de e-mail reunioes@paraiba.email**.

Teresina-PI, 15 de abril de 2026.

João Marcello de Macêdo Claudino
Presidente do Conselho de Administração

IMÓVEIS

VENDEMOS - Casas, apartamentos, prédios, salas comerciais, terrenos no centro e bairros, propriedades e fazendas rurais, sítios, chácaras, etc. Fale com LAGES, Creci 08-PI, Fones: 86 3223-4491/ 99946-0266/ 99483-3517 Herivan. Escritório Rua Des. Mota, 695/ Monte Castelo. Prédio próprio. Plantão sábado e feriado.

CASA/VENDA

LESTE

LAGES VENDE - Casa moderna no Planalto Uruguai, recém construida, 03 quartos, 01 wc, sala, copa, lado sombra, quitada. Valor R$ 180 mil. Plantão sábado e feriado. Fone 3223-4491/ 99946-0266/ 98167-8258/ 99483-3517 Herivan Creci 08PI.

LAGES VENDE - Casa moderna, 1 suite, 3 quartos, 02 wc, sala ampla, copa, cozinha, armário embutido, dependencia empregada, 01 wc, depósito, lavanderia, garagem ampla para 6 carros, varanda, etc. Terreno 15x30m, área construida 380m2, próximo Rua Lemos Cunha/ Jóquei, bairro Ininga Valor R$ 680 mil. Plantão sábado e feriado. Fone 3223-4491/ 99946-0266/ 99483-3517 Herivan Creci 08PI.

LAGES VENDE - Casa moderna, térreo 1º andar, 2 suites, 3 quartos, 02 wc, sala de estar, sala/copa, cozinha, área de serviços, garagem ampla, varanda ampla, terreno 30x45mts, área construida 375m2, lado sombra. Após Av. Homero Castelo Branco prox. Rua Elias Torres. Valor R$ 2.300.000,00 Plantão sábado e feriado. Fone 3223-4491/ 99946-0266/ 99483-3517/ 98167-8258 Creci 08PI. [t.a.19/188754]

CENTRO

LAGES VENDE - Casa 05 quartos, 02 wc, sala, copa, cozinha, quintal. Hoje funciona uma loja comercial, mais 2 salões comerciais alugados, Rua Simplicio mendes, norte, próx Liceu, em terreno 12x40mts, área construida 300m2. Valor R$ 900.000,00. Plantão sábado e feriado. Fone 3223-4491/ 99946-0266/ 99949-0330 Hermano Creci 08PI.

CENTRO SUL

LAGES VENDE - Casa residencial com 3 quartos, 02 wc, sala, copa, salão comercial, terreno 14,50x45mts Rua Quintino Bocaiuva, esquina, próprio construir bloco de apartametnos. Próx Av. Miguel Rosa. Valor R$ 500 mil. Plantão sábado e feriado. Fone 3223-4491/ 99946-0266/ 98167-8258 Herivan Creci 08PI.

LAGES VENDE- Casa moderna, forrada concreto, uma suite, guarda roupa, 02 quartos, 01 wc, quarto empregada, sala, copa, cozinha, garagem para 03 carros, toda gradeada, Rua João Virgilio, Próximo Rua 13 de maio e Rua David Caldas/ Centro Sul, terreno 10x26,00mts, área 180m2, valor R$ 450.000,00 Plantão sábado e feriado. Fone 3223-4491/ 99946-0266/ 98167-8258/ 99949-0330 Hermano. Creci 08PI. [t.a.19/188754]

SUL

LAGES VENDE- Casa moderna, reformada, 01 suíte reversível, 03 quartos, 01 wc, sala,copa/cozinha, área serviço, gragem, quintal, Rua Profº Zefinha Ferraz, próx Rua Dota de Oliveira, lado da sombra. Valor R$ 300 mil. Plantão sábado e feriado. Fone 3223-4491/ 99946-0266/ 98167-8258/ 99483-3517 Herivan Creci 08PI. [t.a.19/188754]

SUDESTE

LAGES VENDE - Casa recém construida, moderna, forrada gesso, uma suite reversível, 02 quartos, 02 wc, sala, copa, terraço, caixa dágua para 2 casas, área construida 100m2, e outra casa 02 quartos, 01 wc, sala, copa, terraço, lado sombra, área construida 80m2, terreno 10x33,50mts, Rua Moisés C Branco Filho, 4458 e Rua José de Abreu, bairro Comprida, quitada. Valor R$ 250.000,00 Plantão sábado e feriado. Fone 3223-4491/ 99946-0266/ 99483-3517/ 98167-8258 Hermano Creci 08PI. [t.a.19/188754]

LAGES VENDE - Casa 04 quartos, 02 wc, parte forrada PVC, sala, copa, cozinha, garagem, terreno 10x20mts, próximo Av. Joaquim nelson, Loja Mossoró Peças no Dirceu 1, quitada, valor R$ 300.000,00 Plantão sábado e feriado. Fone 3223-4491/ 99946-0266/ 99946-0266 Hermano Creci 08PI.

TIMON

VENDE - Casa em Timon e ALUGO salas na Av. Miguel Rosa. Alugamos Galpões no Distrito Industrial Tr.: 86 99946-4656 [75677]

VENDE- Casa nova em Timon-Ma, e alugo galpões no Distrito Industrial e sala na Avenida Miguel Roa. Tratar com Carmelita, 86 99439-1855/ 99946-4656 [74782]

CASA / ALUGUEL

LESTE

LAGES ALUGA - Casa 03 quartos, 01 suite, 02 wc, sala de estar, copa, cozinha, área de serviço, garagem para 3 carros, Rua José Sinimbu, próx. Sams club e colégio CEV, a 3 quadras da Av. Kennedy. Valor R$ 1.800,00 Plantão sábado e feriado. Fone 3223-4491/ 99946-0266/ 99483-3517 Herivan Creci 08PI.

SUL

LAGES ALUGA - Casa 02 quartos, 02 wc, sala, copa, cozinha, garagem, quintal, Rua Anisio e Abreu, 779, cntro sul próx. Av. José dos Santos e Silva e Rua Area Leão, valor R$ 1.800,00 Plantão sábado e feriado. Fone 3223-4491/ 99946-0266/ 99483-3517 Herivan Creci 08PI.

APARTAMENTO / VENDA

CENTRO SUL

LAGES VENDE - Apartamento 03 suites, guarda roupas embutido, 01 quarto, 01 wc, sala, copa, área de serviço, sala de estar, garagem para 2 carros, salão de festas, apartametno bem ventilado, 15º andar, com elevador e outras benfeitorias. Rua Gov. Tibério Nunes próx. Av. Frei Serafim. Valor R$ 1.000.000,00 Plantão sábado e feriado. Fone 3223-4491/ 99946-0266/ 99483-3517/ 98167-8258 Hermano Creci 08PI. [t.a.19/188754]

LAGES VENDE - Apartamento 102 Cond Rio parnaíba, uma suite reversível, 2 quartos, 2 wc, sala, copa, área construida 76m2, garagem, Rua gabriel Ferreira, 497/ Sul 1º andar, quitado. Valor R$ 250.000,00 Plantão sábado e feriado. Fone 3223-4491/ 99946-0266/ 99483-3517/ 98167-8258 Hermano Creci 08PI. [t.a.19/188754]

SUDESTE

LAGES VENDE - Apartamento 01 suites, 01 quarto, 01 wc, sala em L, cozinha, área de serviços, 01 vaga garagem, 2º andar, Cond. Residencial Guanabara, Av. Joaquim Nelson. Área construida 70,40m2, em frente ao centro comercial Dirceu. Valor R$ 145 mi. Plantão sábado e feriado. Fone 3223-4491/ 99946-0266/ 98167-8258/ 99483-3517 Herivan. Creci 08PI. [t.a.19/188754

NORTE

LAGES VENDE - Apartamento com uma suite, 03 quartos, 2 wc, copa, cozinha, garagem, área construida 140m2, com elevador, na Rua Elizeu Martins próx ao 25BC Valor R$ 400.000,00 Plantão sábado e feriado. Fone 3223-4491/ 99946-0266/ 98167-8258/ 99483-3517 Herivan. Creci 08PI. [t.a.19/188754

LAGES VENDE - Prédio residencial com 04 quartos, 02 wc, sala, copa, cozinha, sala de estar, garagem, jardim, etc. Próprio para residencia, clínica, etc. Rua Alvaro Mendes, 2021 esquina com Rua Magalhães Filho, centro norte, próx. Av. Frei Serafim, terreno 13,25x40mts. Valor R$ 1.000.000,00 e terreno ligado, casa 10x26,50m, área 265m2 murado, lado sombra, Rua magalhães Filho. Valor R$ 500.000,00 Plantão sábado e feriado. Fone 3223-4491/ 99946-0266/ 98167-8258/ 99483-3517 Herivan. Creci 08PI. [t.a.19/188754

LESTE

LAGES VENDE - Apartamento, 2 quartos, 01 wc, sala/cozinha, área de serviço, uma vaga de garagem,2º andar, Rua São Leonardo, próx. Av. Zequinha Freire e supermercado. Plantão sábado e feriado. Fone 3223-4491/ 99946-0266/ 98167-8258 99949-0330 Hermano Creci 08PI. [t.a.19/188754]

LAGES VENDE - Restam apenas 02 Apartamentos, com 1 suite, 2 quartos, 01 wc, sala/copa/cozinha, área construida 80m2, uma vaga garagem, após Av. Homero e próx. Av. Joquei Clube. Valor R$ 330 mil. . Plantão sábado e feriado. Fone 3223-4491/ 99946-0266/ 99949-0330 Hermano Creci 08PI. [t.a.19/188754]

TIMON

LAGES VENDE - Prédio residencial no bairro Cajueiro com 04 quitinetes 1º andar e mais 04 quitinetes no térreo, cada uma com 01 quarto, 01 wc, sala/copa. Mais duas casas com 2 quartos, 01 wc, sala, copa, cada, terreno 12x30m, de esquina, Rua Jeronimo Silva, 548 a 580 em frente a Capela Santa Luzia, próximo BR 316, na 2ª quadra, a direita, a 60mts, lado sombra. Oportunidade por apenas R$ 300.000,00 Plantão sábado e feriado. Fone 3223-4491/ 99946-0266/ 99483-5717/ 98167-8258 Creci 08PI. [t.a.19/188754]

TERRENOS

CENTRO

LAGES VENDE- Terreno 13,20x42,50mts, área 561,00m2, terreno murado, lado sombra, próprio clínica médica ou outros investimentos comerciais, etc. Rua Olavo Bilac, antes da Rua Anisio de Abreu, centro sul. Plantão sábado e feriado. Fone 3223-4491/ 99946-0266/ 98167-8258/ 99490-0330 Herlano. Creci 08PI. [t.a.19/188754]

SUL

LAGES VENDE- Terreno 24x30mts, parte murado, área 720m2, Rua Major Ricardo Moura, BR 316 Km 8, entrada a esquerda, a 4 quadra, lado sombra, no calçamento Lot Jacinta . Valor R$ 160.000,00. Plantão sábado e feriado. Fone 3223-4491/ 99946-0266/ 98167-8258/ 99486-3517 Herivan. Creci 08PI. [t.a.19/188754]

LAGES VENDE- Terreno 25,00X35,00mts, área 875m2, murado tem galpão de oficina mecanica, próprio loja comercial, condominio residencial, etc. Rua Area Leão, centro sul, antes da Av. Miguel Rosa. Valor R$ 700 mil. Plantão sábado e feriado. Fone 3223-4491/ 99946-0266/ 98167-8258/ 99486-3517 Herivan. Creci 08PI. [t.a.19/188754]

NORTE

LAGES VENDE- Terreno 9,00x46,00mts, área 414m2, de esquina, Rua Lisandro Nogueira, esquina com Rua Davi Caldas, centro norte, próprio para prédio comercial ou aparteamento, todo murado. Valor R$ 280 mil. Plantão sábado e feriado. Fone 3223-4491/ 99946-0266/ 98167-8258/ 99486-3517 Herivan. Creci 08PI. [t.a.19/188754]

LAGES VENDE - Terreno urbano no bairro Santa Maria da Codipi , área 29.00.00ha, cercado, às margens asfalto, 260mts e margens Rio Parnaiba, toda cercada, energia, proprio para Loteamento Urbano, Construção de casas e apartametnos, etc. Compre e faça um grande investimento. Valor R$ 3.000.000,00 Plantão sábado e feriado. Fone 3223-4491/ 99946-0266/ 99483-3517/ 98167-8258 Herivan Creci 08PI. [t.a.19/188754

LESTE

LAGES VENDE - Terreno 12x30m, murado, lado sombra, Rua Dep. Alberto Luz, Prox. Loteamento Gurupy, e Posto de gasolina. Valor R$ 150.000,00 Plantão sábado e feriado. Fone 3223-4491/ 99946-0266/ 99483-3517 Herivan Creci 08PI.

LAGES VENDE - Terreno 30X30mt, parte murado, Rua Odilo Ramos, após a Av. João XXIII à direirta na 3ª quadra, preço de ocasião, valor R$ 450.000,00 Plantão sábado e feriado. Fone 3223-4491/ 99946-0266/ 99483-3517 Herivan Creci 08PI. [t.a.19/188754

SUL

LAGES VENDE- Terreno no Lot Jacinta, 03 lotes 12x30mts, 36x30mts, área 1.080mts2. Faça sua casa ou apartametno, Rua Min João paulo Veloso, BR 316 após ao Promorar, Lot Jacinta, calçamento, água e Luz. Valor R$ 240 mil Plantão sábado e feriado. Fone 3223-4491/ 99946-0266/ 98167-8258/ 99486-3517 Herivan. Creci 08PI. [t.a.19/188754]

LAGES VENDE- Terreno 12x40mts, área 480m2, próprio para construir sua casa ou apartametno, Rua jarbas Martins, próx Igreja São Raimundo e Rua Santa Catarina, centro sul/ Ilhotas, lado sombra e murado. Valor R$ 380.000,00 Plantão sábado e feriado. Fone 3223-4491/ 99946-0266/ 98167-8258/ 99486-3517 Herivan. Creci 08PI. [t.a.19/188754]

LAGES VENDE - Terreno urbano 180x60mts, área 10.800m2, frente para quatro ruas, asfaltada, margens BR 316, 01 poço tubular, todo murado, altura 2mts, imóvel próprio para fins comerciais: lojas, galpões, posto gasolina e outras atividades comerciais. BR 316 km 7, frente Revenda Trator Volvo. Valor R$ 3.800.000,00 Plantão sábado e feriado. Fone 3223-4491/ 99946-0266/ 99483-3517/ 98167-8258 Herivan Creci 08PI. [t.a.19/188754

LAGES VENDE - Terreno no Distrito industrial med 59,00x18,00x16,74x104,15x137,91mts, área 4.378,00m2, Av. Henry Wall de Carvalho ligado a Fiepi, próprio para salão comercial, prédio residencial, partametno e outras atividades comerciais. Valor R$ 3.000.000,00 Plantão sábado e feriado. Fone 3223-4491/ 99946-0266/ 98167-8258 Herivan Creci 08PI.

LAGES VENDE - Lote urbano frente 49,00mts Rua Tersandro Paz, esquina 39,40mts para a Rua Santa Catarina, area 1.799,18m2, próprio para condominio de casas ou apartamentos, clínicas, etc. Boa localização, próximo Banco do Brasil da Av. Miguel Rosa, valor R$ 1.700.000,00. Lote terreno 7x25,85mts, murado, Rua Rio Grande do Sul, 846, próx Igreja São Raimundo/ Ilhotas, Valor R$ 180.000,00 Plantão sábado e feriado. Fone 3223-4491/ 99946-0266/ 98167-8258 Herivan Creci 08PI.

LAGES VENDE - Terreno urbano 12x30mts, lado sombra, Rua Major Ricardo Moura, Loteamnto Jacinta, BR 316 km 8 à esquerda, a 4 qu adras, no calçamento, lado murado, lado sombra, valor R$ 80.000,00 Plantão sábado e feriado. Fone 3223-4491/ 99946-0266/ 98167-8258/ 99483-3517 Herivan. Creci 08PI. [t.a.19/188754

LAGES VENDE - 1/2 meia quadra de terreno urbano, 13 lotes, terreno 12x30m área 5.040m2, com 3 frentes, Ruas Major Ricardo Moura, jornalista Lívio Belo e Ministro João paulo Veloso, parte murado, calçamento com água e luz em frente, próprio para conj. Residencial de casas ou apartametnos, empresas de ônibus ou outras atividades comerciais, situado no Loteamwento JACINTA, BR 316 km 8 entrada à esquerda a 4ª Rua, aproveite essa oportunidade. Valor R$ 910.000,00. Plantão Sábado e feriado 3223-4491/ 99946-0266/ 98167-8258/ 99483-3517 Herivan. Creci 08PI. [t.a.19/188754

LAGES VENDE- Terreno urbano, uma gleba de terras, Av. Milton Brandão, med 115,00 x 256,16 x 141 x 223,6,mts, área de 3.09ha, às margens asfalto, ligado subestação da Agespisa, Rua Milton Brandão, próprio para empresa de ônibus, indústria, loteamento urbano ou investimento. Valor R$ 2.000.000,00. Plantão sábado e feriado. Fone 3223-4491/ 99946-0266/ 99483-3517 Herivan Creci 08PI. [t.a.19/188754]

LAGES VENDE - Terreno no bairro Bela Vista, parte murado 23x44x41x12m, área 743m2 na Rua dos Montes, 3883próx. parada final dos ônibus. Valor R$ 70 mil. Plantão sábado e feriado. Fone 3223-4491/ 99946-0266. Creci 08PI

TIMON - MA

LAGES VENDE - Terreno 20x40m, esquina, às margens asfalto, Av. Perimetral, 340, ligado a conj residencial Boa Vista em Timon-Ma. Valor R$ 30 mil. Plantão sábado e feriado. Fone 3223-4491/ 99946-0266/ 99483-3517 Herivan Creci 08PI.

LAGES VENDE - Terreno no Centro de Timon, med 8x40nts, 320m2, esquina, Av. jaime Rios, 109/ Centro setor comercial, às margens asfalto R$ 180.000,00 Plantão sábado e feriado. Fone 3223-4491/ 99946-0266/ 99483-3517 Herivan Creci 08PI.

BARRAS - PI

LAGES VENDE - 07 lotes de terreno urbano no calçamento, medindo 10x35, 70x35, área 2.450mts, próprio para conjunto de casas residencial, ou colégio, etc, Rua São José na cidade de Barras-Pi, bairro Fátima, próx. Balão. Valor R$ 350.000,00 Plantão sábado e feriado. Fone 3223-4491/ 99946-0266. Creci 08PI

TERRENOS, FAZENDAS

SÍTIOS e CHÁCARAS

LAGES VENDE- Propriedade rural área 85.3883ha, parte cercada, às margens estrada, piçarrada municipal, limitando com a Fazenda Chaparral, após José de Freitas, Rodovia Cabeceiras/Pi, à 4km de José de Freitas. Própria para Fazenda, criar gado, ovelhas e outros invstimentos, valor R$ 427 mil. Plantão sábado e feriado. Fone 3223-4491/ 99946-0266/ 98167-8258/ 99486-3517 Herivan. Creci 08PI. [t.a.19/188754]

LAGES VENDE - Uma chácara, 7.50ha, todo cercado, sítio diversas fruteiras, aproximadamente 200 pés, todos frutificando: manga mel rosa e diversas frutas, poço tubular, energia trifásica, piscina adulto e infantil, casa de apoio, casa com 4 suítes, 3 quartos, sala, copa, cozinha, área cosntruida 300m2, casa do caseiro. Estrada Alegria, povoado Cantinho, a 14km de Teresina, às margens asfalto, ônibus na porta. Valor R$ 1.500.000,00 Plantão sábado e feriado. Fone 3223-4491/ 99946-0266/ 98167-8258/ 99483-3517 Herivan. Creci 08PI. [t.a.19/188754

LAGES VENDE - Propriedade na zona rura de Uruçui/Pi, 675.00.00ha, parte cercada, 260ha, próprio para plantar soja, área própria para criar, trerras planas, baixões, brejo, energia passa dentro da propriedade, BR 316, Teresina / Uruçuí/Pi, da cidade a 24km até a propriedade. R$ 2.025.000,00 Plantão sábado e feriado. Fone 3223-4491/ 99946-0266/ 99483-3517/ Herivan Creci 08PI. Creci 08PI.

LAGES VENDE - Propriedade 94.00,00 parte cercada, às margens Rio Marathoan, após Cabeceiras/Pi, a 86km de Teresina, Povoado de Barras-Pi com barro de olaria, energia, poço tubular, casa de campo, 03 quartos, Aprisco de ovelhas, curral e outras benfeitorias. Valor R$ 200.000,00 Plantão sábado e feriado. Fone 3223-4491/ 99946-0266/ 99483-3517/ Herivan Creci 08PI. Creci 08PI.

LAGES VENDE - Propriedade 47.00,00 ha no município de José de Freitas-Pi, parte cercado, murado, 02 poços tubular, 01 cacimbão, sítio diversas fruteiras, casa de campo, 04 quartos, térreo e 1º andar, piscina, energia trifásica e outras benfeitorias, às margens asfalto, a 35km de Teresina/Pi. Valor R$ 750.000,00 Plantão sábado e feriado. Fone 3223-4491/ 99946-0266/ 99483-3517/ Herivan Creci 08PI. Creci 08PI.

LAGES VENDE - Chácara às margens estrada, piçarrada, 229x540x680x203mts, área 12.00.00ha, toda cercada, poço tubular, energia trifásica, varanda, fiversas fruteiras, manga, caju, ata e outras frutas, na BR 343 km 17 próximo asfalto 7km, ônibus na porta, estrada Loteamento São Felix, municipio de Teresina/Pi e oiutras benfeitorias, à 25km de Teresina, valor R$ 800.000,00 Plantão sábado e feriado. Fone 3223-4491/ 99946-0266/ 99483-3517/ Herivan Creci 08PI.

Cultura Racional
A CULTURA DO COSMO, DO MUNDO RACIONAL AGORA NA TERRA

O QUE É CULTURA RACIONAL?

É o conhecimento da origem do ser humano, de onde ele veio, como veio, por que veio e o retorno à sua origem, mostrando como o homem voltará ao seu estado natural de ser racional puro, limpo e perfeito. Tudo isto através das mensagens do RACIONAL SUPERIOR, um ser extraterreno, publicadas nos livros "UNIVERSO EM DESENCANTO".

ALÉM DO RETORNO À SUA ORIGEM, QUAIS SERIAM OS OBJETIVOS DA CULTURA RACIONAL?

É ligar o ser humano ao seu mundo de origem, o MUNDO RACIONAL, pelo desenvolvimento Racional, que é obtido no ler e reler os livros " UNIVERSO EM DESENCANTO". A leitura do livro traz o perfeito equilíbrio na vida da matéria: físico, moral e financeiro, que culmina com a Vidência Racional, quando então, o leitor terá contacto com os Habitantes do MUNDO RACIONAL, mundo de que somos originários e para o qual já estamos de volta.

COMO QUALQUER PESSOA PODERÁ COMPROVAR A REALIDADE DOS OBJETIVOS DA CULTURA RACIONAL?

Muito simples: por se tratar de um processo de desenvolvimento, não será apenas na leitura do primeiro volume do Livro que a pessoa poderá ter estas comprovações, embora elas tenham ocorrido com diversas pessoas. São elas, o aparecimento de luzes de diversos matizes, tamanho e forma; o contacto direto com seres extraterrenos, dialogando e sendo orientado em qualquer lugar. E o mais importante que é adquir paz interior.

É como começamos a aprender o que é a felicidade verdadeira. Chegou no mundo o que há muito estava anunciado pelos profetas, sábios, astrólogos e pela ciência.

Um conhecimento transcendental que ultrapassa todas as expectativas do saber humano e que desvenda os mistérios da natureza e do animal Racional de forma lógica, simples e clara. Não é um conhecimento extraído do saber deste mundo e sim, a verdade das verdades, dadas pelo RACIONAL SUPERIOR.

A CULTURA RACIONAL conduzirá a humanidade à RACIONALIZAÇÃO UNIVERSAL. E assim, com a leitura assídua deste conhecimento, todos sem o menor esforço, muito naturalmente, sem necessidade de frequentar lugar nenhum, serão orientados em tudo, recebendo as orientações precisas para o seu perfeito equilíbrio moral, físico e financeiro, dentro dos seus próprios lares ou onde estiverem, portanto, não há templo, sinagoga ou casa de pregações nem obrigações, pois é apenas a leitura desta grandiosa obra UNIVERSO EM DESENCANTO, que dá aquela proteção que ninguém até hoje conhecia.

NA CULTURA RACIONAL NÃO HÁ MILAGRES.

Todas as doenças existentes no mundo são provocadas pela alteração do campo biomagnético, o mundo é um conjunto de eletromagnetismo e consequentemente nós também somos formados de eletromagnetismo. A alteração deste campo de energia é que provoca em nós todas as doenças, como o câncer, o enfarte, a osteomielite, e todo e qualquer tipo de moléstia. O excesso de magnetismo mata, o excesso de eletricidade mata do mesmo jeito. E nós estamos sujeitos aos efeitos destes dois fluidos monstros: o elétrico e o magnético.

Na CULTURA RACIONAL não há milagres, tudo acontece naturalmente, as soluções são consequências do perfeito equilíbrio que a pessoa adquire através da leitura das mensagens do RACIONAL SUPERIOR. À proporção que a pessoa vai lendo, ela passa a ficar ligada ao seu Mundo de Origem, o MUNDO RACIONAL, de onde receberá todas as orientações precisas ao seu bom viver. Com o desenvolvimento adquirido através da leitura, a pessoa começa a se desligar deste conjunto eletromagnético, que é o mundo em que vivemos, para ficar ligado ao seu verdadeiro natural, o mundo de sua verdadeira origem, o MUNDO RACIONAL. Substituindo o seu eletromagnetismo pela ENERGIA RACIONAL, atingindo a condição de IMUNIZADO RACIONALMENTE e ao morrer não nascerá mais aqui neste mundo e sim, no seu verdadeiro mundo, o MUNDO RACIONAL.

Pedido dos livros
universo em desencanto:
BELFOR ROCHO
CAIXA POSTAL 78019
CEP: 26131970 RJ
FONE: (21) 3759-9000
pedido_de_livros@culturaracional.com.br
ou www.culturaracional.com.br mais
www.universoemdesencanto.com.br

Esta á a marcha da redenção anunciada no Apocalipse de São João.
Dizendo ele que, com o tempo, viria à Terra um conhecimento que seria a marcha da Redenção Universal.

Quadra 05 / Casa 19 - Conj. São Pedro
86 3085-5131 - Luís

LAGES VENDE - Propriedade Ponta da Serra, 220.00.00ha, mata, baixões, própria criar e plantar, às margens Rio Canuto, 600mts, após a cidade Novo Santo Antonio, 10km, estrada piçarrada, após Alto Longá , estrada asfaltada, á 126km de Teresina. Valor R$ 220.000,00. Plantão sábado e feriado. Fone 3223-4491/ 99946-0266/ 99483-3517 Herivan Creci 08PI.

LAGES VENDE - Propriedade 467.00,00ha às margens Rio Berlenga, 600m, BR 316 Km 105, após cidade de Passagem Franca-Pi, entrada à esquerda, após Rio Dantas a esquerda, energia, chapada, campo, mata, babaçu, própria criar e plantar a 125km de Teresina/Pi, valor R$ 280 mil. Plantão sábado e feriado. Fone 3223-4491/ 99946-0266/ 98167-8258 Herivan Creci 08PI.

LAGES VENDE -Fazenda 5.032.60ha, toda cercada, 119km, 14 divisões internas, 25km estrada interna 3 caixa dágua 10.000, 6.000 e 37.000 litros, rede de água encanada 4.100mts, 3.500m2 curral, embargador, tronco, 2 poços tubular jorrantes, plantio carpim, arroz, milhos, uma cacimba, catavento, energia, casa de Fazenda, 03 casas vaqueiros, às margens Rio Sambito, corta a propriedade ao meio, lagoa, 2 gerador 12,5kva, silo, propriedade 700hs pronto para plantar e criar e demais benfeitorias, BR 316 no município de Valença/Pi, a 220km Teresina. Tudo por apenas R$ 50.320.000,00 Plantão sábado e feriado. Fone 3223-4491/ 99946-0266/ 99483-3517 Herivan Creci 08PI. [t.a.19/188754]

LAGES VENDE - Chácara área 100x620x765x285mts, Gleba 11.47.00ha, cercado, minas de pedra para construção, morros, pedra em abundancia, parte plana e morros, sítio diversas fruteuras, casa de campo, 06 quartos, 02 wc, sala, copa, e outra area de serviço, cozinha, poço tubular energia trifásica, e outras benfeitrorias, Teresina/ União km 22 estrada à direita, localidade Campestre/ Jacú, às margens asfalto à 31 km de Teresina, OPORTUNIDADE! R$ 350.000,00 Plantão sábado e feriado. Fone 3223-4491/ 99946-0266/ 99483-3517Herivan Creci 08PI. [t.a.19/188754

LAGES VENDE - Chácara 6.00.00ha, cercada, diversas fruteiras, poço tubular, energia, uma casa recém construida moderna, 4 suites, forrada, sala ampla, copa, cozinha, área serviço e outras benfeitorias, após cidade de Nazária, km 29, próximo asfalto 3km. Valor R$ 500.000,00 Plantão sábado e feriado. Fone 3223-4491/ 99946-0266/ 99483-3517 Herivan Creci 08PI

LAGES VENDE - Propriedade 972.22.77ha, cercado, várias divisões, as margens Rio Maratoan, após Cabeceiras/Pi, a 7km, próximo asfalto, a 100km de Teresina/Pi, curral, depósito, poço tubular, energia e outras benfeitorias. Valor R$ 2.431.000,00 Plantão sábado e feriado. Fone 3223-4491/ 99946-0266/ 99483-3517 Herivan Creci 08PI.

LAGES VENDE - Propriedade 1.004.00ha, mata de lavoura, chapada, babaçu, terras planas e parte alta,própria para criar gado, bodes, etc. Riacho perene corrente, energia, muita madeira, mara virgem, BR 326 Rodovia Mons. Gil/Pi Km 72 próximo asfalto à 4km. Valor R$ 1.000,000,00 E outra proriedade, ligada à mesma área 250.00ha, terra própria lavoura, a 1km BR 326 km 71, após Cidade de Mons. Gil, a 71km de Teresina. Valor R$ 250.000,00 Plantão sábado e feriado. Fone 3223-4491/ 99949-0330/ 99946-0266/ 99483-3517 Herivan Creci 08PI.

LAGES VENDE - Propriedade 573.61.70ha, mata de lavoura 60% campo, morros, mata virgem, muita madeira, própria criar e plantar, vários olho dágua perene corrente, após Jose de Freitas, próx asfalto 7km, energia em frente, a 67km de Teresina, Rodovia lagoa Alegre/Pi e outras benfeitorias. Valor R$ 1.000.000,00. Plantão sábado e feriado. Fone 3223-4491/ 99949-0330/ 99946-0266/ 99483-3517 Herivan Creci 08PI.

LAGES VENDE - Chácara 9.50.00ha, toda cercada, sítio manga, cajú, poço tubular, campo de futebol, quadra de areia, piscina, caixa dágua 10.000l, casa 03 quartos, 01 wc, varanda, mesa de sinuca. Casa de caseiro com 01 quarto, 01 wc, varanda, mesa de sinuca e outras benfeitorias, Rodovia União Km 10, entrada à direita no asfalto 1km, estrada piçarrada 400mt, a 11km de Teresina. Valor R$ 650 mil. E outra casa simples , energia, sítio, rodovia Altos km 17 próx. asfalto 11km. Valor R$ 100.000,00. Plantão sábado e feriado. Fone 3223-4491/ 99949-0330/ 99946-0266/ 99483-3517 Herivan Creci 08PI.

LAGES VENDE - Propriedade 300.00ha, terra plana, mata, baixões, campo, riach perene corrente, BR 316 km 100. Proprio para criar e plantar, a 130km de Teresina, cidade de Passagem Franca-Pi. Valor R$ 240 mil. Plantão sábado e feriado. Fone 3223-4491/ 99946-0266/ 98167-8258/ 99483-3517 Herivan. Creci 08PI. [t.a.19/188754

LAGES VENDE - Chácara 84x380 x482,15x160x123,33x240mts, área 6.03.62ha, toda cercada, casa de campo, casa do caseiro, energia trifásica, poço tubular, piscina, sítio de caju e manga e outras benfeitorias, Rod União, às margens do asfalto a 12km de teresina. Valor R$ 500 mil. Plantão sábado e feriado. Fone 3223-4491/ 99946-0266/ 98167-8258/ 99483-3517 Herivan. Creci 08PI. [t.a.19/188754

LAGES VENDE - Chácara, área 7.05.00ha, cercada, sítio com diversas fruteiras, côco da praia, laranja e outros tipos de frutas, poço tubular vazão 30.000litros por hora, caixa dágua 5.000l, sistema de irrigação, galpão de granja, 100 aves de galinhas, casa de campo moderna recém construida, área de 300mts, uma suite, 02 quartos, 01 wc, forrado PVC, 03 ar condicionado, geladeiras e demais utensílios. Energia trifásica, casa de caseiro, 03 quartos, 01 wc, 03 tanques para peixes, e outra benfeitoria, BR Timon - Caxias, km 22 próximo asfalto 2km. Valor R$ 500.000,00 Plantão sábado e feriado. Fone 3223-4491/ 99946-0266/ 98167-8258/ 99483-3517 Herivan. Creci 08PI

LAGES VENDE - Propriedade 604.00,00ha, terras planas, mata, campo, chapada, várzea, olho dágua perene corrente, próprio para criar e plantar, após Altos, estrada piçarrada, próximo localidade Jatobá e Prata, a esquerda, a 23km para Altos-Pi, a 60km de Teresina, energia próxima. Valor R$ 800.000,00 Plantão sábado e feriado. Fone 3223-4491/ 99946-0266/ 98167-8258/ 99483-3517 Herivan. Creci 08PI

LAGES VENDE - Propriedade 335.00,00ha, terra própria criar e plantar, mata, baixões, após Barras, estrada de Porto-Pi, a 50km, entrada à esquerda a 14km localidade Baixões dos Tipis, município de Barras-Pi. Valor R$ 500.000,00. Plantão sábado e feriado. Fone 3223-4491/ 99946-0266 Creci 08PI. [t.a.19/188754]

LAGES VENDE- Chácara área 30.29,90ha toda cercada, sítio, poço tubular, piscina, casa moderna recém construida, 01 suite, 03 quartos, 02 wc, sala, copa, cozinha, toda alpendre, área construção 300m2, bastante água, alpendre para garagem, 02 galpões de granja, energia e outras benfeitorias, próximo asfalto a 2,5km à 42km de Tereina, Rodovia Teresina-José de Freitas. Valor R$ 650 mil. Plantão sábado e feriado. Fone 3223-4491/ 99946-0266/ 99483-3517 Herivan Creci 08PI. [t.a.19/188754]

LAGES VENDE- Gleba de terras 117,49x1.1081mts, área 13.28.99ha às margens asfalto de Teresina/Altos-Pi, km 15 BR 343 lado direito, próprio Posto Gasolina. Loteamento para chácara, churrascaria, Investimento e outras atividades comerciais, etc. Valor R$ 2.126.384,00. Plantão sábado e feriado. Fone 3223-4491/ 99946-0266/ 99483-3517 Herivan Creci 08PI

LAGES VENDE- Chácara 100x322mts, 3.22ha, cercada, sítio, poço tubular, energia, casa de campo, 01 quarto, sala, copa, rodovia União km 19, próximo asfalto 6km. Valor R$ 150.000,00. Plantão sábado e feriado. Fone 3223-4491/ 99946-0266/ 99483-3517 Creci 08PI.

LAGES VENDE - Propriedade 156.00ha, cercado, 03 lagoas, sítio de caju, energia, BR 226, da Ponte Nova Timon-Ma a 10 km, estrada Parnarama-Ma, às margens asfalto, após conj. Residencial Joia, próprio para Loteamento. Valor R$ 2.028.000,00 Plantão sábado e feriado. Fone 3223-4491/ 99946-0266. Creci 08PI. [t.a. 19/188754]

PONTOS COMERCIAIS

NORTE

LAGES ALUGA - Salão comercial med 4x14mts, forrado, com 02 wc, Rua Magalhães Filho com Av. Petronio Portela no bairro Aeroporto, ao lado supermercado. Valor R$ 1.300,00 Plantão sábado e feriado. Fone 3223-4491/ 99946-0266/ 99483-3517/ 98167-8258 Hermano Creci 08PI. [t.a.19/188754]

CENTRO SUL

LAGES VENDE - Clínica médica com 7 salas de consultórios, todas com ar condicionado, sala de espera com 20 poltronas, 6x15mts, ventilação natural, várias mesas, 3 wc, copa, pia. Própria para clínica ou escritório, etc. Construção de primeira, forrada de concreto, terreno 10x30m, área construída 300m2, Rua Rio grande do Sul, 897, bairro Ilhotas, próximo de Hospital, casamater e clínicas. Valor R$ 800.000,00 Plantão sábado e feriado. Fone 3223-4491/ 99946-0266/ 99483-3517/ 98167-8258 Hermano Creci 08PI. [t.a.19/188754]

LAGES VENDE - Sala, área 60,52m2, duas divisões, sala de espera e consultorio, 01 wc, térreo. Rua Olavo Bilac, 1520/ Centro sul, quitada. Valor R$ 150.000,00 Plantão sábado e feriado. Fone 3223-4491/ 99946-0266/ 99483-3517/ 98167-8258 Hermano Creci 08PI. [t.a.19/188754]

ALUGO Ponto Comercial de 46m² com pé direito alto, de frente para avenida, em prédio novo, no bairro Ilhotas. Aluguel: R$ 3.000,00. Tel.: (86) 99500-0926

LAGES VENDE- Duas salas de consultório ou escritório com 01 wc, sala de espera e consultório, sala 907 e 905 com elevador, Medical Center em frente ao Posto Cacique e hospital Santa Maria, Rua Artur de Vanconcelos, preço de cada uma das salas R$ 200 mil. 91/ 99946-0266/ 99483-3517/ 98167-8258 Herivan Creci 08PI. [t.a.19/188754]

CENTRO

LAGES ALUGA - Prédio residencial, 03 quartos, 02 wc, térreo e 1º andar, sala/copa, área de serviço, Rua Santa Luzia entre a Rua Anisio de Abreu, antes Av. josé dos Santos e Silva. Valor R$ 1.800,00 Plantão sábado e feriado. Fone 3223-4491/ 99946-0266/ 99483-3517 Herivan Creci 08PI.

LAGES VENDE - Prédio 03 lajes, térreo 1º e 2º andar, área construída 952m2, 18 salas, 06 wc, Av. José dos Santos e Silva, esquina com Rua David Caldas, em frente Cartório 1º Ofício. Próprio para qualquer atividade comercial. Valor R$ 2.200.000,00 Plantão sábado e feriado. Fone 3223-4491/ 99946-0266/ 99483-3517 / 98167-8258 Herivan Creci 08PI.

LAGES ALUGA - Salão comercial, área 6x10m, 60m2, esquina, próprio para qualquer atividade comercial, Rua Olavo bilac, 1320/Sul, esquina com Rua David Caldas, próximo colégio Diocesano e praça Saraiva. Valor R$ 2.000,00 Plantão sábado e feriado. Fone 3223-4491/ 99946-0266/ 99483-3517 Herivan Creci 08PI.

LAGES VENDE - Sala comercial Ed.Otávio Miranda, Rua Rui Barbosa, 68/ Sul Centro, próprio Advocacia, Representante Comercial e outras atividades, etc, Sala 710, 7º andar, área 39m2, 2 divisórias, 01 wc, elevador, armário embutido. Valor R$ 65 mil e outra sala área 24m2, 01 wc, sala 718. Valor R$ 45.000,00 Plantão sábado e feriado. Fone 3223-4491/ 99946-0266/ 98167-8258/ 99483-3517 Herivan. Creci 08PI

SUL

LAGES VENDE - Prédio comercial, várias salas, 03 wc, térreo e 1º andar, 03 salas, 03 wc, depósito, área livre no fundo, próprio para escritório, clínica ou atividade comercial, área construção térreo e área superior 475m2, terreno 285,00m2, Rua Paisandu centro sul, próximo Rua Quintino Bocaiuva, valor R$ 1.200.000,00 Plantão sábado e feriado. Fone 3223-4491/ 99946-0266/ 99483-3517 Herivan Creci 08PI.

LAGES ALUGA - Salão comercial Rua Olavo Bilac, 1314/ sul valor R$ 2.000,00 e outro salão Rua David Caldas, 424/ sul valor R$ 1.500,00. Plantão sábado e feriado. Fone 3223-4491/ 99946-0266/ 99483-3517 Herivan Creci 08PI.

LAGES VENDE- Prédio comercial, 03 pavimentos: térreo, 1º andar e 2º andar (cobertura). Área de construção total 460m2, 02 wc, próprio para academia, supermercado e outras atividades comerciais. Situado Av. Valter Alencar, próx. Av. Barão Castelo Branco e emissoras de TV, esquina com estacionamento amplo. Valor venda: R$ 1.500.000,00 Aluguel: R$ 5.000,00. Plantão sábado e feriado. Fone 3223-4491/ 99946-0266/ 99483-3517 / 98167-8258 Herivan Creci 08PI. [t.a.19/188754]

LESTE

LAGES VENDE - Prédio residencial com 10 apartamento, 2 quartos, 01 wc, térreo e 1º andar, área de 45m2 cada apartamento. Rua Jonas, Lot. Gurupi. Tenha uma renda mensalde aluguel de R$ 5.000,00. Venda R$ 800.000,00. Plantão sábado e feriado. Fone 3223-4491/ 99946-0266/ 98167-8258/ 99543-4670 Creci 08PI.

NOVO ENDEREÇO
Rua Honorio Parente,1551 - Jóquei
(86) 3222 2904 / 3305 1392

Darcy Araújo imóveis
37 anos

Vendas

CRECI 1/PJ-PI

A nossa marca tem credibilidade
Aluguel e Venda.

Aluguel

RESIDENCIAL / APARTAMENTOS

APTOS ZONA LESTE
Edificio Maria da Glória, Av. Jóquei Clube, 01 suite c/arm., 02 qtos c/ arm., sala, DCE, cozinha com armário, área de serviço, banheiro social e garagem(01 vg). ± 130m².
Edificio Ilha do Caju, Av. Homero C. Branco, 01 suite c/arm., 02 qtos, sala, dep. empregada, cozinha com armário, área de serviço, banheiro social e garagem(02 vg). ± 110m².
Edificio Savassi, Rua Miosótis, bairro Jóquei Clube, 01 suite, 01 qto, sala com varanda, cozinha, área de serviço, banheiro social, área de laser com piscina e garagem(01 vg). ± 50m².
Condominio Amadeu Olimpio Cavalcante, bairro Noivos, 01 suite, 02 qtos, sala, cozinha, área de serviço, banheiro social e garagem(01 vg). ± 81m².
Condominio Antonio Reinaldo, Rua Pedro Vasconcelos, bairro Noivos, 01 suite c/arm., 02 qtos, sala com varanda, cozinha, área de serviço, banheiro social e garagem(01 vg). ± 81m².
Condominio Jardim Leste I, Av. Nicanor Barreto, b. Vale quem tem, 02 qtos, sala, cozinha, área de serviço, banheiro social e garagem(01 vg). ± 59m²

APTOS ZONA NORTE
Rua João Cabral, 03 quitinetes, próximo a UESPI.

RESIDENCIAL / CASAS

CASAS ZONA LESTE
Rua Manoel C. Branco, bairro de Fátima, 01 suite c/ arm., 02 qtos, 02 salas grandes, terraço, copa, cozinha, banheiro social, área serviço e garagem.

CASAS ZONA SUL
Av. Valter Alencar, Macaúba, 03 qtos, sala, copa, cozinha, banheiro social, área serviço e garagem.

COMERCIAL / SALAS

SALAS CENTRO
Ed. Dona Jovem, Rua Elizeu Martins, salas com banheiro e divisórias ± 50m²
Ed. Palácio do Comércio, Rua Sen. Teodoro Pacheco, salas e lojas térrea c/ banheiro, ± 30m².
Ed. Otávio Miranda, Rua Rui Barbosa, sala c/ banheiro, ± 35m²
Ed. Lundgren, Rua Álvaro Mendes, sala c/ banheiro e divisória ± 40m²
Rua Eliseu Martins, andar superior c/ 03 salas e banheiro.

SALAS ZONA SUL
Ed. Juvencio, Rua Paissandu, sala térrea, sendo 03 salas e 02 banheiros.
Ed. Valença, Rua 24 de janeiro, , sala c/ divisória e banheiro.

SALAS ZONA NORTE
Ed. Paris, Rua Areolino de Abreu, lojas com 02 banheiro ±30m².
Rua Lisandro Nogueira, Centro sala 01 e 02/ c banheiro, água e luz individualizada, ao lado do Cond. Suzana Center.
Condominio Susana Center , Rua Lisandro Nogueira, Centro, Loja ±30m².

COMERCIAL / CASAS

CASAS ZONA LESTE
Rua Honório Parentes, Jóquei Clube, c/07 dependências, 03 banheiros, garagem para 02 carros.

CASAS ZONA SUL
Rua Monsenhor Gil, Ilhotas, c/ 02 qtos, 01 suite, sala, copa, banheiro social, cozinha, garagem, quintal.

CASAS ZONA NORTE
R. 24 de Janeiro, Centro, térreo: 3 salas e 1 copa e 2 banheiros, **andar superior**: 3 salas e 2 banheiros.
Rua Coelho de Resende, Centro, c/ 13 dependências e 05 banheiros.

CASAS ZONA CENTRO
Rua 24 de janeiro, Centro, c/ 02 salas, copa, 02 banheiros, garagem.
Rua 07 de Setembro, Centro, c/ 05 salas, e 02 banheiros.
Rua São Pedro, Centro, 03 qts., sala, cozinha, banheiro e quintal.
Rua Álvaro Mendes, Centro, c/ 04 dependências e banheiros.
Rua Gabriel Ferreira, c/ 02 qtos, 01 suite, sala, copa, cozinha área de serviço e garagem.
Rua São Pedro, Centro, c/ varias dependência, piscina c/ apoio e garagem. Ideal para clinica.

COMERCIAL / PONTOS

PONTOS ZONA LESTE
Av. João XXIII, São Cristóvão, c/ salão, 02 escritórios, copa, banheiros.

PONTOS CENTRO
Prédio Rua Paissandu, tendo no térreo 11 salas, 06 banheiros e 01 copa e andar superior c/ 06 salas e 05 banheiros e 03 depósitos no quintal c/ banheiro
Rua Lisandro Nogueira, c/ várias dependências.
Rua 07 de Setembro, ponto c/ banheiro. ± 35m²
Rua Areolino de Abreu, ponto com divisória e banheiro. ± 30m²
Rua Eliseu Martins, C/ 11 salas c/ 03 banheiros.

PONTOS ZONA SUL
Av. Miguel Rosa, Macaúba, ponto c/ banheiro ± 100m².
Rua Tersandro Paz, pontos c/banheiro. ± 35m².
Rua: Desembargador Pires de Castro, ponto c/ 02 compartimentos, 01 banheiro.
Av. José dos Santos e Silva, ponto c/ banheiro. ± 40m², esquina c/ Rua 7 setembro
Rua 13 de Maio, Centro, ponto c/ escritório e banheiro. ± 4mx10m, próx. Diocesano
Rua Rui Barbosa, ponto c/ banheiro.
Av. Miguel Rosa, Macaúba, ponto c/ banheiro, próx. antiga AFAL. ± 55m².
Av. Barão de Gurguela, 03 pontos c banheiro ± 7,50mx4,00m e 02 banheiros.
Próx. Alemão Veículos.
Rua Barroso, ponto c/ escritório e 02 banheiros ± 5mX19m.
Próx. Av. José dos Santos e Silva
Rua David Caldas, Centro, ponto c/banheiro e porta de blindex 16mx6,50m
Esquina c/ Av. Joaquim Ribeiro
Ed. São Luiz, Rua 07 de Setembro, ponto c/ banheiro. ± 50m²
Em frente ao IAPEP

PONTOS ZONA NORTE
Rua João Cabral, Centro, ponto c/ banheiro. ±50m² próx. Mercado Central.

TERRENOS
ZONA LESTERua Honório Parentes, Jóquei, terreno murado medindo 10mx43m².

Casas, Apartamentos
Salas e Terrenos

APTO. ZONA SUL
VENDE Apto. Condominio Vila Confiança, bairro Monte Castelo, c/ 02 qts, sala estar/jantar, circulação, cozinha, DCE, área de serviço, banheiro social, garagem (01 vg), ± 70m².

APTO. CENTRO
VENDE Apto. Rua David Caldas/Norte, c/ 02 qtos, sala estar/jantar e varanda, copa/cozinha, banheiro social. Ponto comercial no térreo. Terreno 9mx14m. Próx. Avenida Campos Sales

APTO. ZONA NORTE
VENDE Predio, Rua João Cabral, Pirajá, prédio com 08 quitinetes e 02 lojas. Próx. UESPI.

CASAS ZONA LESTE
VENDE Casa Rua Joca Pires, Próximo ao Hospital São Paulo.

CASAS ZONA SUL
VENDE Casa Rua São Pedro Esquina com Área Leão, Centro, c/ 03 qtos., 01 suite, banheiro social, cozinha, garagem, casa anexa com 02 qtos, sala, banheiro social, cozinha, incluindo 02 pontos comerciais. Medindo 15mx50m. Polo de saúde.
VENDE Casa Av. Valter Alencar, Macaúba, c/ 03 qtos, banheiro social, sala, copa, cozinha, área serviço, garagem. Terreno 8,50mX21,00m². Próx. Av. Miguel Rosa

SALAS/LOJAS CENTRO
VENDE / Zona Centro /Loja, Rua Barroso, Ponto c/ banheiro. ± 73,70m².
VENDE / Zona Centro /salas Ed. Ludgren, Rua Álvaro Mendes, c/ divisória e banheiro. ± 40m².
VENDE / Zona Centro /salas Ed. Dona Jovem, Rua Elizeu Martins, c/ divisória e banheiro, ± 41m², 57m² e 57m² Próximo a Hapvida.
VENDE / Zona Centro / Lojas Condominio Susana Center, Rua Lisandro Nogueira, área ±35,55m²

CANAL 1

Flávio Ricco

NADA AINDA

Sobre o terceiro pacote da Libertadores da América, a partir do ano que vem, a informação é que está tudo certo e será mesmo da Paramount+.
Mas, misteriosamente, nada ainda é anunciado de forma oficial.

OLHO DO DONO

A dedicação do Paulo Marinho na direção dos assuntos da Globo chama atenção de todos.
Em seu expediente de domingo a domingo, ele dedica todas as quartas-feiras a São Paulo. Chega cedinho, logo nas primeiras horas da manhã, e só vai embora no meio da noite.

BELO ESTREAR COMO ATOR EM NOVELA DAS NOVE FOI UM FEITO ENORME

Ninguém pode negar as qualidades e virtudes do Belo, como artista e como gente. Ao contrário.
Trata-se de um alguém que, para chegar onde chegou, soube superar os perrengues pela frente, dar a volta por cima e hoje alcançar, talvez, o seu melhor momento, como um dos principais personagens da nossa música e com papel de destaque numa novela das 9.
Não por acaso, a internet quase quebrou quando se anunciou – aqui, a propósito - que ele e Viviane Araújo estariam no mesmo trabalho.
A Globo, que não é boba nem nada, logo resolveu amarrar um contrato de longo prazo, privilégio atualmente para poucos.
É sempre muito agradável acompanhar histórias como essa do Belo, de superação e viradas no jogo da vida. E até como exemplo para muita gente - se o Belo pode, por que eu não?!

Divulgação

HOMENAGEM

O repórter Clayton Conservani completa 60 anos, domingo, e ganha homenagem no "Esporte Espetacular" no mesmo dia, relembrando grandes momentos da carreira.
Participação de Carol Barcellos, que esteve ao seu lado no "Planeta Extremo", um dos maiores sucessos da Globo.

E TEM MAIS

Para completar todo esse quadro, Belo ainda será o protagonista, ao lado de Xamã, do musical "Três Graças", que será exibido no dia 15 de maio, após o último capítulo da novela.
O show contará com apresentação de Kenya Sade e participações de Alana Cabral, Pedro Novaes e Sophie Charlotte.

ESQUECE ISSO - 1

"Três Graças" chegando ao fim na Globo e, até por conta disso, com direito aos boatos de rotina.
Mas, pode esquecer. Não vão rolar coisas como 'Josefa (Arlete Salles) chefe de quadrilha de tráfico de bebês' ou 'Pastor (Enrique Diaz) dono de boca de fumo'. Bobagem.

ESQUECE ISSO - 2

Também não haverá um 'quem matou Ferette (Murilo Benício)?' em seus últimos capítulos. São muitas as invenções. Não existe tempo e nem ocasião para isso.

POR OUTRO LADO...

A Globo está muito satisfeita com o trabalho dos "Silva" em "Três Graças". Isso mesmo: os três. Já são previstos novos projetos para Aguinaldo Silva, Virgílio Silva e Zé Dassilva.

HORÓSCOPO DO DIA

ÁRIES
Você se sentirá mais à vontade em sociedade, é o momento de cuidar de suas relações de maneira positiva. Você precisa se cuidar e recuperar as negligências acumuladas, preste atenção à sua alimentação para corrigir o rumo.

TOURO
Você vai experimentar satisfações e boas surpresas ao compartilhar mais coisas com seu entorno. Sua agenda cheia exigirá muitos esforços de você. Alimente-se de acordo. Contudo procure fazer refeições leves, incluindo frutas e verduras.

GÊMEOS
Será necessário buscar dentro de si mesmo, ser flexível, para abordar seus desejos e concretizá-los. Mas você pode contar com seu bom humor e com seu dinamismo para avançar e alcançar seus objetivos.

CÂNCER
Você terá a sensação de que tudo está acelerando, suas trocas permitirão manter o ritmo. Você está em profundo acordo consigo mesmo, seu equilíbrio se fortalece, fazer esporte seria bem-vindo, apesar de tudo.

LEÃO
Hoje, você não se deixa levar e mantém o sorriso... Você desarma com sua calma. Um sentimento de bem-estar interior permite que você relativize muitas de suas ideias, a calma o fortalece. Continue assim, mesmo sob críticas.

VIRGEM
É o momento, mesmo que você tenha vontade de se retirar temporariamente para a sua caverna, de propor, de ousar se mostrar. Um clima favorável paira em relações de amizade. Você toma consciência de que precisa estar cercado de pessoas em quem pode facilmente se apoiar.

LIBRA
Você gasta muita energia para melhorar suas condições de vida e as de seus entes queridos. Você pode contar com o céu para defender seus interesses e pleitear sua causa com todas as chances de ser ouvido e escutado.

ESCORPIÃO
Seu entorno será mais imprevisível do que o habitual. Estude atentamente o que podem lhe oferecer. Você está em plena forma! Tudo ficaria ainda melhor se você fizesse um esforço para equilibrar seus cardápios ao longo do tempo.

SAGITÁRIO
Uma Lua plena facilita suas trocas íntimas. É o momento de aprofundar suas relações com suavidade. "Depois do esforço, vem o conforto", seria bom lembrar desse provérbio, conceda a si mesmo uma noite de total descanso.

CAPRICÓRNIO
Seu instinto não o engana, uma dúvida se revela fundamentada. Um deslocamento será útil e proveitoso. Uma necessidade de evasão mental fará sentir, você precisa sair das agruras do cotidiano.

AQUÁRIO
Hoje, você estará bem inspirado para dar mais equilíbrio ao seu estilo de vida. Sua visão está mais objetiva. Uma leve fadiga se faz sentir, uma noite tranquila seria ideal para você se reenergizar. Então, descanse em seu casulo.

PEIXES
Você vai se encontrar com mil e uma ocupações hoje... Dê uma desacelerada! E aposte com o tempo. Sua forma está excelente, apesar da sua emotividade em alta que o leva à desmesura, mas esses excessos lhe insuflam otimismo.

Luciano Huck ignora concorrência e exalta união da TV aberta

O comunicador destacou a gratuidade e os benefícios do sinal televisivo

O apresentador Luciano Huck defendeu a relevância da televisão aberta e descartou a rivalidade entre as emissoras durante o Troféu Imprensa 2026. O comunicador de 54 anos participou da premiação e minimizou a concorrência direta no cenário midiático atual nesta semana.

O profissional afirmou que o veículo mantém seu papel central na sociedade, mesmo diante do crescimento das plataformas de streaming e da internet. O contratado da TV Globo pontuou que a indústria audiovisual se transformou com novas ferramentas tecnológicas, mas a essência do sinal aberto permanece intacta.

O comunicador ressaltou o papel social da transmissão gratuita para a integração nacional. O empresário citou nominalmente empresas como SBT, Record TV, TV Bandeirantes, TV Gazeta e RedeTV! ao destacar que o conteúdo televisivo alcança todas as regiões do território brasileiro.

Para o marido de Angélica, o meio de comunicação foi fundamental para que a população compreendesse a diversidade cultural do país. O veterano acredita que o reconhecimento de diferentes costumes e linguagens regionais é um legado direto das transmissões nacionais: "Se o Brasil hoje conhece as suas diferenças, conhece os seus sotaques, conhece as suas músicas regionais, é muito por causa da TV aberta".

O global encerrou sua análise reforçando a importância da premiação para o setor. O artista vê no evento anual uma oportunidade de validar o formato que atende milhões de telespectadores diariamente. "Acho que esse Troféu Imprensa de hoje é uma celebração à TV aberta", afirmou.

| Rede TV!

Reprodução | Instagram

PARA HUCK , A TV ABERTA FOI FUNDAMENTAL PARA QUE A POPULAÇÃO COMPREENDESSE A DIVERSIDADE CULTURAL DO PAÍS

FMS Fundação Municipal de Saúde — TERESINA

AVISO DE LICITAÇÃO
DIRETORIA DE COMPRAS PÚBLICAS DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE-DCP/FMS
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90032/2026 –FMS/PMT
PROCESSO ADMINISTRATIVO 00045.031407/2025-03
CÓDIGO UASG- 927337

Objeto: Registro de Preços, para um período mínimo de 12 (doze) meses, contados a partir da data da publicação da respectiva Ata, para compra de materiais para reabilitação Fisioterapêutica.
Disponibilidade do Edital: 31/03/2026 nos endereços eletrônicos:
www.gov.br/compras,
https://www.tce.pi.gov.br,
https://site.fms.pmt.pi.gov.br
Abertura e início da sessão de disputa de preços: às **09:00h** do dia **17/04/2026.**
Valor Total Anual Estimado: R$ 90.689,14 (noventa mil, seiscentos e oitenta e nove reais e quatorze centavos)
Referência de tempo: horário de Brasília.
Informações: dcp.fms@pmt.pi.gov.br; Fone: (086)3228-8760/8761

Teresina(PI), 23 de março de 2026

Izaura do Bomfim Oliveira Ferreira
Diretor(a) de Compras Públicas FMS/PMT

VISTO:
Leopoldina Cipriano Feitosa
Presidente da FMS/PMT

FMS Fundação Municipal de Saúde — TERESINA

AVISO DE LICITAÇÃO
DIRETORIA DE COMPRAS PÚBLICAS DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE-DCP/FMS
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90040/2026 –FMS/PMT
PROCESSO ADMINISTRATIVO 00045.018316/2025-89
CÓDIGO UASG- 927337

Objeto: Prestação de Serviços de Rastreamento, Monitoramento e Telemetria de Veículos por Global Positioning System (GPS) ou equivalente destinados a atender as necessidades do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência, no âmbito da assistência especializada.
Disponibilidade do Edital: 23/04/2026 nos endereços eletrônicos:
www.gov.br/compras,
https://www.tce.pi.gov.br,
https://site.fms.pmt.pi.gov.br
Abertura e início da sessão de disputa de preços: às **09:00h** do dia **12/05/2026.**
Valor Total Anual Estimado: R$ 23.580,24 (vinte e três mil, quinhentos e oitenta reais e vinte e quatro centavos).
Referência de tempo: horário de Brasília.
Informações: dcp.fms@pmt.pi.gov.br; Fone: (086)3228-8761

Teresina(PI), 13 de abril de 2026

Izaura do Bomfim Oliveira Ferreira
Diretor(a) de Compras Públicas FMS/PMT

VISTO:
Leopoldina Cipriano Feitosa
Presidente da FMS/PMT

Record TV nega que Suzane von Richthofen esteja inscrita para participar da edição "A Fazenda 18"

Rumores sobre o reality show surgem após anúncio de novo documentário da Netflix

A Record TV negou oficialmente a participação de Suzane von Richthofen no elenco da 18ª edição do reality show 'A Fazenda' nesta quarta-feira (15). A emissora paulista manifestou-se após rumores sobre a suposta contratação da condenada ganharem força em redes sociais e portais de entretenimento.

O canal de televisão publicou uma nota de esclarecimento em seu perfil no Instagram para desmentir as publicações recentes. Segundo o comunicado, a informação compartilhada por páginas de fofoca não possui fundamentação factual: "A RECORD esclarece que a informação divulgada por diversos perfis a partir da publicação feita pelo @choquei é FALSA".

A empresa reiterou que o nome da mulher, sentenciada pela morte dos pais, nunca esteve sob avaliação da produção do programa. A nota destaca ainda a falta de contato prévio para a verificação da notícia por parte dos veículos que a divulgaram: "Suzane von Richthofen jamais foi cotada ou pensada para o reality show A Fazenda. A emissora não foi procurada por nenhum perfil para checagem".

O boato sobre a entrada no confinamento surgiu após o anúncio de um novo projeto audiovisual envolvendo a história da egressa do sistema prisional. A plataforma de streaming Netflix confirmou a produção de um documentário inédito sobre o caso.

O projeto foi revelado pelo jornalista Ullisses Campbell e abordará a trajetória da biografada desde a infância até o crime ocorrido em 2002. A produção, que ainda não possui data de estreia definida, promete apresentar o ponto de vista da protagonista sobre os conflitos familiares.

| Rede TV!

Reprodução/REDES SOCIAIS

A DIREÇÃO DO NÚCLEO EMITIU NOTA DIZENDO QUE O NOME DE SUZANE NUNCA ESTEVE SOB AVALIAÇÃO, PORTANTO O BOATO NÃO PROCEDE

RESUMO DAS NOVELAS

Três Graças

Reprodução/TV GLOBO

Helga assume que matou Célio, e Paulinho desconfia. Ferette afirma a Arminda que sabe que Helga assumiu o assassinato no lugar dela. Leonardo procura Ferette para dizer que não é mais seu filho. Misael condena o comportamento de Joaquim por não contar à polícia que foi chamado por Arminda para ajudá-la a se livrar do corpo de Célio. Leonardo fica satisfeito por ter conseguido marcar uma conversa com Viviane. Rivaldo conta para Cristiano sobre a morte do avô. Paulinho avisa ao delegado Jairo que o Juiz autorizou a prisão preventiva de Leonardo. Ferette tenta atropelar Viviane, mas Leonardo percebe a tempo.

Coração Acelerado

Reprodução | TV GLOBO

Leandro e Agrado estão felizes juntos. Alaorzinho repreende Palhares por fazer anúncios do bar de Janete na rádio. Janete confronta Alaorzinho, que confessa que ainda é apaixonado por ela. Naiane provoca Gael. Zuzu sonda Agrado sobre sua relação com Leandro, mas disfarça sua preocupação com Eduarda. Malvino aconselha Alaorzinho a viajar com Zilá. Palhares expressa seu desgosto com os encontros de Janete e Alaorzinho. Eduarda implica com Naiane durante uma sessão de fotos em dupla.

A Escrava Isaura

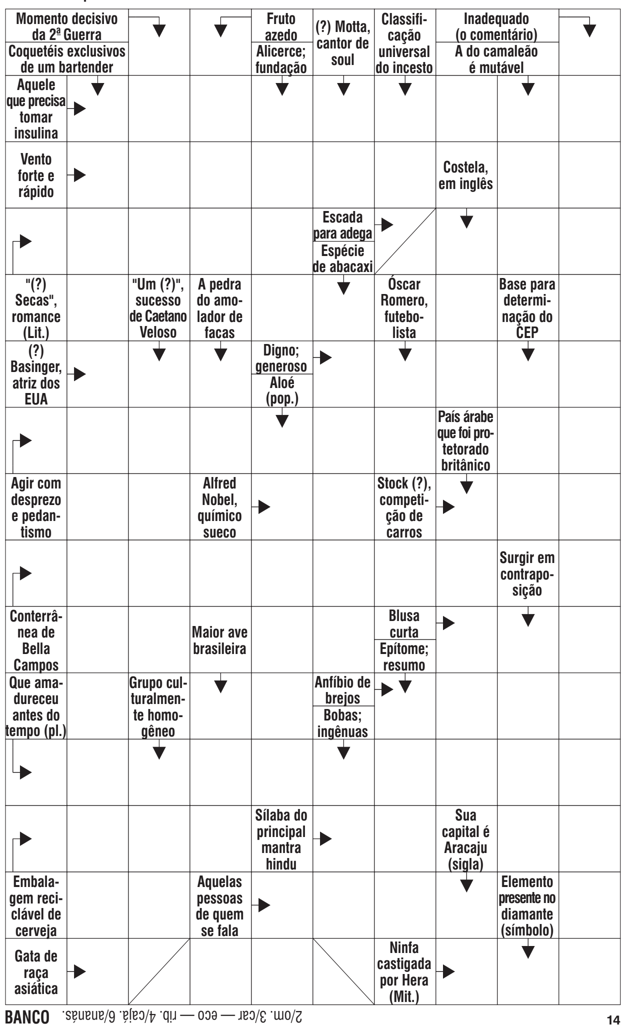
Reprodução

Rosauro ajuda Isaura que diz ter sido envenenada. Álvaro sente uma dor no peito, mas logo passa. Rosa fica brava com as acusações de Joaquina e João. Belchior conversa com uma flor presa em uma árvore e diz que corre risco de vida. Comandante conversa com o Cel. Sebastião. Rosauro pede ajuda para Isaura. Branca conta a sua mãe que envenenou Isaura. Tomásia recebe a notícia do envenenamento de Isaura. Cel. Sebastião também recebe a notícia. O Comandante volta para a cadeia. Diogo sai logo em seguida. João avisa Álvaro sobre o estado de Isaura. Diogo examina Isaura e diz ao policial que precisa tirá-la de lá. O Comandante proíbe. Diogo coloca ventosas nas costas de Isaura.

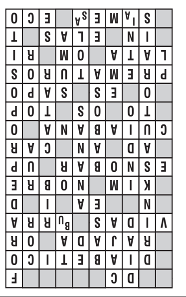
CRUZADA DO DIA

PALAVRAS CRUZADAS DIRETAS

www.coquetel.com.br © Revistas COQUETEL



Solução



PROGRAMAÇÃO 9.1

7h00 - COMANDO GERAL
8h15 - BOM DIA NEWS
10h45 - FICA COM A GENTE
11h50 - ROTA DO DIA

13h15 - O DIA NEWS
15h00 - A TARDE É SUA
18h00 - BRASIL DO POVO
19h50 - REDE TV NEWS
21h40 - TV FAMA

23h00 - OPERAÇÃO DE RISCO
00h00 - LEITURA DINÂMICA
00h30 - MADRUGADA ANIMADA

PREFEITURA MUNICIPAL DE MONSENHOR HIPÓLITO – PI
AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico nº 016/2026, Processo Administrativo nº 024/2026. Tipo: Menor preço global. Objeto: Contratação de empresa especializada para executar serviços de limpeza pública urbana – capina, varrição, caiação e coleta e transporte de lixo domiciliar – no município de Monsenhor Hipólito-PI. Tipo: Menor preço global. Fonte de Recurso: 500. Data da Sessão: 07/05/2026 às 09:00h. Local: Bolsa Nacional de Compras – bnc.org.br. Edital e informações: https://monsenhorhipolito.pi.gov.br/monsenhorhipolito/licitacoes, https://bnc.org.br/ e https://sistemas.tce.pi.gov.br/licitacoesweb/mural/. Maiores informações poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Monsenhor Hipólito/PI/ Comissão Permanente de Licitações, na Av. Carlos Libório, nº 101, Bairro Centro, em dias úteis, no horário das 08h às 13h, ou pelo telefone (89) 8138-5459 e principalmente pelo e-mail: licitacoespmmh@gmail.com.

Monsenhor Hipólito – PI, 16 de abril de 2026.
Valmira Bezerra Policarpo
Pregoeira Oficial/Agente de contratação

PREFEITURA MUNICIPAL DE MONSENHOR HIPÓLITO – PI
AVISO DE RELANÇAMENTO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico nº 013/2026, Processo Administrativo nº 017/2026. Tipo: Menor preço por item. Objeto: Contratação de empresa para fornecimento de botijões de gás liquefeito de petróleo a fim de suprir as necessidades da prefeitura municipal, suas secretarias e o hospital do município de Monsenhor Hipólito – PI. Fonte de Recurso: 500; 540; 541; 542; 543; 600; 621. Data da Sessão: 05/05/2026 às 09:00h. Local: Bolsa Nacional de Compras – bnc.org.br. Edital e informações: https://monsenhorhipolito.pi.gov.br, bnc.org.br e https://sistemas.tce.pi.gov.br. Maiores informações poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Monsenhor Hipólito/PI/ Comissão Permanente de Licitações, na Av. Carlos Libório, nº 101, Bairro Centro, em dias úteis, no horário das 08h às 13h, ou pelo telefone (89) 8138-5459 e principalmente pelo e-mail: licitacoespmmh@gmail.com.

Monsenhor Hipólito – PI, 16 de abril de 2026.
Valmira Bezerra Policarpo
Pregoeira Oficial/Agente de contratação

BETÂNIA DO PIAUÍ
ESTADO DO PIAUÍ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BETÂNIA DO PIAUÍ
CNPJ 01.612.622/0001 - 33

AVISO DE RELANÇAMENTO DE LICITAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Betânia do Piauí, através do Pregoeiro e sua Equipe de Apoio, torna público que realizará O relançado Pregão Eletrônico abaixo citado, observando-se as disposições da Lei nº 14.133/2021, da Lei Complementar nº 123/06, do Decreto Municipal nº 034/2023 e demais normas pertinentes, bem como se coloca à disposição dos interessados para prestar quaisquer esclarecimentos a respeito do certame licitatório.

- PREGÃO ELETRÔNICO SRP: **Nº. 016/2026-PMBP**
- PROCESSO ADMINISTRATIVO: **Nº 039/2026**
- Objeto da licitação: **"CONSTITUIÇÃO DE SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE BICOS INJETORES, BOMBA INJETORA E ELEVADOR HIDRÁULICO, VISANDO ATENDER A FROTA DE VEÍCULOS E MÁQUINAS PESADAS DO MUNICÍPIO DE BETÂNIA DO PIAUÍ - PI".**
- CRITÉRIO DE JULGAMENTO: **MENOR PREÇO**
- MODO DE DISPUTA: **ABERTO**
- VALOR ESTIMADO: **R$ 109.158,76 (cento e nove mil, cento e cinquenta e oito reais e setenta e seis centavos).**
- FONTE DE RECURSO: **A INDICAÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS, PREVISTAS NA LEI Nº 14.133/2021, DEVERÃO SER OBSERVADAS POR OCASIÃO DAS FUTURAS AQUISIÇÕES QUE VENHAM A SER CONCRETIZADAS DURANTE A VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, CONFORME PREVISTO NA LEGISLAÇÃO VIGENTE, ISTO É, SOMENTE SERÁ EXIGIDA PARA A FORMALIZAÇÃO DO CONTRATO OU OUTRO INSTRUMENTO HÁBIL.**
- COPIA DO EDITAL: **O EDITAL PODERÁ SER ADQUIRIDO, NA SEDE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE BETÂNIA DO PIAUÍ, LOCALIZADA NA RUA FRANCISCO DELMONDES, S/N, CENTRO, BETÂNIA DO PIAUÍ, BEM COMO, ATRAVÉS DOS ENDEREÇOS ELETRÔNICOS: HTTPS://WWW.LICITACOES-E.COM.BR, HTTPS://BETANIADOPIAUI.PI.GOV.BR E HTTPS://SISTEMAS.TCE.PI.GOV.BR/LICITACOESWEB/.**
- DATA LIMITE PARA ABERTURA DAS PROPOSTAS: **30/04/2026 às 10h00min.**
- DATA PARA ABERTURA DA SALA DE DISPUTA: **30/04/2026 às 10h00min.**
- LOCAL: **POR MEIO DO ENDEREÇO ELETRÔNICO WWW.LICITACOES-E.COM.BR NO SITE DO BANCO DO BRASIL.**

Betânia do Piauí – PI, 16 de abril de 2026.

Antonio Ferreira de Macedo Junior
Pregoeiro

Sinpro Piauí
SINDICATO DOS PROFESSORES E AUXILIARES DA ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR DO ESTADO DO PIAUÍ

EDITAL CONVOCAÇÃO
ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA – GREVE GERAL

O ***SINDICATO DOS PROFESSORES E AUXILIARES DA ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR DO ESTADO DO PIAUÍ - SINPRO/PI***, por seu representante legal, o Sr. Jurandir Jacy Soares Filho, no uso de suas atribuições legais, convoca todos os Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino Privados para uma Reunião de Assembleia Geral Extraordinária que será realizada, de forma presencial (na sede do sindicato) e virtual pela Plataforma TEAMS, no dia ***20 de abril de 2026 (Segunda-feira), às 17:00 horas em 1ª convocação, ou às 18:00 horas em 2ª convocação***, com qualquer número de afiliados, conforme art. 22 do Estatuto da Entidade, para discutir e deliberar, sobre a seguinte ordem do dia:

1- **DEFLAGRAÇÃO DE GREVE GERAL DA CATEGORIA, em conformidade com a LEI Nº 7.783, DE 28 DE JUNHO DE 1989.**
2- **Definição do Comando de Greve**
3- **Outros Assuntos de interesse da categoria.**

Teresina-PI, 15 de abril de 2026

Jurandir Jacy Soares Filho
Presidente do SINPRO/PI

Feriado de Tiradentes: veja o que abre e fecha nos shoppings e comércio em Teresina

Lojas, shoppings, supermercados e serviços na Capital terão mudanças no funcionamento durante o feriado nacional

Iris Sales - Especial para O DIA
Marco Antônio Vilarinho - Editor

As lojas do centro e shoppings, além de supermercados e serviços, funcionam em horário diferenciado devido ao feriado de Tiradentes, celebrado na terça-feira (21). Confira abaixo os horários de abertura e fechamento dos estabelecimentos neste período.

No comércio lojista, o Sindicato dos Lojistas do Comércio do Piauí (Sindilojas-PI) informou que as atividades estão autorizadas a funcionar durante o feriado, conforme convenção coletiva firmada entre empregadores e trabalhadores do setor.

Segundo o Sindilojas-PI, no dia 21 de abril, as lojas podem funcionar até 18h no centro, bairros e zona leste. Nos shoppings, o funcionamento segue horário normal, conforme definição de cada empreendimento.

O funcionamento em feriados integra os acordos estabelecidos entre as categorias patronal e laboral, que definem regras específicas para a abertura do comércio em datas comemorativas.

Arquivo | O DIA

AS LOJAS DO CENTRO E BAIRROS PODERÃO FUNCIONAR ATÉ ÀS 18H, DE ACORDO COM SINDILOJAS-PI

Funcionamento nos shoppings

Riverside
Lojas e quiosques (varejo, clínicas de estética, manutenção e outros serviços): 14h às 20h
Praça de alimentação e parque infantil: 10h às 22h
Supermercado: 8h às 22h
Panificadora: 7h às 22h

Academia: 8h às 18h
Clínicas médicas e odontológicas: funcionamento opcional

Shopping Rio Poty
Lojas, quiosques, cafeterias e farmácias: 10h às 22h
Praça de alimentação: 10h às 22h
Laboratório Bio Análise: 6h30 às 18h30

Supermercado Carvalho Super: 7h às 22h
Academia Bodytech: 9h às 14h
Casa lotérica: 12h às 18h
Espaço Gourmet: 11h30 à 0h
Cinema: 13h às 22h30
Parques: 14h às 22h
Polícia Federal: fechado durante o feriado

Dia 21 de abril: o que diz a legislação

Na próxima terça-feira, 21 de abril, será comemorado o Dia de Tiradentes. A Lei 9.093, de 1995, atribui aos estados a competência para estabelecer feriados estaduais destinados à celebração de suas datas magnas, enquanto o funcionamento do serviço público e da iniciativa privada segue regras específicas, que variam conforme o setor e o ente federativo.

A data, que neste ano cai em uma terça-feira, pode render até quatro dias seguidos de descanso para quem conseguir emendar com a segunda-feira (20), especialmente no caso de trabalhadores que não atuam aos fins de semana.

Para servidores federais, a segunda-feira será ponto facultativo, enquanto a folga é garantida por lei à maioria dos trabalhadores, com exceções previstas para setores considerados essenciais.

Já para servidores estaduais e municipais, a adoção do ponto facultativo depende de decisão de cada governo local. No Piauí, por exemplo, o Governo do Estado não decretou ponto facultativo para o dia 20 de abril. O decreto estadual prevê folga apenas na terça-feira. A Prefeitura de Teresina também não informou se haverá liberação de servidores.

Na iniciativa privada, a possibilidade de emenda depende de acordo entre empresas e trabalhadores, podendo ser definida por negociação interna ou convenção coletiva.

Quem foi Tiradentes

O dia 21 de abril é feriado nacional em homenagem a Joaquim José da Silva Xavier, conhecido como Tiradentes. A data marca sua execução, em 1792, no Rio de Janeiro, após participação no movimento da Inconfidência Mineira. A escolha do dia está diretamente ligada ao episódio histórico que resultou em sua condenação.

O movimento do qual participou defendia a independência do Brasil em relação a Portugal, em um contexto de insatisfação com a cobrança de impostos e o controle da Coroa portuguesa. Tiradentes foi o único dos envolvidos condenado à morte, o que ao longo do tempo reforçou sua imagem como símbolo histórico.

Com a Proclamação da República, passou a ser reconhecido como símbolo nacional. A oficialização da data como feriado consolidou esse reconhecimento institucional, inserindo o 21 de abril no calendário como referência histórica e política.

Diferença entre feriado e ponto facultativo

O feriado nacional é uma data em que a paralisação das atividades é obrigatória para a maioria dos trabalhadores. A legislação prevê exceções apenas para setores essenciais, como saúde, segurança e transporte, que mantêm funcionamento contínuo.

Já o ponto facultativo não tem caráter obrigatório. Nesse caso, a decisão sobre a liberação dos funcionários fica a critério do empregador. No setor público, é comum a concessão de folga, mas isso varia conforme o órgão.

A principal diferença entre os dois regimes está no grau de obrigatoriedade: enquanto o feriado é determinado por lei, o ponto facultativo depende de decisão administrativa e pode variar conforme a instituição.

| Iris Sales e Marco Antônio Vilarinho

Reprodução | GEMINI

Próximos feriados em 2026

Até o final do ano, estão previstos dez feriados:

21 de abril (terça-feira) – Tiradentes;
01 de maio (sexta-feira) – Dia do Trabalhador;
04 de junho (quinta-feira) – Corpus Christi;
07 de setembro (segunda-feira) – Independência do Brasil;
12 de outubro (segunda-feira) – Dia de Nossa Senhora Aparecida;
19 de outubro (segunda-feira) – Dia do Piauí;
02 de novembro (segunda-feira) – Finados;
15 de novembro (domingo) – Proclamação da República;
20 de novembro (sexta-feira) – Dia Nacional de Zumbi e da Consciência Negra;
25 de dezembro (sexta-feira) – Natal.

Além dos feriados nacionais, o calendário prevê pontos facultativos. Essas datas podem alterar o funcionamento de repartições públicas federais, mas não obrigam a suspensão de atividades no setor privado.

Entre os principais pontos facultativos estão:

28 de outubro – Dia do Servidor Público Estadual, a ser comemorado e facultado expediente no dia 30 de outubro (sexta-feira);
08 de dezembro (terça-feira) – Dia de Nossa Senhora da Conceição;
24 de dezembro (quinta-feira) – véspera do Natal;
31 de dezembro (quinta-feira) – véspera da Confraternização Universal do Ano Novo.

Outras datas podem ser incluídas conforme atos normativos específicos ao longo do ano.

Zan Viana

ENTRETÊ

Todas as semanas, O DIA traz para você os principais shows, apresentações culturais e festas anunciadas para os próximos dias em Teresina e região, para que você possa se programar e aproveitar o final de semana e curtir com amigos e familiares. Confira os principais eventos abaixo:

O HUMORISTA CEARENSE TITELA (JARDESON CAVALCANTE) TRAZ O SHOW DE STAND-UP "CHEGUEI AOS 40" AO TEATRO 4 DE SETEMBRO, HOJE, ÀS 20H30. A APRESENTAÇÃO ABORDA COM HUMOR SITUAÇÕES COTIDIANAS DA MATURIDADE, COMO MUDANÇAS NA ROTINA, CARREIRA E EXAMES DE SAÚDE.

O REGGAEZIM DOWNTOWN É UM PROJETO DE REGGAE QUE JÁ ACONTECE NA CIDADE, A EDIÇÃO SUNSET (PÔR-DO-SOL), É LANÇAMENTO E ACONTECE NESTE DOMINGO, NO VILLA RIO, DAS 15 ÀS 20H. NAS MARGENS DO RIO PARNAÍBA, AVENIDA MARANHÃO, DEBAIXO DA PONTE DA TABULETA. ATRAÇÕES: SELECTA CORUJAH, DJ BARÃO E DJ FRANK ROOTS

A FESTA ARDENTE REALIZA SUA 10ª EDIÇÃO NO SÁBADO (18), NO CENTRO DE ARTESANATO MESTRE DEZINHO, EM TERESINA. EM CARÁTER COMEMORATIVO, O EVENTO REFORÇA SUA PROPOSTA DE VALORIZAR O QUE É LOCAL, PROMOVENDO A OCUPAÇÃO DE ESPAÇOS HISTÓRICOS DO CENTRO DA CIDADE E ESTIMULANDO A CONEXÃO DO PÚBLICO COM SUA PRÓPRIA IDENTIDADE CULTURAL. HOUSE, BRASILIDADES, SETS DANÇANTES E AQUELA VIBE PARA QUEM GOSTA DE DANÇAR.

DOMINGO É DIA DE FEIRA NA PRAÇA, EM TERESINA! O PROJETO SEGUE TRANSFORMANDO A PRAÇA PEDRO II EM UM PONTO DE ENCONTRO DE CULTURA, LAZER E OPORTUNIDADES NO CENTRO DE TERESINA, DAS 8H ÀS 13H. COM BARRACAS QUE VÃO DO ARTESANATO À GASTRONOMIA REGIONAL, PASSANDO POR MODA, ACESSÓRIOS E PRODUTOS AUTORAIS, A FEIRA VALORIZA A ECONOMIA CRIATIVA E INCENTIVA O EMPREENDEDORISMO. QUEM COMANDA O SOM DA VEZ É A BANDA DO PRETINHO, TRAZENDO AQUELE REPERTÓRIO DE SAMBA E PAGODE QUE NÃO DEIXA NINGUÉM PARADO.

O CENTRO DE DANÇA MARIANA ALVES, EM PARCERIA COM A ORQUESTRA SINFÔNICA DE TERESINA (OST), TRAZ DE VOLTA AOS PALCOS O ESPETÁCULO GISELLE, UM DOS BALÉS MAIS CONSAGRADOS DO REPERTÓRIO CLÁSSICO MUNDIAL. A MONTAGEM SERÁ APRESENTADA EM DUAS SESSÕES: NO DIA 20 DE ABRIL, ÀS 19H, E NO DIA 21 DE ABRIL, ÀS 17H NO TEATRO DO SESC CAJUÍNA.

ESTADO DO PIAUÍ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRO II/PMPII/PI.
CNPJ: 06.553.929/0001-24
Praça Domingos Mourão Filho, 345, Centro – CEP: 64.255-000 PEDRO II

Aviso de dispensa de licitação

MUNICIPIO DE PEDRO II - PI, torna público a Dispensa de Licitação Nº 005/2026, com fulcro no art. 75, II, da Lei nº 14.133/2021, que tem como objeto a contratação de empresa para prestação de serviços de assessoria/consultoria de saúde e segurança do trabalho- SST no E-social para gestão pública do município de Pedro II - PI, conforme termo de referencia, para quem tenha interesse apresentar no prazo 03 (três) dias úteis, a contar da publicação, para posterior seleção da proposta mais vantajosa, nos termos do art. 75, §3º, da Lei nº 14.133/2021. Os interessados deverão apresentar suas propostas, presencialmente no setor de licitações, na Praça Domingos Mourão Filho, 345, centro, ou por e-mail: pedro2novagestao2022@gmail.com, tel: 86-98123-3137.

Pedro II, 16 de Abril de 2026.

Marcos Vinicius Santos Ferreira
Agente de Contratação

ESTADO DO PIAUÍ
PREFEITURA MUNIC. DE SANTO ANTONIO DOS MILAGRES
CNPJ - 01.612.754/0001-65, RUA LUIZ GOMES VILANOVA, 65 - CENTRO
CEP 64.438-000 - SANTO ANTONIO DOS MILAGRES - PI

AVISO DE LICITAÇÃO

O Município de Santo Antônio dos Milagres – PI, torna público o Pregão Eletrônico SRP nº 002/2026, que tem como objeto o Registro de preços para futura e eventual locação de veículos para atender as necessidades da Prefeitura Municipal de Santo Antônio dos Milagres e Secretarias. Fonte de Recursos: Orçamento Geral do Município/FPM/Outros. Sessão: 06/05/2026, às 08:30 horas. Sistema: novobbmnet.com.br. Edital: Setor de licitações e https://sistemas.tce.pi.gov.br/licitacoesweb/. Informações: prefsamcpl@hotmail.com ou no Setor de licitações (Rua Luiz Gomes Vilanova, 65, Centro, Cep: 64.438-000).

Santo Antônio dos Milagres - PI, 16 de abril de 2026.

Carlos Neto da Fé de Jesus
Pregoeiro/Agente de Contratação

ESTADO DO PIAUÍ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO LARGO DO PIAUÍ
CNPJ (MF): 01.612.754/0001-65
E-mail: prefeituramunicipaldecampolargo@outlook.com

DISPENSA DE LICITAÇÃO

O Município de Campo Largo do Piauí - PI, torna pública a Dispensa de Licitação Eletrônica nº 012/2026, com fulcro no art. 75, I, da Lei nº 14.133/2021, que tem como objeto a contratação de empresa para elaboração de projeto de engenharia para execução de obras ou serviços de engenharia em estradas vicinais no Município de Campo Largo do Piauí – PI, referente ao Convênio nº 978815/2025 (Ministério da Agricultura e Pecuária x Município de Campo Largo do Piauí/PI). Critério de julgamento: MENOR PREÇO GLOBAL. Data da sessão: 28/04/2026. Início do acolhimento: 17/04/2026 às 08:00 h até 28/04/2026 às 07:59h. Horário de abertura das propostas: 08:00 às 14:00h. Após cumpridos os 360 minutos, ou seja, 06:00 (seis horas) a partir da liberação. Local: www.novobbmnet.com.br. Mais informações poderão ser obtidas presencialmente no setor de licitações da Prefeitura Municipal (Rua João Pereira dos Santos, s/n, Centro, CEP 64148-000) ou via e-mail (cpl.pmcl@outlook.com). Edital e Termo de Referência também estarão disponíveis no Sistema Licitações Web do TCE/PI (https://sistemas.tce.pi.gov.br/licitacoesweb/).

Campo Largo do Piauí - PI, 16 de abril de 2026.

Jaime Barbosa dos Santos
Agente de Contratação

SEMA Secretaria Municipal de Administração e Recursos Humanos — TERESINA NO CAMINHO CERTO

AVISO DE CREDENCIAMENTO – CCP-SEMA
CREDENCIAMENTO ELETRÔNICO Nº 3/2026 – SEMA/PMT
CONTRATAÇÃO COMPRAS.GOV Nº 42/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO SEI Nº 00042.006316/2025-65
UASG 981219

Objeto: Contratação, por chamamento público (Credenciamento), de leiloeiro oficial com estrutura para preparar, avaliar, organizar e conduzir leilão, para proceder à alienação onerosa de bens imóveis, ou bens móveis inservíveis.
Disponibilidade do Edital: 17/04/2026 nos endereços eletrônico: www.gov.br/compras / (https://pncp.gov.br/app/editais) https://www.tce.pi.gov.br
Período para recebimento das documentações: a partir do dia 17/04/2026 às 08h00min até o dia 14/05/2026 às 18h00min (horário de Brasília – DF).
A documentação deverá ser enviada para o e-mail: igorcplsema@gmail.com, sob pena de não aceitação, caso o envio dos documentos ocorra após o dia e horário estipulado.
Data abertura documentação: 20/05/2026 09:00h
Valor Total: A comissão de despesas do leiloeiro será exclusivamente paga pelo arrematante, no percentual de 5% (cinco por cento) sobre o valor da arrematação, conforme item 11.3 do termo de referência.
Referência de tempo: horário de Brasília.
Informações comissaocompras.sema@pmt.pi.gov.br; Fone/Fax: (0xx86) 3198-2014.

Teresina(PI), 16 de abril de 2026.

Nayara Daniela Barros Silva
Coordenadora da Central de Licitações/SEMA/PMT
VISTO:
Marcos Antônio Parente Elvas Coêlho
Secretário Municipal de Administração/SEMA/PMT

SEMA Secretaria Municipal de Administração e Recursos Humanos — TERESINA NO CAMINHO CERTO

AVISO DE LICITAÇÃO – CCP-SEMA
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA TÉCNICA E PREÇO Nº 90007/2026 – SEMA/PMT
PROCESSO ADMINISTRATIVO SEI Nº 00046.000272/2025-93
MENOR PREÇO GLOBAL
AMPLA CONCORRÊNCIA
UASG 981219

Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços técnicos de engenharia e consultoria para elaboração do projeto de regularização fundiária do bairro Satélite, mediante atividades de assessoria e execução de ações que contemplem as medidas jurídicas, urbanísticas, ambientais, sociais e Administrativas Inerentes ao processo de regularização fundiária Urbana (REURB).
Modo de disputa: FECHADO.
Disponibilidade do Edital: 17/04/2026 nos endereços eletrônicos: www.gov.br/compras, https://pncp.gov.br/app/editais, https://www.tce.pi.gov.br.
Abertura e início da sessão: às 09:00h do dia 29/06/2026.
Fonte: 1700110
Valor Total: R$ 1.723.586,57 (um milhão, setecentos e vinte e três mil, quinhentos e oitenta e seis reais e cinquenta e sete centavos).
Referência de tempo: horário de Brasília.
Informações: comissaocompras.sema@pmt.pi.gov.br; Fone/Fax: (0xx86) 3198-2014.

Teresina(PI), 16 de abril de 2026.

Nayara Daniela Barros Silva
Coordenadora da Central de Licitações/SEMA/PMT
VISTO:
Marcos Antônio Parente Elvas Coêlho
Secretário Municipal de Administração/SEMA/PMT

SEMA Secretaria Municipal de Administração e Recursos Humanos — TERESINA NO CAMINHO CERTO

AVISO DE LICITAÇÃO – CCP-SEMA
PREGÃO ELETRÔNICO SRP RELANÇAMENTO Nº 90011/2026 – SEMA/PMT
PROCESSO ADMINISTRATIVO SEI Nº 00051.003128/2025-40
MENOR PREÇO
UASG 981219

Objeto: Contratação/Registro de Preços, pelo período 12 (doze) meses, contados a partir da data da publicação da respectiva ata, podendo ser prorrogado por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, para futura e eventual contratação de serviços de manutenção preventiva e corretiva dos prédios públicos localizados na jurisdição da SDU CENTRO.
Modo de disputa: FECHADO E ABERTO
Disponibilidade do Edital: 17/04/2026 nos endereços eletrônicos: https://www.gov.br/compras/pt-br, https://pncp.gov.br/app/editais, https://www.tce.pi.gov.br.
Abertura e início da sessão de disputa de preços: às 09h30min do dia 07/05/2026.
Valor Total: R$ 4.000.000,00 (quatro milhões).
Fonte de Recurso: 1500100
Referência de tempo: horário de Brasília.
Informações: comissaocompras.sema@pmt.pi.gov.br; Fone/Fax: (0xx86) 3198-2014.

Teresina(PI), 16 de abril de 2026.

Nayara Daniela Barros Silva
Coordenadora de Compras Públicas/SEMA/PMT
VISTO:
Marcos Antônio Parente Elvas Coêlho
Secretário Municipal de Administração/SEMA/PMT